



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
CAMPUS FLORESTA
CENTRO DE EDUCAÇÃO E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HUMANIDADES E
LINGUAGENS

CIBELE FRANCISCA CLEMENTE RESENDE

**MARCAS DO SILÊNCIO E DA FERIDA COLONIAL EM *POR CIMA DO MAR*,
DE DEBORAH DORNELLAS**

CRUZEIRO DO SUL – ACRE

2021

CIBELE FRANCISCA CLEMENTE RESENDE

**MARCAS DO SILÊNCIO E DA FERIDA COLONIAL EM *POR CIMA DO MAR*,
DE DEBORAH DORNELLAS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Federal do Acre – *Campus Floresta*, como requisito final para a obtenção do título de mestre(a) em Ensino de Humanidades e Linguagens.

Orientador: Prof. Dr. Yvonélio Nery Ferreira

CRUZEIRO DO SUL – ACRE

2021

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAC

R433m Resende, Cibele Francisca Clemente, 1987 –

Marcas do silêncio e da ferida colonial em *Por cima do mar*, de Déborah Dornellas / Cibele Francisca Clemente Resende; orientador: Prof. Dr. Yvonélio Nery Ferreira. Cruzeiro do Sul, 2021.

127 f.: il.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Acre, Centro de Educação e Letras. Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades e Linguagens, Campus Floresta. Cruzeiro do Sul, Acre, 2021.

Inclui referências.

1. Ferida colonial - silêncio 2. Colonialismo 3. Racismo 4. Literatura brasileira I. Ferreira, Yvonélio Nery (orientador) II. Título

CDD: 400

**MARCAS DO SILÊNCIO E DA FERIDA COLONIAL EM *POR CIMA DO MAR*,
DE DEBORAH DORNELLAS**

Cibele Francisca Clemente Resende

Dissertação defendida em 29/03/2021 e considerada **aprovada** para a obtenção do Título de Mestre em Ensino de Humanidades e Linguagens – Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Federal do Acre, *Campus Floresta*.

Prof.^a Dr.^a Maria José da Silva Morais Costa
Coordenadora do Curso

Banca examinadora:

Prof. Dr. Yvonélio Nery Ferreira
Universidade Federal do Acre – *Campus Floresta*
Orientador e Presidente

Prof.^a Dr.^a Fabiana David Carles
Universidade Federal do Acre – *Campus Floresta*
Membro Externo

Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia de Magalhães Bambilra
Universidade Federal do Acre – *Campus Floresta*
Membro Interno

Prof. Dr. Igor Soares de Oliveira
Universidade Federal do Acre – *Campus Floresta*
Suplente - Membro Interno

CRUZEIRO DO SUL – ACRE

2021

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela oportunidade de chegar a esta etapa final do Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens. Durante o período de estudos, foram muitas situações adversas e problemas a serem superados. Obrigada ao Amor Maior que me sustentou até aqui.

Agradeço de modo especial à minha família, principalmente, à minha mãe, que sempre me incentivou a estudar e buscar meus sonhos. Aos meus filhos, Samuel e Laura, pela paciência nas ausências.

Sou imensamente grata ao meu orientador, professor doutor Yvonélio Nery Ferreira, por tantas contribuições valiosas durante este magnífico processo formativo, e por todo o conhecimento compartilhado.

Jamais poderia deixar de mencionar os amigos e amigas que fiz no decorrer do curso de Mestrado. De modo especial, minha companheira de orientação, professora Suiane Magalhães, por sua parceria e auxílio em todos os momentos.

Agradeço à coordenadora do PPEHL (Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades e Linguagens), professora Dr.^a Maria José da Silva Morais Costa, por sua dedicação e empenho demonstrados, e a todos os professores e professoras do Curso, especialmente, à docente Dr.^a Vera Lúcia de Magalhães Bambirra, que sempre se mostrou muito prestativa e atenciosa no auxílio aos discentes.

Enfim, gratidão à Universidade Federal do Acre - UFAC, e à Magnífica reitora, Guida Aquino, por acreditar em Cruzeiro do Sul e contribuir para que esta oportunidade se realizasse, trazendo até nós o PPEHL.

RESUMO

O presente trabalho intitulado “Marcas do silêncio e da ferida colonial em *Por cima do mar*, de Deborah Dornellas”, tem como objetivo verificar e compreender as marcas deixadas pelo processo colonizatório presentes, ainda hoje, na vida da população negra brasileira. Historicamente, os(as) negros(as) sofreram um processo intenso de perda identitária, silenciamentos, preconceitos e situações de racismo cotidiano, relegando-os a uma condição social marginalizada, subalternizada e permeada por injustiças e usurpação de direitos. Herança de um passado escravocrata, tais mazelas, ainda hoje, colocam o povo negro num processo de inferiorização racial e social, subtraindo-lhes direitos essenciais à vida e à dignidade humana. Assim, as desigualdades e desvantagens sociais que impactam diretamente na existência desses sujeitos são múltiplas, repercutindo negativamente em sua realidade, empurrando-lhes para as periferias do mundo, alienando-os e massacrando-os numa sociedade que se consolidou estruturalmente racista. Dessa forma, tendo por base o romance *Por cima do mar*, de Deborah Dornellas, verificar-se-ão, a partir das questões aqui suscitadas, suas implicações para a vida da população negra, desde o processo de escravidão até a contemporaneidade. Para tanto, o referido trabalho ancora-se na metodologia de pesquisa qualitativa e bibliográfica, apropriando-se do método dialético, alicerçado em pressupostos teóricos de Mosquera (2017), Fanon (2015), Orlandi (2015), Ferreira (2018), Kilomba (2019), Gilroy (2001), Hall (2006), Munanga (2009), entre outros, que tratam de temas como: identidade, silenciamento, racismos, estereótipos e colonização. Portanto, conclui-se que há uma ferida colonial ainda aberta, impregnada de problemas sociais, como racismos, silenciamentos e preconceitos, que, até a contemporaneidade, impacta decisivamente na vida da população negra.

Palavras-chave: Silêncio; Ferida Colonial; Colonialismo; Racismo; Literatura Brasileira.

ABSTRACT

The present work entitled “Marks of silence and the colonial wound in *Above the sea*, by Deborah Dornellas”, aims to verify and understand the marks left by the colonization process present, even today, in the life of the black population. Historically, blacks have suffered an intense process of identity loss, silences, prejudices and situations of daily racism, relegating them to a marginalized, subordinate social condition permeated by injustices and usurpation of their rights. Inheritance of a slave past, such ailments, even today, put the black people in a process of racial and social inferiority, subtracting them essential rights to life and human dignity. Thus, the inequalities and social disadvantages that directly impact the existence of these subjects are multiple, having a negative impact on their reality, pushing them to the peripheries of the world, alienating and massacring them in a society that has become structurally racist. Thus, based on the novel *Above the sea*, by Deborah Dornellas, we will weave this research observing these questions presented and verifying their implications for the life of the black population, from the slavery process to contemporary times. The referred work uses a qualitative and bibliographic research methodology, appropriating the dialectical method, through the reading of some leading theorists such as Mosquera (2017), Fanon (2015) Orlandi (2015) Ferreira (2018), Kilomba (2019), Gilroy (2001), Hall (2006), Munanga (2009) dealing with topics such as: identity, silencing, racism, stereotypes and colonization, helping us to understand the approaches taken. Therefore, it is concluded that there is a colonial wound still open, impregnated with social problems, such as racisms, silences and prejudices, which, even, nowadays, have a decisive impact on the life of the black population.

Keywords: Silence; Colonial Wound; Colonialism; Racism; Brazilian literature.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. HUMANIDADE, LITERATURA E COLONIALIDADE.....	12
1.1 O PAPEL DAS HUMANIDADES	12
1.2 LITERATURA E HUMANIDADES	19
1.3 HUMANIDADES, LITERATURA E COLONIZAÇÃO EM POR CIMA DO MAR..	26
2. A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA MULHER NEGRA	31
3. O PROCESSO DE SILENCIAMENTO DA POPULAÇÃO NEGRA – ESPECIFICAMENTE A MULHER	61
4. COLONIALISMO, RACISMO E FERIDA COLONIAL EM POR CIMA DO MAR	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
REFERÊNCIAS.....	118

INTRODUÇÃO

O ensino das Humanidades desempenha um papel imprescindível na sociedade contemporânea e, apesar de seus muitos desafios, torna-se central para a abordagem de diversas temáticas e paradigmas dominantes construídos ao longo do tempo. O conteúdo abordado por esta dissertação é de extrema relevância, tendo em vista seu cunho reflexivo e seu viés voltado para contribuir com uma possível conscientização das pessoas. Falar sobre racismos, preconceitos e estereótipos, com base em um estudo aprofundado sobre as origens desses males, é, sem dúvida, uma tentativa de compreender e emendar alguns fios soltos da realidade étnico-racial negra presentes na sociedade brasileira.

Esta pesquisa, com o tema “Marcas do silêncio e da ferida colonial em *Por cima do mar*, de Deborah Dornellas”, é fruto de um estudo apurado sobre algumas situações sociais infligidas à população negra por meio do processo de colonização. Tomando por objeto de estudo o romance supracitado, publicado pela editora Patuá e vencedor do *Prêmio Casa de las Américas*, o objetivo central é verificar, compreender e comprovar, a partir desse romance, que as marcas deixadas pelo processo de escravidão no Brasil são sentidas de variadas formas pela população negra, ainda hoje.

O referido trabalho utiliza uma metodologia de pesquisa qualitativa e bibliográfica, coletando informações por meio de investigações em diversas fontes, tais como: obras de autores variados, artigos, sites, vídeos, entre outros. Este tipo de metodologia possui um caráter exploratório, tratando do estudo e investigação de questões dentro do campo das Humanidades e seus problemas sociais. Nesse contexto, seu principal objeto de estudo é a obra literária em análise, que, seguindo o método dialético, realizará, em paralelo com outros textos, um diálogo sobre os temas a serem abordados, por exemplo, racismos, preconceitos, identidades, silenciamentos e outros. Este método ocorre pela observação do conteúdo a ser analisado, gerando discussões em torno deste, num verdadeiro diálogo com uma diversidade de textos e autores. Nesse sentido, a obra literária *Por cima do mar* aparece como elemento de representação da realidade, envolvendo questões sociais, históricas, políticas, culturais e raciais, com personagens representativos, permitindo conhecer, explorar e aprofundar determinados conflitos, a fim de chegar-se a uma compreensão melhor de suas raízes.

Dessa forma, será imprescindível a leitura de autores diversos como Mosquera (2017), Fanon (2015) Orlandi (2010) Ferreira (2018), que tratam de temas como: identidade, silenciamento, racismos, estereótipos e colonização.

Conforme o pensamento de Martha Nussbaum (2015), apesar de muitas vezes a área das Ciências Humanas ser tão desvalorizadas em detrimento de áreas consideradas lucrativas, o fato é que a educação precisa das Humanidades, tendo em vista seu papel social e abrangente de perceber e estudar as relações sociais cotidianas, perpassando, assim, diversas questões relevantes, como as atitudes humanas com seus arraigados paradigmas sociais dominantes de discriminações, racismos e preconceitos.

Mesmo com todo o avanço científico e tecnológico dos dias atuais, bem como os progressos na área da medicina e dos recursos naturais, em nenhuma outra época o ser humano conviveu com tantos problemas relacionados a doenças psicossomáticas, genocídios, violências e dificuldades em compreender sua própria essência, sua identidade. Há um despreparo para o estreitamento de relações saudáveis e uma forte presença de subjetividades baseadas na produção de identidades pautadas na individualização e no consumismo.

Em *Por cima do mar*, romance publicado no ano de 2018, a escritora e jornalista brasileira Deborah Dornellas escancara as portas para uma realidade atroz e presente na sociedade brasileira: as marcas/feridas deixadas pelo processo de escravidão negra no Brasil e seus reflexos na vida da população negra, sentidas até a contemporaneidade. Também, a referida obra aborda a busca da identidade por parte da mulher negra e o racismo subjacente a esse processo. A protagonista dessa história, Lígia Vitalina da Conceição Brasil, inicia o romance abordando sua infância, momento em que era moradora de uma favela de Ceilândia, Distrito Federal (DF); é descendente de escravos e vive à procura de significados para a sua vida e sua realidade, numa incessante busca por suas raízes e a de seus ancestrais, buscando, de inúmeras formas, encontrar seu espaço em um mundo que a assusta por suas inúmeras injustiças e contradições.

Certamente, ao escolher esta obra literária para servir como escopo no tratamento de tantas questões complexas e concretas, há um enorme desafio a ser alcançado: mostrar como as marcas e feridas que remontam ao período colonial impactam decisivamente nos dias atuais, definindo o futuro de muitos cidadãos e cidadãs negros(as). Nesse sentido, a literatura, como uma ramificação das humanidades, surge como mola propulsora, mostrando e denunciando situações que, por exemplo, envolvem racismos, estereótipos, colonização, silenciamentos e preconceitos, de forma contundente, revelando em seus personagens um pouco da essência humana e suas idiossincrasias em meio a tantos conflitos sociais.

Por esses apontamentos, percebe-se como é importante para os estudos das Humanidades tratar sobre essas questões, como, os conflitos raciais, violências, preconceitos e discriminações, as quais a sociedade, muitas vezes, mascara e finge não existir. São assuntos

que colocam o dedo na ferida remanescente de um passado que ainda sangra e define o destino de muitas vidas. Assim, é evidente que muitas marcas e feridas deixadas pelo processo de escravidão negra no Brasil trouxeram consequências nocivas a longo prazo para a população negra e seus descendentes. Portanto, o tema em análise é de fundamental importância para compreender, ainda que parcialmente, o processo histórico arraigado de preconceito e ferida colonial presentes na sociedade brasileira.

Por cima do mar propicia ao leitor muitos encontros e desencontros. É um romance histórico, permeado por destinos que se cruzam no presente e no passado. A figura da protagonista é imersa por situações que envolvem a história de seus ancestrais, do povo negro, dos africanos. A moça sofre toda sorte de preconceitos e racismos, culminando na violência sexual – o estupro. São abusos raciais e de classe, denotando temas e feridas “em carne viva” presentes na sociedade.

Sobre essa narrativa, é importante enfatizar acerca do título: *Por cima do mar* representa a diáspora negra, pois mostra Vitalina indo do Brasil para a África, já amadurecida, e desejando unir os fios que entrelaçam a sua história, a fim de conferir-lhe significado. Ela, mulher sonhadora e introspectiva, constrói sua vida do outro lado do mar, sempre lembrando as mulheres guerreiras que fizeram parte de sua existência. O mar, com suas imensas águas, e o movimento de suas ondas, nesse sentido, possui toda uma simbologia, que vai desde a captura de muitos africanos sequestrados na África e colocados em navios negreiros, em tempos remotos, como também o sonho da diáspora, nesse contexto, no sentido da viagem de retorno para o continente africano, que para muitos escravizados se tornou impossível. Ele é símbolo de viagem, de mudanças, de metamorfoses. O caminho marítimo serve de estrada tanto para a vida quanto para a morte, revelando as dualidades da existência e seus paradoxos. Os movimentos do mar explorado por Dornellas (2018) representam esse vaivém de pensamentos, delírios, culturas, segregações e acolhimentos.

No primeiro capítulo deste trabalho foi abordada a função das Humanidades e suas possíveis relações com a literatura. Verificou-se como os textos literários são extraordinariamente significativos para a busca de compreensão da natureza humana e suas complexidades e conflitos. Também será mostrado o processo da colonialidade e suas consequências para o futuro dos afrodescendentes. Alguns teóricos utilizados para o desenvolvimento de tais assuntos foram Quijano (2010), Santos (2010), Said (2007) e Nussbaum (2015).

Nos capítulos dois e três, respectivamente, a partir dos temas “Identidade da mulher negra” e “O processo de silenciamento da população negra – especificamente da mulher”,

delinearam-se aspectos e conceitos relacionados ao estudo das identidades, bem como as raízes históricas do processo de silenciamento da população negra. Ambas as análises citadas nesses capítulos tiveram como foco a obra objeto deste estudo, *Por cima do mar*. Para tanto, alguns teóricos que nortearam essa abordagem: Kilomba (2019), Gilroy (2001), Hall (2006) e Munanga (2009).

No quarto e último capítulo, intitulado “Colonialismo, racismo e ferida colonial”, foi exposto como o período da colonização, com a escravidão da mão de obra negra no Brasil, deixou um legado de racismos, estereótipos e preconceitos que perpassaram o tempo e o espaço em que foram concebidos e mantém, ainda hoje, suas ideologias segregacionistas, inferiorizando e subalternizando a população negra. Os teóricos a seguir foram imprescindíveis para essa última fase: Ribeiro (2018), Mignolo (1998), Fanon (2008) e Dussel (2005).

Assim, fica evidente que esta dissertação será de grande importância para colaborar com a compreensão sobre as feridas e marcas trazidas pela colonização e que ainda hoje, infelizmente, definem o futuro de muitas vidas negras. Dessa forma, os temas tratados neste texto mostram algumas dessas marcas de outrora, bem como suas raízes e consequências, objetivando verificar e compreender como se delineou o terrível processo colonizatório que culminou em racismos, silenciamentos e preconceitos; feridas não saradas e que ainda sangram em demasia, cotidianamente, definindo a vida de negros e negras de uma sociedade segregacionista e preconceituosa.

1 HUMANIDADE, LITERATURA E COLONIALIDADE

1.1 O PAPEL DAS HUMANIDADES

Por Humanidades entende-se o conjunto de disciplinas ou áreas voltadas à compreensão do ser humano. Sua origem remonta à Antiguidade grega e romana, mas é no Renascimento que se consolida como um corpo de disciplinas. Para Silva (2010, p. 34):

As Humanidades são saberes disciplinares ensinados e cultivados nas escolas, desde o Ensino Básico até a Universidade, que se têm constituído ao longo dos séculos e que tem por objeto de estudo o homem enquanto animal, que fala, que escreve, que exprime e comunica através de textos orais e de textos escritos, assim criando mitos, religiões, poemas, narrativas, leis, ordenamentos jurídicos, sistemas filosóficos, teorias científicas e etc., que substanciam as civilizações e as culturas.

As Humanidades, por sua essência reflexiva envolvendo questões sociais e históricas, desempenham um importante papel para todas as sociedades. Segundo alguns analistas e estudiosos da área, as Ciências Humanas vivem uma crise de identidade, engendrada, principalmente, pela política global do mundo capitalista. Contudo, nunca se falou tanto em questões de identidades, humanidades, silenciamentos e preconceitos como nos dias atuais. Entretanto, em muitas ocasiões, esses termos são meramente citados, seguindo modismos midiáticos alienantes, sem, entretanto, expressar seu verdadeiro significado. Esse tema é mostrado perfeitamente no romance *Por cima do mar*, objeto de estudo deste trabalho, da escritora brasileira Deborah Dornellas. A partir de uma narrativa não linear e instigante, e a forte presença de um narrador autodiegético, isto é, um narrador personagem-protagonista, analisam-se alguns estigmas sociais, preconceitos, racismos e muitas formas de silenciamentos, presentes nesta obra. Também verificar-se-ão as marcas deixadas pela ferida colonial latentes ainda hoje na vida da população negra.

Assim, a literatura, enquanto elemento das Humanidades, trata com propriedade dessas questões envolvendo o ser humano, seus conflitos sociais, a luta pela sobrevivência e desmarginalização, além de muitas outras idiosincrasias.

Nesse sentido, Dornellas (2018) escancara as portas para uma realidade atroz e presente na sociedade: as muitas marcas/feridas deixadas pelo processo de escravidão negra no Brasil e seus reflexos na vida do povo negro e de seus descendentes. Além disso, a referida obra aborda a busca da identidade por parte da mulher negra e o racismo subjacente a esse processo. A protagonista dessa história, Lúcia Vitalina da Conceição Brasil, inicia o romance abordando sua infância, momento em que era moradora de uma favela da Ceilândia, Distrito Federal (DF); é

descendente de escravos e vive à procura de significados para a sua vida e sua realidade, numa incessante busca por suas raízes e a de seus ancestrais, buscando, de inúmeras formas, encontrar seu espaço em um mundo que a assusta por suas inúmeras injustiças e contradições.

Muitos textos literários, assim como a narrativa citada acima, enfatizaram as desigualdades sociais e a injusta divisão de classes como fator preponderante para a manutenção de diversas feridas, isto é, problemas sociais que perpassam o tempo e o espaço nos quais foram concebidos, contribuindo para a formação e conservação de preconceitos e estigmas dominantes. Assim, o preconceito é um dos estratagemas mais letais e perversos de opressão arraigados à sociedade. Em um mundo dominado pelo sistema capitalista, a principal discriminação a acometer os indivíduos diz respeito à cor e à classe social. Para Mezan (1998, p. 226), preconceito

é o conjunto de crenças, atitudes e comportamentos que consiste em atribuir a qualquer membro de determinado grupo humano uma característica negativa, pelo simples fato de pertencer àquele grupo: a característica em questão é vista como essencial e definidora da natureza do grupo, e de todos os indivíduos que o compõem.

Certamente, o preconceito é uma das mais perversas opressões que capitaneia o processo de discriminação na contemporaneidade. Isso se deve ao fato de, sistematicamente, a violência nele embutida ser camuflada sob a égide de viver em um meio social “democrático”, que oferece segurança aos indivíduos e liberdade de expressão no falar, agir e sentir. Esse preconceito é difundido por meio de ideologias dominantes que atuam, muitas vezes, inconscientemente sobre os indivíduos. Em todas as sociedades ele esteve presente. Na Idade Média, por exemplo, havia um discurso ideológico para fomentá-lo, segundo o qual a existência do preconceito era vontade de Deus e que as pessoas deveriam resignar-se. Sem dúvida, essa é uma das mais repugnantes formas de violência que, posteriormente, produzirá outras violações humanas, como o racismo. De acordo com Mezan (1998, p.155):

Podemos dizer que o racismo é a forma que assume o preconceito quando o grupo portador das características repugnantes ou indesejáveis é uma raça, e não uma profissão, uma corrente de opinião, os moradores de certa região ou localidade etc. (...) Por trás da aparente tautologia – o racismo é o preconceito contra uma raça – oculta-se um complexo problema, que é o da própria conceituação do que seja uma “raça”.

Retomando perspectivas referentes ao papel das Humanidades e da literatura, observa-se a visão delineada pela filósofa estadunidense Martha Nussbaum (2015), que defende uma educação voltada para a cidadania contra um modelo tecnicista de educação com o objetivo de gerar crescimento econômico em curto prazo. Para a autora, esta seria uma crise silenciosa da

educação que colocaria em risco a própria Democracia, já que este sistema de governo pressupõe o cultivo de diversas crenças e hábitos de ação que capacitam o cidadão para uma vida plena e não somente para funcionar de modo lucrativo. Mais uma vez fica perceptível como a era do capitalismo exacerbado e consumismo coloca em sérios riscos a formação educacional de muitos seres humanos que, desde cedo, como afirma a autora, são treinados para escolher profissões menos reflexivas, mas que gerem lucro para o Estado.

A autora defende um modelo de educação humanística a fim de fomentar uma cultura democrática. Para essa filósofa norte-americana, abrir mão desta perspectiva humanística seria abrir mão da própria “alma”. Nesse viés, Nussbaum (2015, p. 4) afirma:

Obcecados pelo PIB, os países – e seus sistemas de educação, estão descartando de forma imprudente, competências individuais pra manter viva a democracia. Se essa tendência prosseguir, todos os países logo estarão produzindo gerações de máquinas lucrativas, em vez de produzirem cidadãos íntegros que possam pensar por si próprios, criticar a tradição e entender o significado dos sofrimentos e das realizações dos outros. É disso que depende o futuro da democracia.

Assim, o termo “alma” empregado por Nussbaum tem a ver com o conceito de “espírito” no sentido de identificar cada indivíduo de forma única, dotado de faculdades intrínsecas à sua natureza e, portanto, participante ativo do processo democrático. Dessa forma, as Humanidades têm sido imprescindíveis para a educação, haja vista seu papel transformador para a formação de cidadãos críticos e competentes para agir dentro da Democracia. Os modelos educacionais vigentes deixam muito a desejar quando priorizam o lucro, o tecnicismo e o crescimento econômico, em detrimento da reflexão, da crítica e das disciplinas e profissões com ênfase nas humanidades. Como ensina Nussbaum (2015, p. 10): “A educação não é útil apenas para a cidadania. Ela prepara as pessoas para o trabalho e, o que é fundamental, para uma vida que tenha sentido”.

Levando em consideração o que foi exposto, até o momento, é perceptível que os sujeitos, paulatinamente, reproduzem os valores e princípios de uma determinada época. Dessa forma, o autor Edward Said, em sua obra *Humanismo e Crítica Democrática*, salienta diversas questões concernentes às relações humanas. É central, em sua exposição, uma latente preocupação com a cultura humanista, a partir da qual desenvolve algumas concepções sobre o humanismo: “Como uma práxis utilizável para intelectuais e acadêmicos que desejam saber o que estão fazendo, com o que estão comprometidos como eruditos, e que também desejam conectar esses princípios ao mundo em que vivem como cidadãos” (SAID, 2007, p. 25).

Para Said (2007), nenhuma cultura ou civilização existe isolada das outras e todas necessitam dos atributos humanos fundamentais, que são a comunidade, o amor e a valorização

da vida. Essas perspectivas do autor, de certa maneira, beiram a um discurso utópico, tendo em vista a situação do mundo, dilacerado de diversas formas e acometido pelas mais variadas formas de violência humana. Entretanto, Said demonstra, por meio de suas ideias, a sua grande força intelectual e reflexiva, mostrando grande coragem ao posicionar-se do lado mais frágil da sociedade, chamando à razão os seus dominadores e apontando suas falhas, como explicitado na citação que se segue: “É para essa ideia da cultura humanista como coexistência e partilha que estas páginas têm a intenção de contribuir, e, obtenham sucesso ou não, eu pelo menos guardo a satisfação de ter tentado” (SAID, 2007, p. 16).

Em um processo muito mais intenso e dinâmico em relação às sociedades antigas, a sociedade atual caracteriza-se por profundas transformações em todas as suas esferas: social, política, cultural e econômica. Para Stuart Hall (2003), todas essas mudanças interferem diretamente na vida humana e em suas interações, contribuindo para formar um sujeito incompleto, deslocado e em constante busca de si mesmo e de sua identidade. De acordo com Hall (2003, p. 9):

A chamada crise de identidade pode ser compreendida num processo mais amplo de deslocamento e mesmo de fragmentação do indivíduo moderno. Os quadros de referência que davam ao indivíduo certa sensação de pertinência em um universo centrado, de alguma forma, entram em crise, e passam a se constituir em algo descentrado e fragmentado característico do período do final do século XX.

Ademais, conforme o ponto de vista do referido autor, o descentramento se opõe às culturas do passado que, a seu modo, forneciam aos indivíduos fortes localizações sociais. Dessa forma, sabe-se que a cultura de uma sociedade é fortemente arraigada por seu passado histórico, isto é, por tudo o que o ser humano realizou em uma determinada época. Nesse sentido, a vida social é permeada por um sistema de símbolos que norteiam para a ação e interação. Ademais, definir cultura não se configura em algo simples e acabado, tendo em vista que ela abrange saberes multidisciplinares, sendo estudada em muitas áreas, como Sociologia, Antropologia e História. Todos os símbolos e demais conhecimentos pertencentes à determinada cultura representam a vida e a história de um povo específico. Assim, não há como quantificar culturas superiores ou inferiores, pois todas possuem suas peculiaridades e são os mecanismos pelos quais o ser humano busca dar significado para sua existência. Assim, segue o conceito de Laraia (2006, p. 25): “Tomando em seu amplo sentido etnográfico [cultura] é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”.

Nesse sentido, o papel das Humanidades é ajudar os sujeitos a compreenderem sua história, sua cultura, seus valores, e a interagir com outros povos. Com fundamento nas Ciências

Humanas, o homem sabe reconhecer-se como um ser de valor, apto a realizar grandes feitos, tendo a literatura como uma importante aliada para esse processo, haja vista seu caráter de abordagem significativa da essência humana, entrelaçada por muitas peculiaridades de épocas históricas diversificadas.

Assim, percebe-se que os textos literários apontam os acontecimentos e tradições de uma determinada época, inclusive o período das colonizações, momento marcante na história da humanidade, em que o colonizador, de variadas formas, incutiu e obrigou os colonizados a abdicarem de sua cultura, de seus conhecimentos, de suas ideologias, levando-os a pensar que seus símbolos culturais eram obsoletos e insignificantes. Enfim, usurparam em diversos aspectos seus sentimentos, valores, crenças e, portanto, a identidade dos sujeitos explorados. Nesse sentido, Silva (2000, p. 16) afirma que “o conceito de identidade é importante para examinar a forma como a identidade se insere no ‘círculo da cultura’ bem como a forma como a identidade e a diferença se relacionam com o discurso sobre a representação”.

De acordo com Silva (2000), a identidade é marcada pela diferença, possuindo símbolos concretos que ajudam a identificar as relações sociais. A construção da identidade é tanto simbólica quanto social e a luta para afirmar uma ou outra identidade possui causas e consequências materiais, pois

A identidade é marcada pela diferença, mas parece que algumas diferenças – neste caso entre grupos étnicos – são vistas como mais importantes que outras, especialmente em lugares particulares e em momentos particulares (SILVA, 2000, p. 10).

Dessa forma, em todas as sociedades, é evidente que tem prevalecido a cultura do dominador, por exemplo, a do senhor feudal na Idade Média, assim como o grande capitalista na sociedade contemporânea.

Diante do exposto, mesmo com tantos estudos e pesquisas nessa área, definir o conceito de humanidade ainda configura uma árdua tarefa. Nesse sentido, para dar conta dessa complexa missão, torna-se necessário recorrer, mais uma vez, a Said (2007, p. 25):

O termo “humanismo” ganhou foros de tradição e de conservadorismo, de elitismo; quando tantas palavras no discurso corrente têm o termo humano (sugerindo humanista ou humanitário) em seu núcleo; quando ao mesmo tempo o bombardeio da Iugoslávia pela OTAN em 1999 foi descrito como uma “intervenção humanitária”.

O processo de colonização ocorreu em praticamente todo o globo terrestre. Alguns países sofreram mais, outros menos. Como consequência, houve um hibridismo cultural, racial, social, histórico e político, de forma inexorável. Os povos explorados fundiam-se com o explorador, produzindo novas e emergentes formas de ser e estar no mundo, ou seja, novas

humanidades. Tudo isso repercutiu no processo histórico de formação e perpetuação da espécie humana, impregnada de um mosaico de diferentes culturas e ideologias. Assim, Said destaca que, “mais do que entrar em conflito, as culturas coexistem e interagem proveitosamente umas com as outras. Longe da busca por ideais de pureza e essência, é preciso defender as combinações, a diversidade, o diálogo entre as civilizações”. (SAID, 2007, p. 39).

É certo que nas sociedades antigas predominava, com mais solidez, a tradição familiar e cultural de seus valores e normas. Já para a sociedade atual, o autor Zygmunt Bauman (2003) traz a noção de liquidez. Segundo o sociólogo e filósofo polonês, a sociedade atual vive em contínua desfragmentação do sujeito e permeada por uma imensa sensação de vulnerabilidade e instabilidade em todas as esferas da vida. O uso da locução “líquido” e seus derivados tende a tornar visualmente acessível essa percepção de algo essencialmente transitório, efêmero e volúvel. Nas palavras do autor:

A passagem da fase "sólida" da modernidade para a "líquida" - ou seja, para uma condição em que as organizações sociais (estruturas que limitam as escolhas individuais, instituições que asseguram a repetição de rotinas, padrões de comportamento aceitável) não podem mais manter sua forma por muito tempo (nem se espera que o façam), pois se decompõem e se dissolvem mais rápido que o tempo que leva para moldá-las e, uma vez reorganizadas, para que se estabeleçam (BAUMAN, 2003, p. 7).

Apesar de tantas mudanças engendradas pela modernidade, como as mostradas por Bauman (2003), alguns paradigmas dominantes continuam em estado de solidificação e não de liquidez, tendo em vista sua reprodução ao longo do tempo. Conceitos arraigados sobre a estética, cultura, valores da pessoa humana vinculada à sua classe social, racismos e tantos outros, permanecem latejando no “calcanhar de muitos ‘Aquiles’” que sofrem hodiernamente desses males.

Diante de tudo isso, é de fundamental importância apresentar algumas questões referentes aos Estudos Pós-coloniais que têm a figura do sociólogo e pensador peruano, Aníbal Quijano (2010), como um de seus principais expoentes, responsável pela teoria sobre “colonialidade do poder”. De forma resumida, o referido autor menciona, em seu estudo, que a modernidade capitalista tem sua origem na conquista colonizadora da América, a qual representou sua “mina de ouro” para exercer seus domínios no mundo. Esse domínio passa por uma imposição racial e étnica da população do globo, que tem seu início na história da escravidão ocorrida na América, e que, por muitos séculos, sustentou o poder europeu. Não obstante, esse processo devastador, consequente do colonialismo, não influenciou apenas aspectos econômicos, mas também inseriu em seus moldes de poder a classificação social da humanidade a partir da ideia de raça e cor.

Nota-se que o capitalismo se consolida na América e se mundializa. É um sistema que tenta convencer que é necessário colonizar a fim de manter um padrão elevado de vida econômica ditado pela visão eurocêntrica da evolução social.

Certamente, um dos frutos do neoliberalismo é o fenômeno da aldeia global, que consiste em aproximar todas as distâncias do planeta terra. Para Quijano (2010, p. 117), a globalização é uma derivação do padrão de poder mundial, “padrão que tem em seu eixo principal a classificação social, que foi difundida através da ideia de raça, utilizada como uma forma de dominação colonial eurocêntrica”.

Quijano (2010) afirma que no decurso do processo de colonização foram se configurando novas identidades societais da colonialidade: índios, negros, brancos e mestiços, por meio das relações intersubjetivas, predominando o padrão de vida europeia, o que se chama de hegemonia eurocentrada, formando a modernidade. Assim, nas palavras do autor, “O eurocentrismo não é exclusivamente, portanto, a perspectiva cognitiva dos europeus, ou apenas dos dominantes do capitalismo mundial, mas também do conjunto dos educados sob a sua hegemonia” (QUIJANO, 2010, p. 69).

Essa realidade convence as outras identidades, isto é, a todos os indivíduos, de que é natural que se viva num mundo onde o capital é importante e inerente à vida social, de modo que não está incluso na sociedade aqueles que não podem “conviver” com o capitalismo eurocêntrico. Isso acaba gerando uma verdadeira estratificação social entre os que possuem poder de compra e os que não possuem, contribuindo para uma grande corrida ao consumismo, à exploração de seres humanos, a preconceitos e desigualdades sociais. Dessa forma, percebe-se que, quanto menor for o grau de escolaridade do indivíduo e suas condições econômicas, maior será a exploração. Exemplo disso foi a vinda forçada de inúmeros povos africanos para o Brasil em virtude da escravidão e das colonizações. Nesse entretempo, ideias mal concebidas no passado sobre a classificação de seres humanos são latentes ainda hoje na sociedade, perpetuando, até os dias atuais, os preconceitos relacionados às questões de raça e de cor. Nesse viés, corrobora Quijano (2010, p. 68), ao destacar que: “A dominação é o requisito da exploração, e a raça é o mais eficaz instrumento de dominação que, associado à exploração, serve como o classificador universal no atual padrão mundial de poder capitalista.”

Pelo exposto, compreende-se que verdadeiramente são muitos os fatores que indicam a importância das humanidades para o benefício dos sujeitos, no sentido de compreender sua história, a do outro e o mundo que os circunda. Oxalá se concretizassem as palavras quase utópicas de Said (2007), quando se refere a um mundo humano permeado por solidariedade e empatia, onde todas as culturas do planeta fossem valorizadas. No próximo tópico deste

capítulo, enfatizar-se-á o papel da literatura, no fito de destacá-la como elemento significativo para as humanidades, evidenciando sua contribuição para a vida dos seres humanos nesse mosaico de identidades, culturas e cores em que se vive.

1.2 LITERATURA E HUMANIDADES

A literatura sempre esteve vinculada ao ser humano devido à sua condição de indivíduo que utiliza o código (língua) para a sua comunicação e compreensão de mundo. Ao pensar a literatura, a partir da oralidade, observa-se que os homens primitivos, ao criarem palavras e expressões para nomear os objetos e transmitir conhecimentos ao grupo, estavam produzindo literatura; quando utilizavam gestos, sons, movimentos e encenações para narrar fatos ocorridos ao longo do dia, também estavam inconscientemente tecendo alguns fios literários. Dessa forma, é evidente que antes mesmo de existir a linguagem escrita já havia a literatura oral. Nesse sentido, há uma relação intrínseca entre literatura e humanidade, tendo em vista sua influência e importância para a vida das pessoas. De acordo com Antônio Candido (1972, p. 123):

A literatura possui uma função humanizadora, pois atua na formação do próprio homem, isto é, a literatura supre a necessidade universal que o homem tem de ficção e poesia, contribuindo para a formação da personalidade humana e propiciando o conhecimento de mundo e do ser que dela se apropria.

Partindo dos pressupostos de Candido, pode-se inferir que Deborah Dornellas, em sua obra *Por cima do mar*, objeto de estudo desta dissertação, presenteia o leitor com uma literatura engajada, reflexiva e crítica aos “valores” da sociedade. Tece profundas reflexões sobre assuntos relacionados a muitas formas de violências e violações de cunho social, em que o racismo é a principal delas. Sua obra vai além do óbvio e do superficial, revestida de um engajamento e denúncia social que é um convite a avançar por águas mais profundas.

A literatura, como instrumento de comunicação, reflexão e interação social possui grande relevância para o ensino de Humanidades. Além da função estética (arte da palavra e expressão do belo), a obra literária possui diversas funções como: função lúdica, relacionada ao divertimento; função cognitiva, que tem a ver com o conhecimento de uma realidade; função filosófica, no sentido de questionar, levar à reflexão; função pragmática, que se consubstancia pela elucidação de uma maneira de viver e comportar-se e, por fim, a função catártica, que, segundo Aristóteles (1997), em sua obra “Arte Poética”, seria a purificação e a libertação de emoções reprimidas; apenas para citar algumas de suas características.

A arte literária corresponde a uma das formas genuínas da manifestação do pensamento. Tem o poder de organizar a expressão e dá vida ao pitoresco, ao trivial e ao excêntrico. Nas palavras de Moisés (1987, p. 44), “a expressão literária constitui uma forma de conhecer o mundo e os homens: dotada de uma séria missão, colabora para o desvendamento daquilo que o homem, conscientemente ou não, persegue durante toda a existência”.

É evidente que um dos papéis fundamentais da literatura ao longo do tempo foi humanizar os sujeitos. Assim, Candido (1995, p. 180) enfatiza seu conceito de humanização:

Entendo aqui por humanização (já que tenho falado tanto nela) o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante.

A literatura, assim como a língua, não é estática. Ao longo do tempo seu conceito passou por diversas modificações. Entretanto, neste texto, abordar-se-á sua função humanizadora. Como garante Soares (2012, p. 76), “[...] o conceito de literatura tem sofrido várias transformações ao longo dos séculos e das diferentes sociedades, assim como sua função”. Isso significa que, na mesma proporção que a literatura se modificou, também sua função passou por metamorfoses. Segundo Paradiso (2015, p. 77) no século XIX a literatura era concebida com a função de entreter o público leitor, diferente de outros períodos, como na Idade Média, na qual sua função era catequética, ou ainda no Renascimento, momento em que sobrepujava a função estética da literatura.

Parafraseando Bauman (2005), pode-se dizer que pensar em literatura, é pensar na essência humana e no que a compõe. Nesse sentido, certamente a literatura pode ser muito mais do que simples objeto que concede entretenimento à vida das pessoas.

O crítico Antônio Candido (1995, p. 186), em seu texto “O direito à Literatura” afirma que “a literatura pode ser um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição dos direitos, ou de negação deles, como a miséria, a servidão, a mutilação espiritual”. Percebe-se, então, o papel da literatura como instrumento de denúncia das injustiças sociais. Assim, é nítida a concepção da trajetória literária na função de instrumento de denúncia dos males da sociedade. Alguns escritores destacaram-se nessa área, a exemplo de Charles Dickens, Victor Hugo, Castro Alves, Aluísio Azevedo e Graciliano Ramos que, utilizando-se da arte escritural, acenderam a luz para as minorias marginalizadas que raramente seriam notadas sem essa intervenção.

A tradição da literatura enquanto denunciadora das injustiças sociais é longa. Na Inglaterra, o já citado autor Charles Dickens (1983) em obras como *Oliver Twist* e *Grandes Esperanças* representou “as distorções sociais causadas pelo processo de modernização da Europa, criando personagens-tipos e levando a crítica social ao extremo por meio da expressão literária.” (SILVA; MOREIRA, 2009, p. 127).

Como exemplificado acima, é mister salientar, enquanto representantes de uma literatura engajada no Brasil, autores como Castro Alves, com relação à escravidão; Aluísio Azevedo, com suas obras urbanas e regionalistas; Graciliano Ramos, mostrando as mazelas dos nordestinos retirantes e, na narrativa contemporânea, Deborah Dornellas, com sua obra *Por cima do mar*, retratando questões relacionadas a preconceitos, racismos e silenciamentos.

Na contemporaneidade, além da obra supracitada de Deborah Dornellas, objeto de estudo desta pesquisa, também a escritora Conceição Evaristo, em sua coletânea de contos intitulada *Insubmissas lágrimas de mulheres*, composta por quinze narrativas curtas, aborda a temática da miséria, da violência social e dos excluídos da sociedade, especificamente, a mulher. Ademais, percebe-se, nessas temáticas quando trabalhadas literariamente, a voz dos excluídos a partir de um escritor engajado que, segundo afirma Marilena Chauí, à opinião de Sartre: “é o escritor de atualidades que opina e intervém em todos os acontecimentos relevantes, à medida que vão se sucedendo uns aos outros. É um estado de vigília permanente.” (CHAUÍ, 2015, p. 6).

No nível da linguagem, obras como as de Conceição Evaristo e Deborah Dornellas, apenas para citar algumas, ao abrirem mão de um formalismo tradicional, a partir do coloquialismo e da informalidade, conferem à narrativa um novo olhar, mais engajado, realizando, pela pluralidade de discursos, uma maior proximidade do público com os personagens retratados. Nas palavras de Braga:

A literatura atua como um elemento de transgressão ao poder da língua no tocante a construção e reconstrução da linguagem, mas também opera como uma forma de subversão às esferas do poder institucionalizado. No primeiro caso por romper as regras linguísticas ao atingir a subjetividade do leitor gerando a produção de novos sentidos. No segundo por figurar como um espaço de denúncia contra a injustiça social (BRAGA, 2009, p. 1).

A literatura consiste numa poderosa ferramenta pela busca de ideais identitários. Indubitavelmente, a arte literária brasileira foi muito influenciada pelos modelos europeus, entretanto, quase que na mesma medida, adicionou temas locais e regionais do país, valorizando suas peculiaridades. Corroborando essa ideia, Candido (1995) defendeu, em “O direito à

literatura”, que estudar literatura em um país em formação, que procura a sua identidade, é buscar compreender sua própria história.

A literatura é apresentada como produto social, do homem para o homem, que o humaniza. Assim, cada período literário traz consigo uma forma de enxergar o homem. Segundo Candido (1972, p. 86):

O Arcadismo, no século XVIII, foi uma espécie de identificação com o mundo europeu através do seu homem rústico idealizado na tradição clássica. O Indianismo, já no século XIX, foi uma identificação com o mundo não-europeu, pela busca de um homem rústico americano igualmente idealizado. O Regionalismo, que o sucedeu e se estende até os nossos dias, foi uma busca do tipicamente brasileiro através das formas de encontro surgidas do contato entre o europeu e o meio americano. Ao mesmo tempo documentário e idealizador, fornece elementos para a autoidentificação do homem brasileiro e também para uma série de projeções ideais.

Uma das funções da literatura consiste na representação da realidade. A partir do período romântico, as narrativas passaram a abordar com maior veemência o lado social. Isso ficou bem claro no período literário conhecido como Realismo/Naturalismo, o qual enfatizou temas da realidade, com personagens pertencentes a classes inferiores como: artesãos, operários, camponeses, prostitutas, dentre outros discriminados socialmente. O escritor francês Émile Zola também se engajou a partir de uma literatura de denúncia social. Acerca disso, afirma Antônio Candido (1995, p. 184):

Na França, Émile Zola conseguiu fazer uma verdadeira epopeia do povo oprimido e explorado, em vários livros da série dos Rougon-Macquart, retratando as consequências da miséria, da promiscuidade, da espoliação econômica, o que fez dele um inspirador de atitudes e ideias políticas. Sendo ele próprio inicialmente apolítico, interessado apenas em analisar objetivamente os diversos níveis da sociedade, estas consequências da sua obra nada tinha a ver com suas intenções. Mas é interessante que a força política latente dos seus textos acabou por levá-lo à ação e torná-lo um dos maiores militantes na história da inteligência empenhada.

Pelo exposto, percebe-se que o texto literário é uma representação simbólica do mundo e, por conseguinte, pode ter inúmeras formas de interpretação e leitura. Não é algo acabado e definitivo, oferecendo ao receptor (leitor) a oportunidade de conferir-lhe vida, isto é, significados. O leitor expande seu conhecimento, penetra em outras realidades constituindo, assim, o espaço para a alteridade e a subjetividade, numa atividade que pode levá-lo a compreender os preconceitos, as injustiças e as mazelas sociais historicamente construídas contra determinados povos, sobretudo, a população negra. Seria uma espécie de *catarsis* em nível de intelecto e conscientização.

Segundo Candido (1995), a literatura aparece como manifesto universal de todos os homens em todos os tempos. Óbvio que seu conceito é muito mais amplo do que se imaginava. Ele assim define literatura:

Chamarei de literatura, da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações (CANDIDO, 1995, p. 174).

Assim, como já enfatizado neste trabalho, em “O direito à literatura” e também em “A literatura e a formação do homem”, o sociólogo e professor Antônio Candido fala sobre a função humanizadora da literatura, considerando, precipuamente, suas três funções: a psicológica, a formativa de tipo educacional e a de conhecimento de mundo e de ser. Dessa forma, compreende-se como ela é imprescindível a quem quer que seja, pois, além de contribuir com o enriquecimento intelectual e cultural, também proporciona o desenvolvimento de um espírito crítico e consciente dos males sociais. Nas palavras do autor:

Um certo tipo de função psicológica é talvez a primeira coisa que nos ocorre quando pensamos no papel da literatura. A produção e fruição desta se baseiam numa espécie de necessidade universal de ficção e de fantasia, que decerto é coextensiva ao homem, pois aparece invariavelmente em sua vida, como indivíduo e como grupo, ao lado da satisfação das necessidades mais elementares. E isto ocorre no primitivo e no civilizado, na criança e no adulto, no instruído e no analfabeto. A literatura propriamente dita é uma das modalidades que funcionam como resposta a essa necessidade universal, cujas formas mais humildes e espontâneas de satisfação talvez sejam coisas como a anedota, a adivinha, o trocadilho, o rifão. Em nível complexo surgem as narrativas populares, os cantos folclóricos, as lendas, os mitos. No nosso ciclo de civilização, tudo isto culminou de certo modo nas formas impressas, divulgadas pelo livro, o folheto, o jornal, a revista: poema, conto, romance, narrativa romaneada (CANDIDO 1995, p. 174).

A partir do raciocínio de Candido (1995) a literatura tem sua função arraigada à complexidade da sua natureza, que explica inclusive o papel contraditório, mas humanizador (talvez humanizador porque contraditório).

Analisando-a, podemos distinguir pelo menos três faces: (1) ela é uma construção de objetos autônomos como estrutura e significado; (2) ela é uma forma de expressão, isto é, manifesta emoções e a visão do mundo dos indivíduos e dos grupos; (3) ela é uma forma de conhecimento, inclusive como incorporação difusa e inconsciente (CANDIDO 1995, p. 176).

Ainda em referência aos artigos citados, Antônio Cândido (1995) advoga que, entendida como produto social, a literatura é reflexo de uma sociedade. O autor segue elencando alguns fatores que contribuem para a humanização do homem e sua configuração no processo formativo do indivíduo. Os fatores a serem elencados e explicitados são: o suprimento da sede de efabulação, aproximação com a vida, reflexão sobre questões essenciais ao viver, compreensão sobre a condição humana e poeticidade.

Para Candido (1972), a questão da efabulação é um dos fatores que contribuem para o processo de humanização, pois o homem tem a necessidade da ficção e a literatura, que é

produto social, tem a capacidade de suprir essa carência. A partir disso, o ser humano poderia criar uma nova realidade, a que o autor chama de suprarrealidade. A aproximação com a vida, uma das características dos textos literários, por ser reflexo da vivência humana, leva o indivíduo à reflexão, à catarse de suas próprias emoções e às resoluções de conflitos.

É por esse e outros motivos que emerge o elemento humanizador presente na literatura. Seus diversos gêneros como poemas, teatros, romances, novelas, contos, dentre outros, os quais ganham forças abordando situações vivenciadas pelo homem, seus valores e utopias, ultrapassam, assim, seu lado lúdico e de entretenimento ao explorar questões fundamentais da vida, levando o espectador à crítica e à reflexão sobre a condição humana, como afirma Cândido (1995, p. 175):

Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia, e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas.

Vislumbra-se, então, pelas palavras de Cândido (1995), uma certa responsabilidade do texto literário com a própria sociedade, à medida que denuncia e coloca em evidência os problemas que fazem parte da condição humana.

De acordo com Morin (2003), destaca-se, então, a compreensão sobre a condição humana que constantemente é retratada em textos literários e, também, a poeticidade, que é componente característico dos mesmos. Como exemplo, cita-se “As lições de R. Q.”, poema de Manoel de Barros (2015), um dos grandes poetas brasileiros. Esse autor mostra a subversão do que se chama realidade, que necessitaria da arte poética para “completar-se.”

Aprendi com Rômulo Quiroga (um pintor boliviano):

A expressão reta não sonha.

Não use o traço acostumado.

A força de um artista vem das suas derrotas.

Só a alma atormentada pode trazer para a voz um formato de pássaro.

Arte não tem pensa:

O olho vê, a lembrança revê, e a imaginação transvê.

É preciso transver o mundo.

Isto seja:

Deus deu a forma. Os artistas desformam.

É preciso desformar o mundo:

Tirar da natureza as naturalidades.

Fazer cavalo verde, por exemplo.

Fazer noiva camponesa voar – como em Chagall.

Agora é só puxar o alarme do silêncio que eu saio por aí a desformar.

Até já inventei mulher de 7 peitos para fazer vaginação comigo.

Também, no poema “Escavação” de Mario de Sá Carneiro (2004, p. 66), o poeta se percebe imerso em uma terrível crise existencial, muito comum ao ser humano. Para expressar-se, ele utiliza toda a lírica e a poeticidade, configurando a mensagem de um devaneio sedutor ao extrair o sumo cruel de uma realidade e transformá-la em arte.

Numa ânsia de ter alguma cousa,
Divago por mim mesmo a procurar
Desço-me todo, em vão, sem nada achar,
E a minh'alma perdida não repousa.

Nada tendo, decido-me a criar:
Brando a espada: sou luz harmoniosa
E chama genial que tudo ousa
Unicamente à força de sonhar...

Muitos outros poemas da literatura brasileira também abordam a necessidade de buscar na poesia um novo sentido e explicação para os conflitos da vida. Dessa forma, é profundamente notável, segundo as ideias de Morin (2003), a questão da poesia e da literatura, de modo geral, como elemento capaz de proporcionar a elevação à dimensão poética da existência humana com base na linguagem.

Voltando a Candido (1995), o referido autor explica que os fatores elencados acima, relacionados ao processo de humanização, podem ainda se manifestar de modo inconsciente nos seres humanos. Todavia, o que se percebe é que, de modo consciente ou inconsciente, a literatura possui boa parcela de responsabilidade para a formação humana.

Portanto, verifica-se que a literatura, como produto social, contribui para a humanização quando aborda o espelho da realidade, proporcionando sua aproximação com a vida das pessoas. Paulatinamente, há no indivíduo influenciado pela literatura, um nível maior de reflexão, consciência sobre si mesmo, crítica e desenvolvimento da cidadania, gerando oportunidade de modificação da própria realidade.

Com base nas palavras de Bauman (2005), é fundamental afirmar que pensar em literatura é refletir sobre a essência humana e sobre o que a compõe. Certo é que a literatura precisa ser apreciada com seu devido valor e não apenas considerada como passatempo ou um “fardo” a se carregar apenas para acúmulo de conhecimento no campo da cognição. Faz-se necessário estimá-la e vivenciá-la como instrumento de metamorfose social, a fim de alavancar sua força e seu húmus para a compreensão de questões humanísticas.

1.3 HUMANIDADES, LITERATURA E COLONIZAÇÃO EM *POR CIMA DO MAR*

Como visto nos itens anteriores, sem dúvida, a literatura aborda muitas questões relacionadas às humanidades, englobando alguns de seus muitos aspectos, inclusive, os Direitos Humanos.

Conceituar Direitos Humanos, seja no âmbito jurídico ou no âmbito social, não é tão simples quanto parece. Para o senso comum, corresponde ao direito inerente à pessoa humana e do qual ela não pode ser privada. Sua concepção atual é embasada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

Assim sendo, os direitos humanos são um conjunto mínimo de direitos que possibilitam ao ser humano viver em sociedade com dignidade. Os Direitos Humanos equivalem às necessidades fundamentais da pessoa humana, resguardados pelo princípio de que todos são iguais perante a lei, não podendo haver distinção de nenhuma modalidade entre os brasileiros. A todos os seres humanos é de ser garantido o respeito devido, em igualdade de condições, sem preferência, com exceção aos casos de pessoas em condições de vulnerabilidade que, per si, necessitam de condições especiais (LIMA, 2011, p. 1).

Conforme afirmações realizadas anteriormente, as marcas/feridas deixadas pela escravidão negra no Brasil foram inúmeras e podem ser nitidamente observadas na sociedade contemporânea. Mesmo no momento da pós-abolição, em que os escravos foram “libertados”, não houve, de fato, uma plena liberdade, podendo ela ser qualificada como falsa e imoral, pois não havia o oferecimento das menores condições de dignidade para esse povo, fato é que as práticas racistas e discriminatórias continuam e são persistentes, sejam elas implícitas ou explícitas. Para Ferreira (2015, p. 100):

A discriminação e o preconceito são um problema atual e mundial que atinge tantos países de primeiro mundo quanto países em desenvolvimento e toda forma de preconceito e discriminação deve ser combatida por ofender diretamente a dignidade da pessoa humana.

Nesse contexto, o silenciamento foi um processo que se desenvolveu em longo prazo, vitimando indivíduos que possuem características pertencentes a uma identidade historicamente silenciada, como mulheres, negros, crianças, moradores de ruas e demais pessoas socialmente desprovidas de recursos. Nesse sentido, a narrativa ficcional de Dornellas (2018) é repleta de questões humanísticas e sociais, tais como: racismos, estereótipos, violências, silenciamentos e preconceitos, denotando o valor da Literatura como instrumento para a realização de denúncia

social e tentativa de conscientização. Esses aspectos serão abordados e analisados ao longo desta pesquisa, no decorrer de cada capítulo.

Uma das primeiras formas de violência legadas à população negra, desde o período da colonização, sem dúvida, diz respeito aos silenciamentos. Os povos africanos foram silenciados em suas culturas, suas línguas, seus costumes, suas pátrias, enfim, de todas as maneiras possíveis. Segundo Ferrari (2011, p. 48):

O silêncio e os silenciamentos fazem parte das formações discursivas envolvidas no disciplinamento dos sujeitos. Falar e calar estão envolvidos nos mesmos jogos de poder e força. A mesma formação discursiva que permite a uns falar, pode colocar o outro na posição de calar-se. O silêncio é a falta de ruídos, a abstenção da fala, é o silenciar-se. O silêncio pode se dar por opção, por medo ou como estratégia de poder.

Para Munanga (2009), colonização e silenciamentos são duas faces de uma mesma moeda. Este último é um dos frutos do primeiro, impetrados sobre os povos colonizados. Para isso, muitas vezes ocorreu, e ainda perdura, a utilização da força bruta, envolvendo castigos cruéis e até a morte. No jogo do poder do homem branco, fazer calar é demonstração de seu poder sobre os dominados, que, por sua vez, são forçados a se submeter aos seus desmandos.

O conceito que o próprio indivíduo possuía de si mesmo, por terem suas identidades estereotipadas ao longo do tempo, os levavam, muitas vezes, a calar e aceitar as ameaças, agressões e intimidações como algo normal. Esse seria o processo de ressilenciamento, isto é, o trauma sofrido por alguém ao denunciar abusos e agressões e, voltando a ser ameaçado, retorna ao silêncio de outrora. É o que ocorre, por vezes, na contemporaneidade, principalmente com mulheres que sofrem violência doméstica e, por não terem seus direitos atendidos, calam-se e vivem em situação de medo e violência.

Nesse sentido, em plena efervescência do período escravocrata, as mulheres eram as mais vulneráveis, pois o “dono” podia utilizar tanto de seus trabalhos físicos quanto do seu corpo e, também, dos filhos das escravas. Essa situação foi muito retratada na literatura, a partir de autores como Bernardo Guimarães, em sua obra *A escrava Isaura* e Castro Alves em seu livro *Espumas Flutuantes*. Apesar do caráter literário, tais textos mostram um pouco das situações deploráveis de sobrevivência dos escravos, seus muitos castigos e subserviência aos senhores. Diversos castigos eram infligidos às negras que quebrassem o silêncio e se expressassem contra o seu “dono”. Dessa forma, percebe-se que há um processo histórico marcado pelo silenciamento, especialmente feminino. Mulheres são constantemente estigmatizadas e neutralizadas por questões de gênero. Também, no romance *Por cima do mar*, a personagem principal percebe-se, em diversas situações, silenciada pela sociedade, pela sua classe social, por seu gênero e, principalmente, por sua cor. Contudo, o silêncio de Vitalina

também é reflexivo, é palco para que ela consiga ouvir suas vozes interiores que gritam sem articular palavra. Como afirma Ferreira (2018, p. 54):

[...] o silêncio (re) cria e (des) constrói discursos... fazendo o homem não apenas um ser da linguagem, mas do silêncio. Todo silêncio também é uma forma de linguagem [...]. Há silêncios na dúvida, na solidão, na angústia, na introspecção, no olhar, na origem e no fim das coisas, no excesso, na repressão, no infinito do universo, na contemplação [...] sentimentos e possibilidades onde existe linguagem.

Indubitavelmente, foi por meio do processo de colonização que muitos preconceitos e estereótipos foram consolidados socialmente. Nesse período, observam-se a imposição que se baseia na coisificação e a exploração dos seres humanos considerados inferiores por uma raça que se julgava superior. As diferenças de fenótipos, a cor da pele, os tipos de cabelo, a escolarização, o sexo, entre outros, são fatores preponderantes para a criteriosa divisão classificatória entre “civilizados” e “não civilizados”.

Ademais, a apropriação do corpo do colonizado, igualado a animais irracionais, é uma das maneiras mais perversas utilizadas pelo colonizador para exercer dominação, transformando pessoas em mão de obra escrava. Percebe-se, então, que é a partir do corpo que a dominação do homem branco se concretiza, baseada em ideias absurdas de superioridade racial, a fim de “justificar” a terrível fenotipofobia em relação às populações negras.

Os efeitos causados por essa mentalidade de superioridade racial, advindos do processo colonizatório, foram desastrosos para a humanidade. No que se refere à identidade e autoestima do povo africano, também agregou muitos males. As mulheres que o digam, pois o corpo feminino foi utilizado como meio de demonstração de poder, em muitos sentidos. Na perspectiva europeia, o corpo das escravas só servia para a reprodução, pois pariam novos escravos para o “senhor”. Violências, estupros e torturas foram infligidos às negras, cujo corpo foi apropriado principalmente para o sexo clandestino, nas senzalas ou onde mais fosse do agrado do colonizador. Essas situações de violência podem ser exemplificadas nas afirmações da escritora moçambicana Paulina Chiziane (2000, p. 21):

Os navegadores correram de aldeia em aldeia, derramando sangue, profanando túmulos, pervertendo a história, fazendo o impensável. A Zambézia abriu o seu corpo de mulher e se engravidou de espinhos e fel. Em nome desse amor se conheceram momentos de eterno tormento e as lágrimas tornaram-se um rio inesgotável no rosto das mulheres. As dores de parto se tornaram eternas, os filhos nasciam apenas para morrer, eram carne para canhão. O povo tentou, inutilmente, transformar os corações em pedra para fugir à dor, à morte, à opressão.

Essa apropriação do corpo das mulheres negras causou uma série de efeitos devastadores para elas, entre os quais: físicos, mentais, espirituais e psicológicos. Isso fez com que elas

incorporassem uma visão distorcida sobre si mesmas e seu corpo. Ora a mulher escrava era procurada pelo colonizador para a descarga de seus desejos, ora para o trabalho braçal. Bonfim (2009, p. 239) comenta:

Essa era a realidade que estava posta para as mulheres africanas racialmente escravizadas: apesar de se perceberem como gestoras de vida político-econômica e de civilização, pelo seu lugar na sociedade colonial e escravagista era com fardo que exerciam qualquer posição que excedesse a condição de mulher objeto, mulher sexo e mulher labor. Portanto, dentro da estrutura de dominação e opressão que pesava sobre elas, as mulheres negras viram-se fadadas a reconstruírem-se como mulheres nesse curto espaço de negociação.

Assim, é importante salientar que, mesmo depois de muitas lutas, protestos e revoluções no decorrer da história, visando o rompimento de preconceitos e paradigmas como os já citados, ainda prevalecem muitos estereótipos que se mantêm arraigados e solidificados, mesmo que inconscientemente, no comportamento dos indivíduos. São ideias e discursos que ultrapassam o tempo, com sentidos pejorativos sobre raça e cor. No Brasil, a própria legislação tenta coibir essas violências, com punições para tais atos, como garante a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu Art. 3º, incisos I, II, III, e IV ao afirmar que,

Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem de raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Essa mesma legislação assim entende que só existe uma raça: a espécie humana. Assim, para Quijano (1993), a ideia de raça na América Latina foi uma das maneiras de dar poder às relações de dominação impostas pela conquista, como a utilização do trabalho escravo.

Inaugurou-se, então, uma nova maneira de legitimar antigas noções e práticas de relações entre dominados e dominantes. Com a expansão do colonialismo europeu pelo mundo, se conduziu à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e, em decorrência, à elaboração teórica de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus (QUIJANO, 1993, p. 67).

Quijano (1993) aponta que, dessa forma, povos conquistados e dominados foram colocados numa posição de inferioridade naturalizada, e, assim, a raça tornou-se o principal critério para a população mundial pensar sobre características, lugares e papéis na estrutura de poder, conjuntamente com uma nova experiência nas relações de produção, a saber, o capitalismo, levando raça e classe a apresentarem-se de forma imbricada.

Esse autor peruano continua afirmando que com a associação entre dois fenômenos – etnocentrismo colonial e classificação racial universal – explica-se, parcialmente, o sentimento “natural” de superioridade dos europeus em relação aos outros povos do mundo. Seria por meio

das lentes do eurocentrismo que os senhores brancos latino-americanos, donos do poder político e de escravos, tinham interesses antagônicos aos dos trabalhadores que constituíam a imensa maioria da população dos novos Estados. A dependência dos capitalistas senhoriais desses países é resultado da colonialidade do seu poder, que os levava, de forma distorcida, a perceber seus interesses sociais como sendo idênticos aos dos brancos dominantes na Europa e nos Estados Unidos.

Para Santos (2010) em sua obra *Epistemologias do Sul*, parte da constatação de que, ademais todas as dominações pelas quais é conhecido, o colonialismo foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder. O conhecimento do dominador sobrepujou de tal forma os dominados que estes sucumbiram a todos os seus conhecimentos e cultura.

Por todo o exposto, é importante salientar a vinculação do papel da literatura para com as humanidades. A primeira corresponde a uma ramificação da segunda e se mostra imprescindível para o ensino, a fim de serem observadas muitas questões abordadas nesta pesquisa, como preconceitos, racismos, estereótipos, ferida colonial e silenciamentos. A arte literária ganha escopo ao traduzir (representar) a vida humana e suas alegrias, agruras, conflitos e dissabores, chamando a atenção para problemas sociais historicamente arraigados e consolidados em meio.

Diante disso, ficou claro como a humanidade constrói discursos que se multiplicam ao longo da história. Conceitos de estética, de raça e estereótipos acompanham o ser humano de todas as épocas e em todos os tempos. Certamente o período da colonização foi um dos grandes fomentadores de certas discriminações e violências na atualidade. No decorrer dessa dissertação, serão mostrados ainda muitos aspectos desse processo presentes ainda hoje na sociedade contemporânea. Observou-se neste trabalho como a colonialidade contribuiu para supressão de vozes sociais dos menos favorecidos historicamente.

2 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA MULHER NEGRA

*A orfandade para mim é uma condição que não se supera...
Tento conviver com ela há anos (DORNELLAS, 2018, p. 231).*

A população negra brasileira tem sido exposta diariamente a situações de humilhação. É convencida, de modo prematuro, por mecanismos eficazes de reprodução ideológica que as características identitárias valorizadas positivamente são as do branco e que lhe cabe não mais que a reprodução do ideal branco-europeu para poder ser socialmente aceita.

Dessa forma, para compreender a construção identitária da mulher negra na sociedade, deve-se caminhar pelo passado e conhecer um pouco a história da mulher, entendendo a gênese formadora de sua identidade, de seus grupos sociais, e principalmente sua função no contexto da família. Nesse capítulo, tomando por base a obra *Por cima do mar*, de Deborah Dornellas, verificar-se-á o processo de construção da identidade da mulher negra.

Os romances contemporâneos, paulatinamente, vêm metamorfoseando-se, a fim de abordar temas que tenham relevância literária e social. Deborah Dornellas, escritora e jornalista brasileira, em sua recente obra *Por cima do mar*,¹ lançada em 2018, evoca um universo de questões e abordagens significativas, de cunho social, histórico, político e cultural. A obra não segue uma linearidade temporal cronológica, é um flash de várias histórias da vida da protagonista, desde sua infância à velhice. É em Benguela, Angola, que a narrativa começa. Lígia Vitalina busca suas origens, sua identidade, e, na África, reconhece, metaforicamente, as mulheres que lhe antecederam em sua família e suas histórias de vida.

A referida obra trata, com muita propriedade, de questões envolvendo identidade, silenciamentos, minorias oprimidas e desprivilegiadas, e, principalmente, o racismo, o qual será abordado com mais veemência no quarto capítulo. Esses fatores enfocados por Dornellas (2018) denotam a ferida colonial ainda não cicatrizada e a sangrar, desnudando diversos problemas sociais intermitentes e dolorosos, o que gera uma confusão de sentimentos, emoções e perda de ideal identitário por parte da população negra, vítima em primeiro grau de todos esses dissabores.

Enquanto lavava minhas mãos gastando todo o sabonete do mundo, dei com a minha figura no espelho de parede inteira, encaixado no mármore cor-de-rosa da bancada da

¹ A obra *Por cima do mar* possui uma forma atemporal de relatar os acontecimentos vividos pelos personagens. Representa uma espécie de *flashback* de diversos momentos existenciais dos mesmos, prevalecendo o tempo psicológico. A narrativa abarca um período recente da história do Brasil, desde a construção de Brasília até a contemporaneidade.

pia. O espelho estava embaçado, meio sujo e descascado nas beiradas. A figura que vi não se parecia comigo. O que estou fazendo aqui? (DORNELLAS, 2018, p. 156).

A partir dessa citação, percebe-se a estranheza e a confusão de entendimento do ser sobre sua própria subjetividade. O espelho, nesse caso, é um elemento simbólico, revelando a face de quem o olha, entretanto, a personagem não consegue reconhecer-se nele. O fato deste objeto apresentar-se embaçado e sujo denota as muitas identidades que não podem mais ser reveladas com nitidez por terem se perdido ao serem subtraídas por seu algoz, o homem branco, o colonizador, que as usurpou de maneira deliberada e cruel. “O que estou fazendo aqui”? É a pergunta que finaliza esse fragmento e que também é um questionamento de diversos homens e mulheres negros nessa sociedade elitista, racista e desigual. Essa pergunta é bem emblemática, representando as vozes da população negra em busca de oportunidades, dignidade e rompimento de preconceitos e paradigmas arraigados. Vitalina é mulher preta, discriminada, vivendo na sociedade de ideal branco-europeu e, portanto, não entende como fazer parte desse meio, como encontrar-se com sua própria essência, como ascender nesse ambiente preconceituoso e hostil, fazendo ouvir sua voz, que representa toda uma população negra marginalizada

Para Du Bois (1999), a identidade individual ou coletiva se forma a partir de um olhar sobre o outro; ou a partir do olhar que o outro possui sobre nós. Isso coloca em foco questões relativas a conflitos e alianças, dando à “identidade” uma roupagem, de certa forma, contingente, pois:

As “identidades” não devem ser pensadas como categorias fixas no tempo e no espaço. Elas se elaboram através de complexas interações dos indivíduos com seu grupo e com o grupo de fora, configurando um espaço de encontro de subjetividades (Du Bois, 1999, p. 57).

A busca pelo autoconhecimento é uma realidade marcante em *Por cima do mar*. Percebe-se a inquietude da protagonista por compreender suas raízes, sua essência, o sentido de sua presença no mundo. Para isso, ela fica atenta a todas as histórias contadas por sua mãe e sua tia acerca de seus ancestrais, de como viviam, de onde vieram, quem foram essas pessoas. Identifica-se com eles, com suas lutas, percebe-se parte de uma realidade que não sofreu mudanças significativas. Sua mente é sonhadora e, muitas vezes, divaga imaginando as cenas narradas.

A fuga foi longa. Braços, pés, mãos, corpo, todo o seu ser existiu um dia apenas para servir alguém do lado de lá do oceano. Alguém que não se vê aqui com nitidez, mas que existe fora deste quadro: um homem branco de açoite na mão; uma sinhá branca brandindo a palmatória; um feitor mestiço caçando fujões; um padre galego comilão

e covarde; O nome dela é Adelina. Morava numa várzea, em área ocupada pelos donos da terra brasileira. Logo a reconheço. Ou me reconheço (DORNELLAS, 2018, p. 11).

A estranheza presente na narrativa e a busca por um ideal de identificação por parte dos personagens denota a preocupante necessidade do ser humano de poder encontrar-se, atribuir significado para sua existência, aceitar-se como pessoa dotada de uma identidade e subjetividades únicas. A volta ao passado, por meio da figura de seus ancestrais, como a avó Adelina, representa a necessidade de encontrar os mosaicos essenciais que norteiam sua existência no agora, a fim de incutir-lhe significado. É uma busca pelo coletivo para formatar a identidade individual: “Adelina sou eu refletida no espelho líquido da corrente fria de Benguela.” (DORNELLAS, 2018, p. 11). Mais uma vez a simbologia do espelho mostrada no escopo da literatura, como objeto que revela de forma objetiva a identidade física do ser, suas particularidades, sua “feiura” ou “beleza”. Esse objeto mostra as relações com questões associadas à autocontemplação, subjetividade, autoimagem, reflexão, poder e consciência.

Nesse sentido, Ramos (2014) defende:

Por IDENTIDADE podemos entender que seja o aspecto coletivo de um conjunto de características pelas quais algo ou alguém é definitivamente reconhecível, conhecido; é um conjunto de elementos que permitem saber quem uma pessoa é. Pelo próprio processo histórico de colonização e escravização, há uma dificuldade na definição e no desenho da identidade negra ainda nos dias atuais. Ao tempo da escravidão, a produção da identidade negra nas Américas deu-se por meio de processos paralelos; pela via de Desafricanização e pela Racialização. Os africanos aqui escravizados foram forçados a esquecer suas origens, para assumirem a sua condição subalterna de “negros” (RAMOS, 2014, p. 3).

Corroborando as ideias do autor referenciado acima, fica claro o quanto o período escravocrata foi terrível para a vida da população negra. Foi a época dos despojamentos da identidade, dos costumes, da língua africana, enfim, de toda uma história e cultura dos negros (as) trazidos da África como escravos. Segundo Ramos (2014), depois do holocausto a escravidão corresponde à pior época da história humana.

Diante dessas reflexões, será essencial explicitar algumas diferenças ainda existentes entre negros e brancos, principalmente aquelas referentes às mulheres negras. É evidente que o racismo, como elemento social estruturante, possui grande poder, mantendo, assim, as múltiplas formas de violência historicamente constituídas contra a população negra. Nesse sentido, as identidades da mulher negra conservam preconceitos e estereótipos vinculados ao período escravocrata, por exemplo, a exploração sexual e trabalhista imposta pelo homem branco. Atualmente, essas mulheres ainda são estigmatizadas, sofrendo variadas formas de discriminações, sendo delegados a elas papéis secundários na sociedade, o que pode levá-las a

uma perda gradativa de sua identidade, por buscarem adequar-se, muitas vezes, à ideologia dominante do “branqueamento”, a fim de viver melhor, com alguma dignidade e visibilidade.

Na vida social, por vezes, os aspectos sociais, políticos, econômicos, educacionais e culturais desfavorecem uma existência plena, com dignidade e bem-estar. Esses fatores geram inúmeras deficiências que contribuem para diversos modos de desigualdades sociais, como as de gênero (entre homens e mulheres), as de raça e etnia e as de classe social. Nesse rol de diferenças exorbitantes presentes na estrutura social, encontra-se a mulher negra, que avança a passos dúbios, lentos e incertos, em busca de sua dignidade, identidade e acesso a direitos, há muito tempo violados.

Nesse sentido, deve-se compreender e relembrar alguns conceitos acerca desse tema ainda tão discutido: identidade. Ciampa (1987) entende identidade como metamorfose, isto é, algo que está em constante transformação, sendo o resultado provisório da intersecção entre a história da pessoa, seu contexto histórico e social e seus projetos. A identidade possui caráter dinâmico e, por conseguinte, pressupõe um personagem. Esse personagem, para o autor, diz respeito à vivência pessoal de alguém que assume um papel padronizado pela cultura. As diferentes maneiras de se estruturar as personagens resultam diferentes modos de produção identitária. Portanto, identidade é a articulação entre igualdade e diferença. Assim, existem diversas maneiras pelas quais é possível interpretar e reinterpretar a identidade, de acordo com a complexidade e com a subjetividade de cada indivíduo, pois “A construção de identidade assumiu a forma de uma experimentação infundável. Os experimentos jamais terminam” (BAUMAN, 2005, p. 91).

Dornellas (2018) mostra constantemente a questão da intersecção de identidade e a complexidade dinâmica, com lapsos do passado, abarcando o presente na vida dos descendentes de africanos. A mãe de Vitalina é negra; volta e meia é retratada na narrativa lembrando elementos da cultura de seus ancestrais, responsáveis por definir seu modo de pensar e viver a realidade: “Às vezes ela nos ninava cantando toadas de congado.” (DORNELLAS, 2018, p. 42).²

Para Dubar (1997) identidade é produto da socialização, que engloba o cruzamento dos processos relacionais (ou seja, os sujeitos são analisados pelo outro dentro dos sistemas de ação

² Com base nas palavras de Nei Lopes (2008), congado ou congada diz respeito a uma expressão religiosa e cultural afro-brasileira a qual envolve dança, canto e teatro para homenagear suas divindades. Constitui-se em um bailado dramático, envolvendo músicas e cantos simbolizando a recriação do ritual de coroação de um rei do Congo. Essa coroação já era realizada pela igreja católica em algumas cidades. Na época da escravidão essa festa ganhava esplendor por terem os escravos adereços e joias cedidos pelo senhor de engenho.

nos quais estão inseridos) e biográficos (que tratam da história, habilidades e projetos da pessoa). Para o sociólogo,

A identidade para si não se separa da identidade para o outro, pois a primeira é correlata à segunda: reconhece-se pelo olhar do outro. Porém, essa relação entre ambas é problemática, pois não se pode viver diretamente a experiência do outro, e ocorre dentro do processo de socialização (DUBAR, 1997, p. 97).

Ainda conforme o referido autor, a “identidade nunca é dada, é sempre construída e a (re)construir, em uma incerteza maior ou menor e mais ou menos durável” (DUBAR, 1997, p. 104). Essa afirmação o aproxima de Ciampa (1987), quando diz que a identidade se constrói na e pela atividade. Logo, a identificação vem do outro, mas pode ser recusada para se criar outra forma de reconhecimento. De qualquer forma, a recongnição utiliza categorias socialmente disponíveis (DUBAR, 1997).

À luz dessas teorias, no romance em debate fica claro como os negros e negras foram tratados com absoluta inferioridade, gerando em seus descendentes uma espécie de incômodo e ‘despertencimento’ do mundo, oriundos de sua perda identitária.

Vi a bisavó Adelina uma única vez, no terreiro da casa da vovó Ignácia, em Paracatu. Nunca me esqueci da visão de seu corpo magro, cansado, mas, ainda firme, e do som de sua voz alquebrada, mas presente. Eu devia ter uns onze anos, ela não sei quantos. Adelina era a filha caçula de Josefa Sem Sobrenome. Contavam que a trisavó Josefa, nascida africana, provavelmente onde hoje é Angola, fora levada cativa, ainda criança, para o Brasil, no porão de um navio – túmulo. Foi a bisavó Adelina quem contou a avó Ignácia, que contou à minha mãe, que me contou. Diziam que Zefa sempre falava que ia voltar à sua terra quando ficasse livre. Nunca voltou. Foi libertada já sexagenária e morreu centenária, desmemoriada, no antigo quilombo de São Domingos, em Paracatu, cercada de um punhado de netos e bisnetos e de parte de seus doze filhos, que teve com três ou quatro homens diferentes, brancos e pretos (DORNELLAS, 2018, p. 15).

Fica evidente, por essas palavras, como toda uma geração de mulheres negras sofreu paulatinamente a perda de sua própria identidade. Uma realidade triste que se iniciou em plena efervescência do período escravocrata, mas que deixou profundas marcas a atingir os afrodescendentes ainda hoje. Ao indicar no texto a figura de “*Josefa Sem Sobrenome*”, há uma elucidação para o processo de ‘desidentificação’ da pessoa que perde até mesmo o direito mais simples e digno que o indivíduo pode ter: seu próprio nome. O fato de Josefa ter morrido desmemoriada, nesse contexto, é algo simbólico, revelando seu “desligamento” forçado da própria história.

É importante ressaltar que a identidade negra se associa também aos antepassados africanos. Assim, o continente africano surge como uma referência para a “autoafirmação” desse ideal identitário. Essa relação com os antepassados pode ser interpretada, segundo Capone (2004), com o movimento de busca e de valorização das raízes e das tradições africanas. Dessa

forma, “a África e as ancestralidades africanas são buscadas, também, no sentido de afirmação social perante o contexto local, e como uma forma de manter laços simbólicos com o continente africano.” (CAPONE, 2004, p. 67).

O processo de constituição da identidade, para Dubar (1997), que prefere falar em formações identitárias, tendo em vista compreender que são várias as identidades que se assume, representa um movimento de tensão permanente entre os atos de atribuição (que correspondem ao que os outros dizem ao sujeito o que ele é, e que o autor denomina de identidades virtuais) e os atos de pertença (em que o sujeito se identifica com as atribuições recebidas e adere às identidades atribuídas).

Enquanto a atribuição corresponde à identidade para o outro, a pertença indica a identidade para si, e o movimento de tensão se caracteriza, justamente, pela oposição entre o que esperam que o sujeito assumira e seja e o desejo do próprio sujeito em ser e assumir determinadas identidades (DUBAR, 1997, p. 110).

Da perspectiva sociológica, mas com foco na pós-modernidade, Bauman (2005) define identidade como autodeterminação, ou seja, o eu postulado. Para ele, as identidades comumente referem-se às comunidades como sendo as entidades que as definem. Existem dois tipos de comunidades: as de vida e as de destino, nas quais os membros vivem juntos em uma ligação absoluta; e as comunidades de ideias, formadas por uma variedade de princípios. A questão da identidade só se põe nas comunidades do segundo tipo, onde há a presença de diferentes ideias e, por isso, também a crença na necessidade de escolhas contínuas, haja vista que:

A essência da identidade constrói-se em referência aos vínculos que conectam as pessoas umas às outras e considerando-se esses vínculos estáveis. O habitat da identidade é o campo de batalha: ela só se apresenta no tumulto. Não se pode evitar sua ambivalência: ela é uma luta contra a dissolução e a fragmentação, uma intenção de devorar e uma recusa a ser devorado. Essa batalha a um só tempo une e divide, suas intenções de inclusão e segregação misturam-se e complementam-se (BAUMAN, 2005, p. 45).

O sociólogo jamaicano Stuart Hall defende que as “identidades modernas estão sendo ‘descentradas’, isto é, deslocadas ou fragmentadas” (HALL, 2006, p. 8). E essas questões estão inseridas em um contexto social dicotômico e paradoxo. Além disso, considera-se que “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (HALL, 2006, p. 9).

Por sua vez, Ferreira (2018, p. 47) reitera que:

Portanto, é fato a existência de constantes mudanças nas identidades modernas, pois há uma incerteza na escolha de identidades alternativas, e, tendo escolhida uma, por quanto tempo se fixar nela. A construção da identidade assumiu a forma de uma

experimentação infundável, uma vez que em nosso mundo fluído comprometer-se com uma única identidade para toda a vida é praticamente impossível, uma vez que as identidades são para usar e exibir, não para armazenar e manter. Logo, o que se pode dizer é que a identidade é um conceito em construção, estudo e movência. Algo que se debruça sobre si, buscando respostas em um mundo extremamente conturbado e desestabilizado, tanto por relações em grupo quanto interpessoais.

A construção da identidade está interligada ao contexto (CASTELLS, 2008), tendo em vista que possuem um entrelaçamento com a sociedade. Assim, o sujeito, como ser atuante no meio social, encontra-se inserido em um ambiente de relações comunicativas, agindo de várias maneiras, de acordo com as normas estabelecidas socialmente. Suas ações, diante das transformações da sociedade, podem ser flexibilizadas, o que denota a subjetividade inserida em todo o processo.

Mas, a respeito de atores sociais, a identidade é um

Processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significados. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas (CASTELLS, 2008, p. 22).

Hall (2006) identifica três concepções de identidade, que são: sujeito do iluminismo; sujeito sociológico; e sujeito pós-moderno. Para o pesquisador, o sujeito do iluminismo tem como centro do eu a identidade de uma pessoa, dotado de razão, consciência e ação, sendo uma concepção individualista do sujeito e de sua identidade; o sujeito sociológico era constituído na relação com “pessoas importantes para ele” (HALL, 2006, p. 11), mediando os valores, os sentidos e os símbolos (cultura), isto é, a identidade é construída entre o eu e a sociedade, e preenche o espaço entre o “interior e o exterior, entre o mundo pessoal e o mundo público” (HALL, 2006, p. 11); e, por fim, o sujeito pós-moderno é aquele que não tem identidade fixa, essencial ou permanente, pois, essa “identidade torna-se celebração móvel, formada e transformada” (HALL, 2006, p. 11-12).

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, na medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possível, com cada uma das quais poderíamos nos identificar ao menos temporariamente (HALL, 2006, p. 13).

A partir de tais questões sobre a identidade, e, prosseguindo com o que se pretende neste capítulo, nota-se que, durante muito tempo, a figura feminina, de forma geral, sofreu e ainda sofre diversos tipos de preconceitos. Desde os tempos mais remotos, foi delegada à mulher uma posição subalterna, inferior ou, quando muito, complementar à do homem na sociedade. Dessa

forma, em quase todas as civilizações, a mulher foi “coisificada”, tida como um mero objeto, até mesmo passível de comercialização.

Desde a colonização brasileira, o papel feminino na estrutura social perpassa funções que vão do exótico ao desumano e degradante. Mulheres já foram admiradas, temidas como feiticeiras, representantes de forças malignas e, também, reduzidas a objetos de domínio e submissão do homem, tendo sua participação, na evolução humana, vilipendiada, marginalizada e, por vezes, aniquilada.

A mulher era um ser destinado à procriação, à vida doméstica, para agradar o marido e a família. Com o desenvolvimento da sociedade, as diferenças envolvendo homens e mulheres tornam-se mais relevantes, principalmente no que se refere à educação. Os homens eram considerados os detentores do saber e proprietários da mulher que, constantemente subordinada ao poderio masculino, encontrava-se submersa numa condição de desigualdade.

No século XVII são divulgadas concepções que colocam a mulher como um ser sem vontade própria. Até mesmo o filósofo iluminista Rousseau (1999) defendia o discurso de que a educação feminina deveria ser restrita aos afazeres domésticos, porque, segundo ele, o saber era contrário à natureza da mulher, que não deveria buscar o conhecimento. Essa era uma sociedade que lutava por ideias de igualdade, fraternidade e liberdade, mas que reprimia as mulheres e delegava a elas o papel de esposa, mãe e filha cumpridora dos costumes.

Seguindo por esse raciocínio, Kant (1998) também usa um discurso sexista ao descrever “a mulher e seu viver para o homem, não a reconhecendo enquanto sujeito atuante da história”. Kant perpassa, nesse aspecto, a mesma concepção desenvolvida por Rousseau (1999), ao fomentar o sentido de inferioridade feminina no que se refere à sua incapacidade intelectual quando comparada a do homem. Essa mesma visão de desigualdade entre os sexos, que preconiza o masculino com base em preconceitos e estereótipos, indubitavelmente contribuiu para a consolidação de uma sociedade machista nos séculos XIX e XX.

Diante do exposto, é notório como a trajetória feminina foi e continua sendo marcada pelos mais diversos tipos de preconceitos, entre os quais o maior deles diz respeito ao sexo, ao ser mulher. Nesse viés, a mulher negra torna-se vítima de tudo o que foi mencionado até agora, mas em um grau sobremaneira mais elevado.

Historicamente, a população negra sempre foi taxada/vista como inferior e subalterna. Definir a identidade do negro é uma discussão que permeia os grandes debates nos estudos étnico-raciais. O que corresponde a ser negro na sociedade brasileira? Este é, sem dúvida, um dos questionamentos da contemporaneidade, ao qual subjaz um conflito cotidiano envolvendo questões identitárias cujas vítimas são homens e mulheres negros.

No instante em que as políticas públicas para as populações negras se estabelecem como ações educacionais (programa de cotas nas universidades públicas, por exemplo) e não educacionais (a Lei nº 7.716, de 5 de Janeiro de 1989, por exemplo), a definição do que é ser negro atinge proporções que envolvem muitas controvérsias e discussões, abarcando diversas classes sociais.³

A nação brasileira é muito heterogênea; formada por uma miscigenação de diversos grupos étnicos, todos se desdobrando em novos subgrupos, detentores de suas especificidades culturais e sociais. Nesse contexto, os negros são mais da metade da população do Brasil, mesmo assim possuem sua representação diminuída e inferiorizada em relação à população branca. O Estado brasileiro tem em sua Constituição Federal, no Artigo 5º, que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.” (BRASIL, 1988). Contudo, o que ocorre na realidade é bem diferente do que está descrito nesse artigo legal, uma vez que na sociedade “desigualitária” brasileira o indivíduo é definido por ideias preconceituosas de pertencimento racial, posição social, econômica e política.

A cultura branca, de origem europeia, no Brasil, possui uma larga vantagem se comparada a outras etnias, principalmente quando se fala em afrodescendentes. É notório e inegável o abismo de diferenças no que tange à representação dessa cultura se comparada à cultura branca – impregnada por discursos e práticas racistas que segregam identidades em detrimento de outras. Isso gera um profundo ‘despertencimento’ cultural, em que a população negra, por vezes, perde ou vai se desprendendo de padrões de sua própria cultura, buscando, assim, os referenciais da cultura do branco, que é a etnia dominante em todas as relações raciais, gerando uma degradante perda da identidade negra, que pode ser entendida como um processo construído historicamente em uma sociedade preconceituosa e racista.

Assim como todo processo identitário, é no contato com o outro que a identidade se constrói, no conflito, na troca e no diálogo. Como ratifica Souza (1983, p. 77), “ser negro no Brasil é tornar-se negro”. Assim, de acordo com a autora, para entender o “tornar-se negro” num clima de discriminação é preciso considerar como essa identidade se constrói no plano simbólico, no que se refere aos valores, às crenças, aos rituais, aos mitos e à linguagem, pois “Afastado de seus valores originais, representados fundamentalmente por sua herança religiosa, o negro tomou o branco como modelo de identificação, como única possibilidade de tornar-se gente (SOUZA, 1983, p. 78).

³LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor, etnia, religião ou procedência nacional. Configura o racismo como crime inafiançável e imprescritível.

Essa obra de Neusa Santos Souza (1983), “Tornar-se negro”, apresenta excelentes debates e apontamentos no que se refere à sua condição feminina, que ultrapassa o óbvio, fazendo a incrível descoberta de ser negra, isto é, conscientizar-se e aceitar-se nessa condição. Segundo ela:

“Saber-se negra” é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas. Submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e, sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades (SOUZA, 1983, p. 17).

Jacques d’Adesky (2001, p. 76) destaca que:

A “identidade”, para se constituir como realidade, pressupõe uma interação. “A idéia que um indivíduo faz de si mesmo, de seu “eu”, é intermediada pelo reconhecimento obtido dos outros em decorrência de sua ação”. Nenhuma identidade é construída no isolamento. Ao contrário, é negociada durante a vida toda por meio do diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com os outros. Tanto a identidade pessoal quanto a identidade socialmente derivada são formadas em diálogo aberto. Estas dependem de maneira vital das relações dialógicas com os outros.

Ao longo da história, a identidade negra caracterizou-se por seus aspectos físicos e fenotípicos como: cor da pele, o cabelo crespo, os lábios grossos, o nariz adunco, que foram estereótipos considerados negros. Assim, havia uma separação que classificava quem seria negro(a) e quem não seria. A identidade cultural e a ancestralidade não eram consideradas para a definição de populações negras.

Pode-se entender que:

A identidade reúne as características de um grupo social a partir das quais se diferencia ou se preocupa diferenciar de outros grupos com os quais mantêm relações, em geral conflituosas. Nem sempre a diferença reivindicada pelo grupo é real, mas si ilusória. A identidade deve ser entendida como processo, e não como algo imutável (VALENTE, 1994, p. 86).

Para Valente (1994), desvendar o que é essa identidade perdida e como isso se relaciona com a construção da própria ideia de cultura negra se transforma, hoje, em ponto de partida para discutir sobre os referenciais que marcam negras (os) como cidadãos e cidadãs. Certamente a identidade da população negra passa pela discussão do que é ser negra (o) no Brasil.

A própria população negra traz à tona debates para definir o que é ser negro (a), quem é negro (a), o que marca essa negritude, se é o fenótipo ou sua ancestralidade e identificação cultural. A mestiçagem existente no Brasil ajuda a criar uma grande incógnita na questão relacionada à definição da identidade negra, pois afirmar quem é negra (o) passa pela necessidade de compreensão das relações étnico-raciais, do que configura se o indivíduo pertence a uma determinada etnia, cultura ou identidade.

Ainda hoje ocorre a naturalização e imposição do padrão estético eurocêntrico, responsável por inferiorizar e negar os demais grupos raciais, formadores da sociedade brasileira, subtraindo-lhes o direito à subjetividade identitária. A população negra tem seus símbolos e a maioria de seus elementos culturais desvalorizados, inferiorizados, ridicularizados e estigmatizados, ocasionando-lhe uma perda gradativa de sua própria identidade e, ao mesmo tempo, é impelida à convivência pacífica com a cultura do seu algoz, o homem branco europeu que vilipendiou a cultura africana. A “estranheza” advinda dos preconceitos sociais continua latente na esfera social. Dornellas narra uma situação parecida quando a protagonista, ao hospedar-se em um hotel, é vista como alguém estranho por causa da sua aparência.

A criança, uma gorduchinha de cabelos quase brancos de tão loiros, ficou me olhando todo o tempo, medindo minha figura de cima a baixo. Talvez tenha achado minha pele muito escura. Talvez as cores da minha roupa a tenham atraído. Quem sabe tenha gostado das minhas tranças afro (DORNELLAS, 2018, p. 59).

Segundo Duarte (2010), o termo afro-brasileiro é designado tanto às pessoas com descendência africana quanto para os artefatos, as manifestações, as tradições e a cultura provenientes da vinda dos africanos escravizados para o Brasil. Duarte define que:

[...] o termo afro-brasileiro, por sua própria configuração semântica, remete ao tenso processo de mescla cultural em curso no Brasil desde a chegada dos primeiros africanos. Processo de hibridismo étnico e linguístico, religioso e cultural. De acordo com um pensamento conservador, poder-se-ia dizer que afro-brasileiros são também todos os que provêm de ou pertencem a famílias mais antigas, cuja genealogia remonta ao período anterior aos grandes fluxos migratórios ocorridos desde o século XIX. E, como este, outros reparos poderiam ser arrolados, dado o caráter não essencialista do termo (DUARTE, 2010, p. 119).

Ao realizar um recorte de gênero, adentra-se no estudo das mulheres negras e, assim, chega-se à discussão sobre o que significa ser negra, com o intuito de verificar e compreender a sua importância relacionada à história do Brasil e ao legado deixado nessa/por essa cultura, como elementos relativos à linguagem, ao comportamento, à cor da pele, entre outros aspectos, buscando entender como essa contribuição histórica exerce influência para a construção da identidade da mulher negra.

O processo de identificação com um grupo, o reconhecimento da identidade, é sempre um processo marcado pela diferença, definido pela inclusão e exclusão, pois, quando eu afirmo o que eu sou deixo subentendido o que eu não sou. Ao afirmar: Sou negra – me incluo e me identifico com um determinado grupo. Quer dizer que eu não sou branca. A afirmação e a negação caminham juntas, assim como a identidade e a diferença (BARBOSA, 2009, p. 60).

Valente (1994, p. 46) apresenta uma discussão importante para essa reflexão, ao definir que “ser negro é ser identificado como negro e reconhecer-se negro”, porém o autor cria outra

discussão acerca das seguintes questões: “E se um negro não quiser ser negro? E se um negro não for reconhecido como negro? E se um mulato não quiser ser negro? E se um branco for reconhecido como negro?”.

Esses pontos acaloram as discussões em torno do tema identidade e seus aspectos: se se trata apenas da cor da pele ou se está mais intrínseca ao reconhecimento cultural, político e ancestral. Se somente a cor da pele for levada em consideração para definir quem é ou não negro, poderia acarretar uma discriminação étnico-racial, pois em um meio social cuja cor da pele configura-se em fator de referência de valorização ou não do ser humano, ter a pele negra pode ser sinônimo de desvantagem social e econômica.

Historicamente, no Brasil, a mulher negra sempre foi vista como alguém ligada aos afazeres domésticos (amas de leite, cozinheiras da casa-grande, empregadas domésticas) ou, ainda, com um forte apelo sexual, visto que elas, durante o período escravocrata, eram obrigadas a satisfazer os prazeres sexuais de seus senhores.

Já a mulata tem sua representação materializada na figura da mulher sensual e ferosa, sendo a miscigenação do branco com o negro, mulher tropical e detentora de encantamento e libido apurada. Enquanto a preta é representada pela força bruta, desempenhando trabalhos árduos ao lado de homens negros, seja nas colheitas, nos campos ou nos espaços da cozinha.

A própria literatura, de forma direta, tem mostrado com muita frequência esses aspectos. Gilberto Freyre (2003, p. 36), afirma em *Casa grande e senzala*: “Com relação ao Brasil, que o diga o ditado: ‘Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar’”; ditado a partir do qual se percebe a convenção social preconceituosa de inferioridade da mulher preta, a superioridade da branca e a mulata sendo colocada com um forte apelo sexual. Dessa forma, Ribeiro (2015, p. 52) alerta que a “literatura pode reforçar estereótipos, preconceitos, discriminações, silenciamentos e perpetuar o racismo”.

Atualmente, a realidade vivida por essas mulheres ainda é muito parecida com a do período colonial pois, segundo Lobo e Silva (2015), o que de fato ocorreu no Brasil foi uma falsa e ilusória abolição da escravatura negra, pois, desde esse período, os homens e as mulheres negras vivem à margem da sociedade, numa permanente luta por sua verdadeira liberdade. Percebe-se que há uma continuidade dos serviços dados às mulheres negras desde a época da casa grande. Hoje, elas ainda ocupam profissões tidas como inferiores, a exemplo de empregadas domésticas, cozinheiras, garis, serventes, babás, dentre outras. Acerca de tal estrutura social, González (1988, p. 19) afirma:

O que se opera no Brasil não é apenas uma discriminação efetiva; em termos de representações mentais sociais que se reforçam e reproduzem de diferentes maneiras,

o que se observa é um racismo cultural que leva, tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra, em particular, desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa.

Vale ressaltar que a alocação das mulheres negras no mercado de trabalho em profissões consideradas subalternas, não representa uma escolha, como prega a sociedade. Com o advento do capitalismo exacerbado, que privilegia o lucro, os direitos sociais já alcançados, muitas vezes são vilipendiados e não chegam a quem realmente necessita. Nesse viés, as mulheres negras ficam sem espaço no meio social trabalhista, e como “[...] prestadoras de serviços, não possuem as qualificações que o mercado exige: a chamada ‘boa aparência’ – um quesito racista [...]” (BARRETO, 2005 p. 43) que resulta na naturalização da exploração da mulher negra na sociedade brasileira.

O trabalho exercido pela negra possui um viés mais abusivo e explorador, tendo em vista que, em sua maioria, é realizado sem garantias dos direitos trabalhistas, compreendendo a informalidade e terceirização. Certamente a constante busca de identidade, por essa mulher, ganha força a partir do movimento negro que surge com respaldo em algum movimento social. É uma luta histórica do negro pela garantia de seus direitos civis, políticos, sociais e humanos, levando a um crescente empoderamento e visibilidade das mulheres negras.

Dornellas (2018) retrata muito bem essa situação, ao compor as personagens Maria e Elvira, duas irmãs, respectivamente, tia e mãe da protagonista. Mulheres afrodescendentes, guerreiras, moradoras de favela e sobreviventes de um sistema opressor. Ambas exercem profissões consideradas inferiores e subalternas socialmente. A primeira é babá de uma menina rica, porém, exerce todo o serviço doméstico na casa da patroa. É explorada e ainda precisa dormir no emprego. A segunda é empregada doméstica e, nas horas livres do trabalho, faz bolos caseiros para ajudar na renda da família.

Tia Maria continuou trabalhando com eles por mais algum tempo, cuidando de Sandrinha. De segunda até sábado depois do almoço. Mesmo já mais velha, a tia ainda dormia no emprego, embora não gostasse. Aos sábados, chegava em casa exausta. Mamãe também dormia algumas vezes no emprego, às sextas – feiras, porque todas as patroas dela inventavam jantares que acabavam tarde. Esses dias eram complicados, por que não tínhamos com quem ficar por algumas horas, quando as duas estavam fora ao mesmo tempo (DORNELLAS, 2018, p. 43).

Como visto acima, *Por cima do Mar* coloca o leitor na companhia de personagens de muita beleza e luta. Uma história atravessada pelo racismo, pela violência sexual (estupro), e invisibilidade social, numa busca frenética por um lugar no mundo e um ideal de identificação. Relata um pouco da história e cultura de alguns lugares, como Minas Gerais e seus pretos,

Paracatu e seu congado, Angola e suas zungueiras,⁴ Rio de Janeiro e o mercado do Valongo, lugares onde várias identidades se cruzam, fundem e eclodem em um meio social totalmente heterogêneo, como observado no trecho a seguir:

Outro dia, ao observar uma zungueira, nas imediações do edifício do antigo armazém de escravos, na face posterior do Museu de Arqueologia, na praia Morena, pensei na trisavó Josefa, na bisa Adelina, em vovó Ignácia. A moça vende frutas, couves, legumes, peixe fresco e salgado, conforme o dia, e o que mais a mãe quiser. É jovem, bonita, risonha. Tem um bebê pequeno e está grávida, perto de parir. Além da responsabilidade pelo sustento da família, carrega todos os dias o peso do próprio corpo, o dos bebês – o nascido e o nonato – e a carga de víveres, arrastando os loacos pelo chão quente de Benguela. Faltam-lhes alguns dentes da frente, como a avó Ignácia. Sorri meio banguela, mesmo como vó Nacinha fazia depois de nos contar uma história, pitando seu cachimbo e soprando fumaça na gente. A zungueira fala uma mistura de português e umbundu (DORNELLAS, 2018, p. 16).

Sobre esse aspecto, Gomes (2002, p. 74) destaca:

Assim, como em outros processos identitários, a identidade racial se constrói gradativamente, num processo que envolve inúmeras variáveis, causas e efeitos, desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo, no qual os contatos pessoais se estabelecem permeados de sanções e afetividade e onde se elaboram os primeiros ensaios de uma futura visão de mundo.

Sobre isso, vale ressaltar que somente após muitas lutas o racismo, atualmente, é considerado “crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão nos termos da lei” Nº 7.716/1989. Nesse sentido, racismo “implica conduta discriminatória dirigida a determinado grupo ou coletividade”, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça (2015). Algo que representa, indubitavelmente, um progresso em meio ao preconceito.

É evidente que as diferenças existentes, ainda hoje, entre a mulher negra e os sujeitos brancos (sejam eles homens ou mulheres) são visíveis e expressivas. Enquanto a mulher negra é vista como objeto sexual ou a empregada doméstica, a mulher branca é tratada como aquela que possui qualidades e virtudes que a colocam nos melhores setores sociais. Fator muito presente na obra em análise, *Por cima do mar*, em que a protagonista se sente inferiorizada por ser mulher e por ser negra. Como já mencionado, sua tia, Maria, exercia o ofício de babá de uma menina branca de classe média alta, chamada Virgínia, que um dia visitando a casa da cuidadora choca-se com as diferenças existentes entre realidades sociais totalmente opostas. É a realidade da mulher preta, contrastando com a da mulher branca. A família de Vitalina vive em condições precárias de existência, morando em uma favela, sem saneamento básico e estrutura digna.

⁴ Novamente, de acordo com apontamentos de Nei Lopes (2008), Zungueiras, em Angola, refere-se a vendedoras ambulantes, mulheres que vendem seus produtos levados, geralmente, em uma bacia sobre a cabeça. Muitas carregam seus filhos pequenos às costas, tendo que suportar um enorme fardo a fim de garantir a sobrevivência.

Chegamos. Abri a porta da casinha e mostrei o buraco no chão. É aqui, ó. Virgínia olhou para a fossa sem acreditar. Depois olhou pra mim, sem acreditar. Sustentei o olhar. O cheiro de merda era insuportável, por causa da chuva da madrugada. Virgínia entrou na ponta dos pés. Encostei a porta e fiquei esperando do lado de fora. Depois de um tempo, menor do que eu esperava, ela saiu do banheiro, com cara de nojo, mais branca ainda (DORNELLAS, 2018, p. 33).

No romance em questão, Dornellas (2018) escancara as portas para uma realidade atroz e presente na sociedade: a constante busca de identidade por parte da mulher negra. A personagem central é representada como uma mulher negra e forte, sempre em busca de seus objetivos, por vezes, sentindo-se deslocada em seu meio social, o que gera uma sensação de não pertencimento ao mundo, de estranheza por não encontrar seu espaço, pois, segundo ela, “A orfandade para mim é uma condição que não se supera... tento conviver com ela há anos” (DORNELLAS, 2018, p. 231).

Vita, como também era chamada essa personagem, sente-se deslocada no mundo. Quer entender sua gênese, a história dos seus antepassados, a fim de compreender a si mesma em meio a tantas subjetividades familiares e sociais. Ela, em determinados momentos, veste a capa da introspecção e da invisibilidade, fechando-se para o mundo exterior, possivelmente com o objetivo de encontrar-se consigo mesma, numa tentativa, por vezes frustrada, de descobrir o seu “lugar”. Esses fatores emocionais, sociais e psicológicos são “heranças” deixadas pelo processo de escravização, e conseqüentemente colonialidade, ocorrida há séculos e ainda presentes na rotina dos afrodescendentes:

Desço do ônibus no ponto mais próximo ao prédio do ICC Norte no campus da UnB. Caminho em silêncio atrás de todos que desembarcaram, sem deixar rastros no chão de grama e terra batida. Entro no ICC, o Minhocão, subo as escadas do departamento de História, confiro o número da sala, entro sem que me notem e me sento no canto mais discreto. Cantos discretos de qualquer cômodo combinam muito com a invisibilidade. Passo todas as aulas pelos cantos, sem me mexer muito. Muito menos falar (DORNELLAS, 2018, p. 35).

A narrativa é permeada por muitas reflexões responsáveis por levar a protagonista a diferentes dimensões espaço-temporais. É nítida a percepção da ausência de uma linearidade temporal, prevalecendo o tempo psicológico, permeado pela ânsia de identificação da personagem, mostrando, com base em suas características comportamentais, como as marcas do processo de escravidão ainda estão marcadamente presentes na atualidade, definindo atitudes, valores e concepções dos próprios negros em relação a si mesmos, como observado no fragmento abaixo:

Olho minha imagem no espelho. Só a cabeça e uma parte do colo aparecem na moldura. Sete buracos, olhos escuros, sobrancelhas arqueadas, cílios muito pretos e

compridos, lábios grossos, cor de ameixa, pele escura, um tom entre o marrom camaleão e o café torrado (DORNELLAS, 2018, p. 34).

Forjada pelo racismo histórico do Brasil, as diferenças entre negras e brancas denotam a divisão das mulheres imposta pela sociedade, levando em consideração seu grupo étnico e o tom de sua pele. Indubitavelmente, há um peso maior, de cunho social, o fato de ser mulher e negra ao mesmo tempo. A cor da pele dita regras duríssimas de ‘sobrevivência’ social e coloca à mulher negra o desafio de lutar contra dois terríveis preconceitos: o de gênero e o étnico.

Acerca de tal questão, Silva (2003, p. 70) observa que:

A situação da mulher negra no Brasil de hoje manifesta um prolongamento da sua realidade vivida no período de escravidão com poucas mudanças, pois ela continua em último lugar na escala social e é aquela que mais carrega as desvantagens do sistema injusto e racista do país. Inúmeras pesquisas realizadas nos últimos anos mostram que a mulher negra apresenta menor nível de escolaridade, trabalha mais, porém com rendimento menor, e as poucas que conseguem romper as barreiras do preconceito e da discriminação racial e ascender socialmente têm menos possibilidade de encontrar companheiros no mercado matrimonial.

O período escravocrata construiu uma imagem da mulher negra vinculada à condição de serviçal, de ama de leite, mucama e mãe preta. Nunca essa mulher foi representada ocupando poderio ou status social, sendo constantemente retratada como responsável pelas atividades domésticas de cuidado e limpeza.

De acordo com Silva (2003), quando a mulher negra consegue superar os obstáculos da sociedade racista e machista e passa a vislumbrar uma condição social e econômica positiva, os desafios sempre são maiores do que os de uma mulher branca, pois além de ser mulher, ela também é negra. Há dois agravantes: o fato de ser mulher e ter que enfrentar todo o machismo da sociedade e o fato de ser negra e ter que lutar contra toda a carga negativa decorrente do racismo. Com isso,

Embora o contexto adverso, algumas mulheres negras vivem a experiência da mobilidade social processada em “ritmo lento”, pois além da origem escrava, ser negra no Brasil constitui um real empecilho na trajetória da busca da cidadania e da ascensão social (SILVA, 2003, p. 76).

Em sua produção, Ângela Davis (2016) ressalta que o suposto conceito de fragilidade feminina e de rainha do lar, embora questionável e falho, se encaixava nas experiências e realidade atribuídas às mulheres brancas e não às mulheres negras, uma vez que a história das negras se caracterizou pelo trabalho bruto, pesado, antes e após a abolição. De amas e escravas dos brancos, tornaram-se, via de regra, empregadas domésticas, serviçais a exercer qualquer outra função subalternada que lhes garantisse sua ‘sobrevivência’ e de sua família.

Corroborando esse pensamento, Sueli Carneiro (2011, p. 2) elucida:

Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca. Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher? Fazemos parte de um contingente de mulheres para as quais os anúncios de emprego destacam a frase: “Exige-se boa aparência”.

A aparência física tem relevante papel na formação e consolidação dos estereótipos, dado que é a forma mais simples de distinguir e homogeneizar os membros do grupo-alvo, conforme destaca Pereira (2002). O padrão socialmente aceitável como ‘boa aparência’ foi algo construído e solidificado por meio de um processo histórico centrado na cultura europeia, que atribuía ao sujeito branco e suas características físicas o modelo ideal. Cunin (2003) afirma que a cor da pele, mais do que um atributo objetivo inerente aos indivíduos, pode ser percebido como um produto da interação e um vetor de classificação social do outro. Ele assinala que “a aparência física favorece significações e tensões construídas no contexto das relações raciais e do racismo brasileiro” (CUNIN, 2003, p. 56), pois o corpo nessas relações serve de base para o processo de dominação.

Teresinha Bernardo (1998), em seu trabalho sobre a memória de velhas negras, mostra como é difícil a mobilidade ascensional da negra – especialmente na conquista de um emprego melhor, pois a maioria das negras trabalhava na informalidade, ou como empregadas domésticas.

Na sociedade colonial, as negras trabalhavam nas casas-grandes e, muitas vezes, iniciavam os filhos dos senhores na vida sexual. Eram submetidas a diversas formas de violência, sendo, sistematicamente, torturadas pelas senhoras por terem sido forçadas sexualmente a dormir com o seu “dono”.

As escravizadas eram usadas como objeto de cama e mesa pelo senhor, para seu prazer e realização sexual como homem:

[...] cumpria com sua mulher branca as obrigações de procriador e marido, mas voltava-se às escravas para o prazer sexual. Entregava-se às negras e mulatas com todo o empenho, buscando usufruir delas a satisfação que não encontrava em sua formal cama de casado. O mito das mulheres quentes atribuído, até hoje, às negras e mulatas pela tradição oral, decorre do papel que lhes era designado pela sociedade escravista [...] (PINSKY, 1998, p. 44).

Próximo ao fim do período colonial, muitas mulheres conseguiam a alforria e, assim, a “liberdade” após uma vida de escravidão. Uma vez livres, ainda encontravam inúmeras dificuldades, sem as menores condições de dignidade humana. Não tendo para onde ir,

acabavam na prostituição ou em condição análoga à escravidão, dessa vez recebendo um mísero salário, quando recebiam, a fim de evitar a fome e a miséria.

Dessa situação iniciaram-se os primeiros cortiços brasileiros, atualmente conhecidos por favelas. No romance em questão, a protagonista é uma moradora de uma favela em Ceilândia (DF), realidade da maioria dos remanescentes de africanos escravizados que vieram para o Brasil. Segundo a narradora-protagonista, “No DF, as favelas são chamadas de invasões. [...] Ceilândia nasceu como um lugar de desterro. Hoje, mais de quarenta anos depois, é a cidade mais populosa do DF.” (DORNELLAS, 2018, p. 88).

Freyre (2003) afirma que a importação de africanos escravizados para o Brasil, além do âmbito econômico, teve outro objetivo. Com a escassez de mulheres brancas, o tráfico de mulheres negras se deu diante de uma nova e grande necessidade: trazer para a colônia ventres geradores e maior quantidade de mão de obra, contando-se com a ação multiplicadora da poligamia e da miscigenação. Isto significa que as negras submetidas ao poderio dos brancos eram vistas, por eles, como objetos que ultrapassaram as funções de serviços domésticos ou donas de casa. E como afirma Gilberto Freyre (2003, p. 51): “Não há escravidão sem depravação sexual”, pois, ao serem estupradas por seus senhores, as escravas geravam filhos bastardos que seriam utilizados como mão de obra para alavancar a riqueza dos grandes proprietários.

Nesse sentido, a obra *Por cima do mar* retrata uma situação de estupro vivida pela protagonista Vitalina, quando está a caminho da Universidade. A mesma foi vítima de uma situação de violência sexual e preconceito arraigado desde há muito tempo no imaginário de muitas pessoas, especialmente dos homens, em relação à mulher negra. Durante o estupro, um dos agressores pergunta: “Foi estudar, nega safada? Eu sei o que você quer nega nojenta!” (DORNELLAS, 2018, p. 111). Após ser estuprada por dois homens brancos, em plena luz do dia, a jovem é socorrida por um transeunte, um professor que passava pelo local e que a incentiva a denunciar os criminosos. Entretanto, na consciência de Vitalina, a ideia do preconceito contra ela e seus ancestrais está tão latente e presente que ela desiste de fazer a denúncia por achar que não seria atendida por sua condição de mulher preta, pobre e favelada, como bem destacado no trecho abaixo:

Mulher jovem, preta, pobre, vinda da periferia do DF, sentada na sala de uma delegacia do Plano, na frente de dois policiais, homens, brancos ou quase brancos. Contava a eles que tinha sido violentada por dois rapazes brancos, dois filhinhos de papai do Plano Piloto. Ou do Lago Sul. Ou do Lago Norte. Ou do inferno. Os policiais não acreditavam nela, mesmo com a confirmação de um homem branco, professor respeitável de meia-idade residente na colina da UnB, que a tinha levado a Delegacia e que era testemunha ocular da ocorrência. Ninguém dava atenção ao homem branco

e velho, muito menos à mulher preta e jovem. A mulher então passava da condição de vítima à de causadora do evento, preta oferecida, qualquer merda assim. (DORNELLAS, 2018, p. 113).

O estupro fazia parte da vida das escravas no período colonial, tendo em vista, segundo Mott (1988), que durante a escravatura os corpos dos escravos (as) pertenciam aos seus donos. Logo, os brancos, de forma livre, manifestavam sua violência sexual sobre negras e também negros. Muitas escravas eram estupradas ainda nos navios negreiros e chegavam ao Brasil grávidas. Essa era uma forma do senhor de engenho aumentar a quantidade de escravos para somar trabalhadores e riquezas para si, pois ter escravo era sinônimo de lucro. Na narrativa de Dornellas (2018), Vitalina faz memória a esse passado quando, ao ser estuprada por dois rapazes brancos, sofre um aborto espontâneo: “Era muito pesado pra mim imaginar a hipótese de ter engravidado. Seria uma violência inominável gerar uma vida a partir de uma ação de morte.” (DORNELLAS, 2018, p. 120). Ao ser estuprada, Vitalina também é tratada pelos criminosos como alguém sujo, em situação de “coisa”: “Eu sei o que você quer nega nojenta!” (DORNELLAS, 2018, p. 111).

Pode-se perceber que durante os mais de trezentos anos de escravidão negra no Brasil, motivados em grande parte por atos de violência libidinoso, houve grande miscigenação envolvendo negros, índios e brancos. Foi uma época de muita violência impelida pelo homem branco (o senhor de todas as coisas, se pensar no conceito de patriarcalismo), ocorrendo muitas vezes situações incestuosas. A esse respeito, Pomer (1980, p. 234) coletou os seguintes versos:

A linda mulatinha/a cria da fazenda/a todos encantava, a todos seduzia/O lindo seio envolto em renda grossa/se ela caminhava, estremecia./O filho do senhor, janota petulante/olhava a mulatinha e demorava no olhar/havia já pensado em ser seu amante/e dela o coração julgava dominar./Um dia resolveu entrar ocultamente/aonde adormecera a pobre da criança/no seio foi bulir, e ela incontinente/ergueu-se e lhe fugiu, deixando-o esperar./A velha preta mãe contou o que lhe aconteceu/A preta a soluçar, a mãe do coração/ fitando a mulatinha, a custo respondeu/cuidado minha filha, escuta... É teu irmão!

Pela passagem acima, verifica-se que a colonização brasileira foi alicerçada na dominação do corpo do outro com amparo em uma ideologia cultural e psíquica de subjugação. A figura do colonizador, do senhor branco, era temida como símbolo do poder absoluto. Juntava-se a isso o discurso religioso que o favorecia, convencendo os escravos a servi-lo com fidelidade e brandura. Acerca de tal aspecto, Almeida (2007, p. 462) reitera que:

O corpo feminino simboliza metaforicamente a “terra conquistada” “ao encontro dos dois mundos por meio de oposições de gênero. Nesse contexto, em um movimento metonímico, possuir a mulher nativa equivaleria a possuir a nova terra recém revelada aos europeus.

Dessa forma, Angélica Basthi (2011), na obra *Guia para jornalista sobre gênero, raça e etnia*, enfatiza a supremacia da autoridade do homem em relação à mulher.

Em todas as sociedades e nas mais variadas culturas, prevalecem valores, atitudes, costumes, práticas e comportamentos, expressados ou não em leis, com base na concepção da suposta autoridade masculina sobre as mulheres, incluindo a percepção dominante e naturalizada da violência contra a mulher. Em alguns países, a isso se soma a percepção naturalizada do racismo e do etnocentrismo (BASTHI, 2011, p. 17).

Segundo a autora, há uma profunda desigualdade de poder construída historicamente entre homens e mulheres, o que gera a subordinação destas últimas aos primeiros, as quais estão à mercê de todo tipo de violência, predominando a física. Esse fator é ainda mais preocupante no Brasil. Conforme Basthi (2011, p. 18):

Por conta da discriminação combinada de gênero, raça e etnia e, ainda, da prevalência de uma visão eurocêntrica na mídia, as mulheres negras e indígenas estão entre as mais afetadas na escala das desigualdades que persistem no Brasil. Elas vivem sob o impacto da negação cultural e enfrentam danos emocionais gerados pela violenta discriminação simbólica e cotidiana, incluindo a violência doméstica. Ou seja, a luta das mulheres pela inserção de uma representação feminina isenta de estereótipos, pela adoção de uma linguagem de gênero não discriminatória e pelo reconhecimento da participação das mulheres em vários setores da sociedade não alcançará a sua plenitude sem o combate às práticas e mecanismos de exclusões racistas e etnocêntricas presentes na mídia em relação às mulheres negras e indígenas, sobretudo.

Logo, corroborando as ideias da referida autora, em geral, as mulheres negras e indígenas encontram-se em uma situação mais vulnerável, enfrentando circunstâncias adversas de sobrevivência, pois “Enfrentam as piores condições de vida, os maiores obstáculos para o acesso aos bens e serviços e os piores salários – seja qual for sua ocupação no mercado de trabalho” (BASTHI, 2011, p. 20). Além disso, esse padrão estabelecido culturalmente, que se apresenta como sexista, racista e etnocêntrico, cria mecanismos que as exclui até mesmo das mais recentes conquistas das mulheres brasileiras, uma vez que:

As negras e indígenas estão invisíveis, por exemplo, nas profissões consideradas de prestígio – seja porque foram discriminadas ou não foram estimuladas a seguirem essas carreiras, seja por não corresponderem ao padrão estético eurocêntrico que prevalece na mídia. Cada grupo exibe suas singularidades no enfrentamento à discriminação de gênero, raça e etnia no mercado de trabalho (BASTHI, 2011, p. 20).

No que se refere às mulheres negras, Basthi acentua que a dupla discriminação (racismo e sexismo) faz com que o grupo ocupe os piores postos e ganhe os menores salários – independentemente do grau de escolaridade, geralmente em setores informais da economia e sem acesso aos devidos direitos. Afinal, “Estudos já comprovaram que o salário médio de uma trabalhadora negra é a metade do da trabalhadora branca” (BASTHI, 2011, p. 22).

Dessa forma, ocorre, gradativamente, o branqueamento da mulher negra que, impelida pela alienação racial, não se identifica como negra, buscando parecer-se com as brancas, em muitos aspectos, desde o modo de se vestir até o corte e tipo de cabelo. Isso cria uma rejeição dessa mulher com sua própria etnia, configurando um racismo consigo mesma. De acordo com Martins (2006, p. 9):

Como os negros poderiam construir uma identidade positiva, vivendo numa sociedade que os apresenta vinculados a valores negativos? A construção de uma identidade negra positiva só pode ser feita em oposição a uma identidade legitimadora nacional que os nega.

Portanto, é a partir da autoconsciência que a mulher negra vai conseguir dar passos a fim de quebrar o racismo consigo mesma, em um processo que exige crítica, discernimento e, principalmente, luta. Quando isso ocorre, o despertar para sua consciência racial e a convicção sobre o que ela é, de onde veio e aonde quer chegar, dá início ao processo de desconstrução de valores, estereótipos e preconceitos constituídos historicamente pela sociedade, visto que os sujeitos não nascem preconceituosos, mas tornam-se em virtude do meio social em que vivem.

Em *Por cima do mar*, Vitalina, depois de muitos encontros malsucedidos consigo mesma e com sua gênese, é acometida por uma epifania de dúvidas que a leva a compreender e desejar estudar sua própria história, numa tentativa de encontrar-se, descobrir-se, metamorfosear-se:

Decidi estudar História muito por causa da vontade de conhecer melhor a saga dos candangos. Meus estudos sobre a origem dos africanos escravizados e seus descendentes – e tudo que isso significou para meus antepassados e significa para nós até hoje – encontram-se em algum lugar com a epopeia dos candangos. Gente que deu seu sangue e sua vida construindo coisas para os outros (DORNELLAS, 2018, p. 86).

Carneiro (1995, p. 247) vai dizer que “a construção da identidade é um processo que se dá tanto pela aproximação com o outro [...] como pelo afastamento do outro [...]”, ou seja, para que haja um despertar, é “necessário que a mulher negra se aproxime daqueles a quem ela se deseja assemelhar-se (as outras mulheres negras) e se afastar das que são diferentes (as mulheres brancas)”. Assim, a mulher negra teria consciência de sua negritude, amando a si mesma e seus corpos, disposta a vencer o alienante pensamento de supremacia do branco em detrimento do negro, pois, de acordo com Santos (2010, p. 45), “as mulheres negras necessitam reencontrar a sua identidade, valorizar sua história e suas raízes, se assumir enquanto afrodescendentes e agentes ativos desse processo de democratização racial”.

Ainda nesse contexto, convém frisar que a identidade passa, necessariamente, pela discussão da estética envolvendo a população negra, bem como por questionamentos referentes

à estética capilar da negra nos dias de hoje. Tal discussão relacionada à essa beleza foi utilizada tanto para suprimir o direito à identidade, pela negatização dos traços físicos e fenotípicos da população negra, quanto para a positização e valorização desses mesmos traços físicos e culturais de sua estética por parte dos próprios negros. Dornellas (2018) mostra essa realidade em seu romance, quando a jovem Vita se encontra pela primeira vez com Virgínia, uma menina rica, a qual sua tia Maria cuidava como babá. Mesmo ainda criança, Vitalina enxerga na outra tudo o que ela acha que falta em si mesma: beleza, brancura, roupas bonitas e, principalmente, dignidade.

Quando se aproximou, notei que era mais alta do que eu e que parecia um pouco mais velha. Usava um vestido azul- céu e sandálias vermelhas de couro, afiveladas no tornozelo. O vestido piscava de tão limpo. As sandálias, um pouco respingadas de lama. Os cabelos, castanhos claros e lisos, estavam amarrados com uma fita larga num rabo de cavalo alto. Era bonita. Desviei o olhar. Não queria que ela percebesse que eu a estava observando. Muito menos que a tinha achado bonita. Tive vontade de me esconder em algum buraco, meus shorts cor de barro, a camiseta manchada, a chinela de borracha, velha e encardida. Desejei muito ter uma fita para amarrar meus cabelos num rabo de cavalo alto (DORNELLAS, 2018, p. 29).

Ao se falar sobre cabelo e corpo, invariavelmente, faz-se uma aproximação com o enfoque sobre identidade negra, a qual se configura em um processo que não ocorre apenas do olhar de dentro, isto é, da visão que o negro tem sobre si mesmo, mas também na relação com o olhar de fora, de como o outro o enxerga. É nesse paradoxo complexo, tenso e conflituoso que se encontra a estética negra. É lógico que o cabelo e o corpo são concebidos e pensados pela cultura, materializando-se em expressões e suportes simbólicos enquanto referenciais identitários negros. Não obstante, cabelo e corpo não podem ser simplesmente considerados como dados biológicos, e sim elementos ideológicos constituintes da cultura e da beleza negra.

Esse traço físico identitário da mulher negra, o cabelo crespo, é pejorativamente taxado por muitos como “cabelo ruim”, “duro” ou “pixaim”. O cabelo do negro, visto como “ruim”, é a pura manifestação do racismo e das muitas desigualdades que estão sobre os ombros desses sujeitos. Taxar o cabelo do branco como “bom” e o do negro como “ruim” é a nítida expressão de um conflito. Por isso, o ato de querer mudar o cabelo demonstra a tentativa do negro de se desvincular da inferioridade a que foi submetido. Isso faz com que, cada vez mais, as mulheres negras busquem formas de mudar o visual capilar com o intuito de serem aceitas socialmente. No romance em análise, Lígia Vitalina também encontra dificuldade em lidar com seu cabelo: “Meus cabelos fogem da minha cabeça em direção ao céu, ao inferno, a todo o universo. São crespos, volumosos e insistem em ser visíveis a qualquer custo” (DORNELLAS, 2018, p. 34).

Quando o povo negro não consegue realizar uma identificação de maneira valorosa com sua própria história, ele age em busca de uma representação, utilizando outros elementos

históricos que o norteie na sociedade. Essa situação ocorre sobremaneira com pessoas que não possuem traços marcadamente negros. Tais indivíduos começam a buscar outras raízes, preponderantemente a europeia, por ser considerada superior e símbolo de poder na estrutura social, pois:

Entende-se o cabelo como símbolo de identidade, este pode ser um vínculo à compreensão da identidade negra na comunidade. O mesmo vem sendo reprimido na tentativa de manipulação no enquadramento de padrões sociais eurocêntricos (FÉLIX, 2010, p. 77).

Muitas mulheres negras no Brasil, ao utilizarem recursos químicos de alisamento de cabelos e tinturas claras, preferencialmente loiras, visam se parecer o máximo possível com os fenótipos do povo europeu, considerado por muitos, até hoje, superior, o que lhes dá uma falsa sensação de pertencimento. De acordo com Gomes (2002, p. 8):

Assim como a democracia racial encobre os conflitos raciais, o estilo de cabelo, o tipo de penteado, de manipulação e o sentido a eles atribuído pelo sujeito que os adota podem ser usados para camuflar o pertencimento étnico/racial, na tentativa de encobrir dilemas referentes ao processo de construção da identidade negra. Mas tal comportamento pode também representar um processo de reconhecimento das raízes africanas assim como de reação, resistência e denúncia contra o racismo. E ainda pode expressar um estilo de vida.

Na sociedade contemporânea, pode-se identificar uma espécie de fenômeno comercial que coloca em evidência a moda e alguns símbolos e elementos da estética negra como tendência, desde que não utilizados pelos negros. No caso da mulher negra, essa situação se observa quando, ao utilizar turbantes e colares, ela será identificada pejorativamente, como macumbeira, por exemplo; no caso de a mulher branca utilizar esses mesmos adereços, será vista como sinônimo de moda, elegância e bom gosto.

Em se tratando do cabelo crespo, quando a mulher negra usa tranças e outros penteados oriundos de sua cultura, ela é considerada, por muitos, como feia, suja, entre outras adjetivações pejorativas. Ao contrário, quando esses acessórios são usados pela branca, são tidos como sinônimo de estilo. Há, sem dúvida, uma apropriação dos elementos da estética negra para servir ao capitalismo, o que Saffioti (2004) colocaria como relação de afro-conveniência.

Para esse autor o processo de afro-conveniência é resultado da relação entre capitalismo e racismo:

A afro-conveniência resulta da relação entre o racismo e o capitalismo, de interesses individuais que possibilita determinações que legitimam, reforçando os estereótipos negativos relacionados à população negra. E no caso específico da mulher negra, resulta também do “nó patriarcado” da fusão da questão racial e da questão de gênero, perpassando a estrutura social, onde ocorrem todas as relações sociais, que torna a situação da mulher negra mais complexa (SAFFIOTI, 2004, p. 115).

Seguindo essa abordagem, verifica-se que na contemporaneidade a negritude, por meio de lutas, protestos e reivindicações, tem alavancado seus ideais na busca de aceitação, cidadania e respeito. Muitas mulheres negras assumem verdadeiramente sua essência, confrontando o sistema de estética opressor e castrador, alicerçado no padrão europeu de beleza. A internet e as mídias sociais de ativistas têm contribuído para a disseminação do antirracismo e quebra de alguns paradigmas dominantes e a consolidação da verdadeira identidade negra. As mudanças são lentas, mas necessárias.

Logo, percebe-se que, sem a convicção de seu pertencimento étnico, a mulher negra encontra-se numa busca constante e atroz por um ideal identitário, cujo referencial será uma identidade branca, por suas vantagens econômicas e sociais.

Assim, a presença de mulheres negras na construção e manutenção cultural foi determinante para o povo negro, visto que elas resistiram à exacerbada miscigenação e à possível ‘perda de identidade’ causada nessa população. A resistência se deu pela manutenção de traços culturais do povo africano, como o hábito de contar histórias e seus ensinamentos, nos penteados dos cabelos, na maneira de vestir-se e alimentar-se. Esse costume de narrar contos orais é retratado no romance objeto de estudo deste trabalho, conforme o trecho: “Para uma brasileira descendente de africanos, filha de gente da roça, contar histórias é coisa atávica, natural. Tão soberana que dela não se escapa. É preciso narrar, passar adiante” (DORNELLAS, 2018, p. 9).

Segundo Valente (1994, p. 46):

O(a) negro(a) deve sim buscar assumir sua identidade negra, pois ‘assumindo uma identidade própria, o negro é então capaz de combater e se livrar da identidade negativa imposta pelo branco. Ao ser considerado e reconhecer-se negro, tem a possibilidade de lutar por um tratamento igual, mantidas as diferenças’.

Assim, percebe-se que para a realização de um parâmetro que estabeleça uma identidade étnico-racial, portanto, é fundamental fazer uma ligação da história com o indivíduo, é preciso mostrar que o mesmo tem história, valores, sentimentos e cultura concebidos ao longo do tempo, capazes de causar-lhe uma sensação positiva de orgulho e valorização. Assim, para Munanga (2009, p. 12):

O fator histórico parece o mais importante, na medida em que constitui o cimento cultural que une os elementos diversos de um povo através do sentimento de continuidade histórica vivido pelo conjunto de sua coletividade. O essencial para um povo é reencontrar o fio condutor que o liga a seu passado ancestral o mais longínquo possível.

Nesse sentido, um dos elementos determinantes para a construção do processo identitário do indivíduo é a língua, tendo em vista que ela é crucial para a identificação de um povo. Nesse caso, no Brasil, o idioma português tem a marca do colonizador, do “escravizador”, do explorador. Muitas palavras de origem africana constam no português falado no país, porém, com pouco reconhecimento por parte dos linguistas, pois foram/são muito significativas as contribuições dadas pelas línguas oriundas de países africanos. Estas, vindas para o Brasil na época do tráfico de escravos, contribuíram para a formação da cultura e da língua falada.

Por trás desse pouco reconhecimento, há uma estrutura que nega e invalida as contribuições africanas para a história e cultura brasileiras. Isso faz com que os negros se “desidentifiquem-se” com a própria língua falada. Palavras como “banzo”, “caçula”, “bagunça”, “curinga”, “moleque”, “denço”, “gangorra”, “cachimbo”, “fubá”, “macaco”, “quitanda”, etc., são utilizadas cotidianamente pelos brasileiros; todavia, não existe na formação dos brasileiros o compromisso de expor e deixar claro a relação entre essas palavras e a África. Isso ocorre mesmo com a lei 10.639/2003, que garante o estudo da história e cultura afro-brasileira na Educação. Esses vocábulos foram incorporados à fala dos brasileiros, porém, sem preocupação em elucidar que os mesmos são de origem africana. Munanga (2009, p. 13) afirma:

Quanto ao fator linguístico, não podemos dizer que a crise foi total, pois nos terreiros religiosos persiste uma linguagem esotérica que serve de comunicação entre os homens e os deuses (orixás, inquices) que continua a ser um fator de identidade. Nas outras categorias foram criadas outras formas de linguagem ou comunicação como estilos de cabelos, penteados e estilos musicais que são marcas de identidade. Algumas comunidades rurais negras isoladas teriam conservado estruturas linguísticas africanas enriquecidas com vocábulos e expressões de língua portuguesa.

Diante disso, Bourdieu (2009) destaca que, semelhante ao vestuário, enquanto sistema simbólico com função expressiva, a língua também expressa interesses de diferenciação ligados ao desejo de ser reconhecido como pertencente a uma determinada posição da hierarquia social. O autor menciona também que marcas de diferenciação linguísticas podem ser observadas no modo como as pessoas pronunciam as palavras e afirma que “em todas as línguas há uma oposição entre a pronúncia do campo e a pronúncia das cidades, bem como entre a pronúncia das pessoas cultas e a dos ignorantes.” (BOURDIEU, 2009, p. 20).

Da mesma forma, Bakhtin (1990) afirma que não há enunciação inocente. Ou seja, as escolhas discursivas não são desprovidas de sentido ideológico. Conscientemente ou não, o que se expressa possui uma carga semântica que está intrinsecamente ligada à relação de poder que se exerce em sintonia com os interlocutores em cada situação comunicativa. Outrossim, as variabilidades linguísticas, isto é, as maneiras diversificadas de expressão, são parte do processo de identificação. E, sendo diferentes, como a pronúncia e o sotaque, o modo de falar do

indivíduo pode ser considerado “aceito”, apropriado ou inapropriado, resultando em mais preconceitos.

Nesse sentido, estudar a sociedade implica estudar a língua e a cultura dela. Além disso, Kramersch (1998, p. 3) explica que “falantes identificam-se uns com os outros através do modo como eles usam a língua; ou seja, eles veem a língua como um símbolo da sua identidade social”. De acordo com a autora:

Língua como um sistema de signos que contém o seu próprio valor cultural, também simboliza a realidade cultural. Então, se a língua for marginalizada e, portanto, considerada como não pertencente, ela é vista como suja; ou melhor, os seus usuários – as pessoas – o são. E da mesma forma, a cultura vista como sujidade pode ser linguisticamente julgada e expressa nas práticas sociais (KRASMSCH, 1998, p. 3).

A mídia, sem dúvida, é uma das grandes responsáveis pela consolidação de estereótipos e preconceitos. Sobre isso, a televisão quase sempre coloca a mulher negra vinculada às atividades domésticas ou à sedução, dando ênfase à sexualidade exacerbada. Tais mulheres são vistas com um apelo muito forte ligado a práticas sexuais. São representações que evocam a ideologia do período colonial brasileiro, no qual os senhores escravocratas estupravam as negras com muita naturalidade à época. O ideal de beleza apresentado é sempre relacionado às mulheres brancas, que nas novelas e filmes são colocadas nos papéis de protagonistas, heroínas e modelos de beleza e virtudes, pois:

A representação dessas mulheres de sucesso e brancas é usada pelos veículos para vender ao público feminino um ideal de beleza e perfeição física, emocional, social, psicológica. Dessa forma, a imprensa feminina cria e dissemina um modelo ideal de mulher e sugere que todas sejam como ela, tanto fisicamente quanto em seus comportamentos, desejos, repulsas, sonhos, planos (BARBOSA; SILVA, 2009, p. 60).

Ser negra é estar sempre na batalha por autonomia, dignidade e liberdade; é lutar por toda uma sociedade para conservar sua história, sua gênese, seu cabelo crespo; é ter consciência de sua cultura, sua raiz e do valor que se tem; é relembrar os antepassados, homens e mulheres, que sofreram em revoluções e guerras com o mesmo objetivo, lutar contra o racismo e os preconceitos. Ser negra é ser mulher de muitas contradições, mas jamais perder-se de si mesma, de sua história, de sua identidade. Como afirma Gomes (2002, p. 178):

O processo de construção da identidade negra é muito mais complexo, instável e plural. Apesar das marcas negativas deixadas pelas experiências de discriminação, o negro se reconstrói positivamente. É claro que esse processo não se dá no isolamento e varia de pessoa para pessoa. Existem diferentes espaços e agentes que interferem no processo de rejeição/aceitação/ressignificação do ser negro.

Ainda sobre esse aspecto, cabe destacar o posicionamento de Carneiro (2011) que, do mesmo modo, defende a necessidade de outra análise e interpretação para a história das mulheres negras no Brasil, que assumiu outros contornos, distintos daqueles constituintes da história das mulheres brancas. Lembra, ainda, que o não reconhecimento dessa distinção, até hoje, tem dificultado a construção da identidade negra para muitas mulheres. Sobre o movimento negro no Brasil, a autora ressalta que:

[...] as mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada e que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras (CARNEIRO, 2011, p. 2).

Vale destacar que um dos aspectos relevantes apontados pela autora está na desconstrução da imagem de uma sociedade racial democrática após a escravidão. Ao contrário, ela ressalta que a “permanência e recrudescimento do racismo mesmo após a abolição se fizeram presentes de forma velada ou explícita, enfraquecendo movimentos em prol das lutas por igualdade de direitos” (CARNEIRO, 2011, p. 10).

Carneiro (2011) defende ser o racismo o principal eixo articulador do movimento feminista negro diante de seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero no interior dessa categoria. Sem desvinculá-lo das questões de classe e gênero, nele imbricadas, ela acrescenta:

O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e anti-racista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira (CARNEIRO, 2011, p. 02).

Os avanços sociais e a diminuição da desigualdade conquistados ao longo da história do movimento feminista são frutos de enfrentamentos da militância das mulheres que, em sua trajetória, pressionaram, tensionaram e conquistaram. Por isso, reprimir a fala do outro, ou reprimi-la, resulta no impedimento da escuta sobre a sua verdade diferente e diversa daquelas hegemonicamente consideradas na sociedade e, assim, no reforço de concepções equivocadas, como a naturalização da desigualdade de gênero, de raça e de classe tão bem destacado por Ângela Davis.

Djamila Ribeiro (2017) afirma, ainda, que o ódio e, também, o medo dos avanços já conquistados pelas pessoas consideradas mais frágeis, política, profissional e economicamente, encontram-se associados ao temor pela possibilidade de avançarem cada vez mais. Afinal, já

“ganharam muito”. Homens e mulheres experimentam o mundo de forma diferente. Além disso, é preciso atenção ao lugar da enunciação, a fim de haver maior consciência e responsabilidade sobre sua história, raça, classe social e gênero.

Assim, *Por cima do mar* representa a volta ao passado, realizado por Ligia Vitalina à terra de seus ancestrais – África. Esta teve que atravessar o oceano Atlântico a fim de reencontrar-se com sua própria história. Isso representa os sonhos a conquistar, o devaneio, a imaginação fértil que encontra terra boa a partir de uma mente que sonha e luta. Casou-se com José Augusto Luacute, um angolano que fora mandado ao Brasil por sua família a fim de fugir das guerras em seu país, os dois encontram-se numa conferência na Universidade de Brasília – UnB. Apaixonam-se, descobrem muitas afinidades e diferenças que são capazes de uni-los. Possuem uma característica em comum: aprenderam a conviver e respeitar sua própria cultura e história. “Nove horas entre o Rio e Luanda. À noite. Minha primeira viagem sobre o oceano. A primeira aventura transatlântica, na rota inversa, que uma pessoa de minha família fazia. Uma manhã africana me esperava em Luanda.” (DORNELLAS, 2018, p. 199).

Vita realizou seu processo de diáspora ao ir para Angola, na África, terra mãe de seus antepassados. Em seus sonhos e imaginações sempre quis entender a formação de sua família que falava pouco ou quase nada sobre qualquer assunto. Eram pessoas que foram acostumadas ao silêncio, e sabiam silenciar. A protagonista afirma que “A única guerra que conhecemos por vivência direta no Brasil é a guerra diária pela sobrevivência!” (DORNELLAS, 2018, p. 232). Após o período escravocrata, verdadeira guerra foi delegada ao povo negro em busca de sua sobrevivência, a qual ocorria em situações desumanas e indignas. Depois da Lei áurea, em 1888, largados à própria sorte, sem moradia e condições mínimas de existência, os “ex-escravos (as)” foram cada vez mais dissipados para as margens da sociedade. Míseros salários, prostituições, habitações insalubres foram algumas marcas deixadas para essa população, que viu ruir o seu direito de participar da sociedade como um cidadão legítimo. Para Mattoso (1990, p. 240),

A festa, porém, durou pouco. A liberdade só de continuar pobre, indigente mesmo, não é verdadeira. Passemos a palavra a A., velha escrava de um canavial da grande Ilha de Itaparica, onde a copa verde das mangueiras vigia a entrada da Baía de Todos os Santos. Ela fala da alegria delirante que tomou conta do engenho. Durante três dias e três noites cantou-se, dançou-se, todo mundo se divertiu. Os sons dos atabaques encheram a ilha. No quarto dia, o feitor mandou reunir os ex-escravos. E os despediu. Deviam deixar imediatamente a fazenda. Ali não havia mais lugar para eles. Começa nesse instante uma vida de errância e sofrimento. Feitor já não há para alimentá-los, nem senhor para tratá-los e vesti-los. Nos primeiros dias, os libertos da ilha lhes dão de comer. Gradualmente, porém eles são forçados a dispersar-se. Muitos atravessam a baía, refugiam-se na grande cidade, acrescentam-se a uma população marginal que tem todas as dificuldades do mundo para arranjar trabalho. A abolição não forneceu qualquer garantia de segurança econômica, nenhuma assistência especial a esses milhares de escravos libertados. Lei áurea, sem dúvida, mas que abandona à sua sorte

o liberto desorganiza os circuitos de trabalho em benefício dos homens livres e anula os ajustamentos sociais criados por três séculos de sistema escravista. Aqui, os escravos trocam sua condição de cativos dos campos pela de trabalhadores rurais assalariados, vivendo na miséria, explorados por lhes haverem dado na propriedade um pequeno trato de terra ao qual eles se agarram, mas que nunca puderam cuidar racionalmente. Lá escravos buscam trabalho na cidade, um emprego que ela nem sempre lhes pode oferecer: no nordeste, devido à crise econômica que atinge o mundo da cana-de-açúcar; em outras regiões, pela superabundância de mão-de-obra alimentada pela imigração europeia e pelos trabalhadores do campo obrigados a vender suas terras mal exploradas. Os abolicionistas limitaram-se a libertar o escravo, sem pensar em sua reinserção econômica e social.

As guerras angolanas também são mostradas em *“Por cima do mar”* e, nesse sentido, a figura de dona Eulália, mãe de José Augusto Luacute, o esposo de Vitalina, ganha destaque. Essa senhora acompanhou, juntamente com sua família, todos os horrores causados pela guerra e conseguiu, com muito custo, “esconder” o seu filho para que este não fosse para o combate: “Na altura da trégua, Zé Augusto já não estava em Angola. A mãe tinha conseguido que ele saísse do país em 1989. Não queria que o filho se ferisse ou morresse numa guerra. Já bastava o marido.” (DORNELLAS, 2018, p. 211). Esse episódio lembra as muitas mulheres negras que, por vezes, ao darem à luz, matavam seus filhos para que estes não vivessem as agruras da escravidão, alguns sendo retirados ainda criança de suas genitoras para serem comercializados, conforme afirma Senin (1971, p. 111):

Os castigos corporais, as marcas de fogo e outras crueldades continuam sendo praticadas. O maior sofrimento intelectual, entretanto, era causado pelas vendas, à passagem de um proprietário a outro. Se convinha ao dono, as mulheres eram separadas dos maridos, os filhos arrancados de suas mães.

Diante de tudo isso, percebe-se que a mulher negra representa a contradição em uma sociedade patriarcal e de viés elitista branco. Há um processo histórico de lutas, revoluções e conquistas no sentido de romper paradigmas, preconceitos e estereótipos por parte das mulheres; entretanto, o combate por dias melhores ocorre cotidianamente, pois o preconceito e o racismo ainda são, infelizmente, elementos estruturantes do meio social. Autoridades, políticas públicas e todos os cidadãos devem buscar e realizar ações que garantam o preceito constitucional da dignidade da pessoa humana e de uma sociedade livre de discriminações de qualquer natureza, onde todas as pessoas tenham seus direitos respeitados. As dimensões das desigualdades de gênero são imensas, multiformes e exigem mudanças significativas o mais rápido possível.

Sobre isso, Piovesan (2010) inova com o uso da expressão “Direito dos Direitos Humanos”. Segundo a especialista em Constituição Federal e direitos humanos, “o Direito dos Direitos Humanos regula as relações entre os desiguais e defende ostensivamente os mais fracos” (PIOVESAN, 2010, p. 34). Para ela, nas relações sociais de desigualdade, os direitos

humanos devem favorecer os mais necessitados de proteção. Esta seara do Direito preocupa-se em remediar as disparidades sociais e seus desequilíbrios, contribuindo para a construção de uma sociedade mais coerente e justa com todos os indivíduos.

Contudo, é nítido que a sociedade ainda caminha a passos lentos no quesito respeito às identidades e superação de racismos e preconceitos. É certo que muitas mudanças já ocorreram favorecendo àqueles que tinham seus direitos totalmente aniquilados. Porém, ainda há muito a que se fazer para o rompimento efetivo de paradigmas dominantes e para que a população negra, especificamente a mulher, encontre a dignidade que precisa para viver com plenitude e cidadania, desfrutando de sua identidade como ser humano de valor inestimável.

3 O PROCESSO DE SILENCIAMENTO DA POPULAÇÃO NEGRA – ESPECIFICAMENTE A MULHER

“Há milênios somos empurrados para as latrinas do mundo, e querem garantir pela força que lá fiquemos até a morte, manietados e mudos.” (DORNELLAS, 2018, p. 165)

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948, p. 2), em seu artigo primeiro, "todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos". Todavia, se parar para observar, percebem-se as contradições que envolvem muitos direitos essenciais à dignidade humana. Para Andrews (1998, p. 56):

Os direitos universais de igualdade, dignidade e liberdade proclamados na Carta Constitucional de 1824 eram garantidos aos homens livres, o que, portanto, na prática, convertia-se em direitos de uma minoria branca e proprietária, deixando à margem do exercício de direitos cerca de 40% da população da época.

Há mais de trezentos anos, o silenciamento foi uma das armas mais poderosas e eficazes utilizadas contra o negro, sobretudo contra a mulher negra. O processo de silenciamento dessa população e seus remanescentes é um dos temas importantes abordados na obra *Por cima do mar*. A protagonista percebe que entre os membros de sua família, descendentes de africanos, o ato de falar de sentimentos é algo raro: “Na minha família não se tem o costume de falar nada do que se sente sobre nenhum assunto.” (DORNELLAS, 2018, p. 21).

De acordo com Ribeiro (2017), a mulher negra, que já sofre discriminação por ser mulher, vive ainda um processo de invisibilização estrutural que torna a discriminação dupla (ser mulher e ser negra), ainda mais oculta e, por isso, difícil de analisar e desconstruir, como observado na citação que se segue:

Saio de casa vestindo roupas neutras. Chego até a parada de ônibus em silêncio, aceno para o primeiro que passa. Entro e me sento no fundo. Viajo calada até a rodoviária do Plano Piloto. Desço do primeiro ônibus e espero na fila para embarcar no segundo, para a universidade. Subo os degraus e me sento no fundo. Algumas pessoas com cara de universitárias, quase todas brancas, olham para mim, mas tenho certeza que não me veem (DORNELLAS, 2018, p. 35).

Na sociedade brasileira, falar da invisibilidade das mulheres negras chega a ser um paradoxo. Isso porque, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o censo de 2018 mostrou em suas pesquisas que a população de negros e pardos somadas perfazem um total de 54,9% do total da população brasileira, a maioria mulheres. Ainda segundo essas fontes, até 2018 a percentagem era de 51,1% de uma população feminina para 48,9% para uma população masculina, ou seja, é o mesmo que dizer que o Brasil enquanto Estado invisibiliza a

maior parte da sua população, apenas pela sua condição de gênero e cor da pele. Percebe-se que as mulheres negras são negligenciadas, caladas e manietadas em seu processo de invisibilidade, pois existe uma sociedade estruturada na base do racismo, sexismo e patriarcalismo, desprezando a maioria dos sujeitos que formam sua população.

São as mulheres negras brasileiras as maiores vítimas de várias atrocidades como o infanticídio, o suicídio, o feminicídio, as violações e os abortos no Brasil, o que os estudos e as pesquisas realizadas sobre o tema já comprovaram que as mulheres negras no Brasil têm maior qualificação escolar que os homens negros, e apesar disto têm os salários mais baixos, sendo na maioria cuidadoras e as realizadoras de tarefas domésticas (IBGE, 2018, p. 36).

Certamente, à cultura negra foi imposto um silenciamento repleto de sentidos. O povo brasileiro, em muitos aspectos, assimilou a cultura dos africanos escravizados que para cá vieram, utilizando-se da mesma sem, contudo, reconhecer suas origens. Percebe-se toda uma bagagem cultural negra, na música, dança, vocabulário, religião, vestuário, dentre outras manifestações presentes nos dias atuais. Sabe-se que o povo brasileiro é o resultado de uma cultura herdada, imposta, assimilada, provinda de negros, índios, portugueses, espanhóis, italianos, entre outros povos. Nesse sentido, Araújo (2007, p. 5) definiu:

Penso, por fim, na ambiguidade desta nossa história de que são vítimas os negros, numa sociedade que os exclui dos benefícios da vida social, mas que, no entanto, consomem os deuses do candomblé, a música, a dança, a comida, a festa, todas as festas de negros, esquecida de suas origens. E penso também em como, em vez de registrar simplesmente o fracasso dos negros frente às tantas e inumeráveis injustiças sofridas, esta história termina por registrar a sua vitória e a sua vingança, em tudo o que eles foram capazes de fazer para incorporar-se à cultura brasileira. Uma cultura que guarda, através de sua história, um rastro profundo de negros africanos e brasileiros, mulatos e cafuzos, construtores silenciosos de nossa identidade. E não se pode dizer que não houve afetividade ou cumplicidade nessa relação. A mestiçagem é a maior prova dessa história de pura sedução, da sedução suscitada pela diferença, que ameaça e atrai, mas acaba sendo incorporada como convívio tenso e sedutor, em todos os momentos da nossa vida. Tudo isso é memória. Tudo isso faz parte da nossa história. Uma história escamoteada que já não poderá mais ficar esquecida pela história oficial.

Falar da cultura afro-brasileira é mencionar, também, o período da escravidão, o qual se configura numa mancha difícil de apagar. É impossível abordar a cultura negra, sua influência no Brasil, sem citar a escravidão e suas consequências. Conforme o africano ia se integrando à vida do brasileiro, tornou-se afro-brasileiro, ou melhor, um brasileiro. Esse termo afro-brasileiro é utilizado para indicar os indivíduos oriundos da mestiçagem, entre africanos e portugueses.

Se para o homem negro a sociedade preconceituosa já o punha numa verdadeira invisibilidade e falta de oportunidades, a situação da mulher negra era ainda mais terrível. Seus próprios filhos eram considerados propriedade dos senhores, tirados da mãe, assim que ocorria

os desmame, e colocados à venda ou, quando já maiores, em algum serviço imposto pelos brancos. No mercado de escravos, os negros eram submetidos a várias humilhações, muitas vezes tendo sua nudez exposta publicamente para serem avaliados aptos ou não para a compra de algum senhor de escravos. Porém, como reitera Macedo (1974, p. 32):

Quando se tratava de mulher, os seios eram bem examinados, pois poderia vir a servir como ama de leite e bem assim as nádegas. Tinha-se interesse em negras do traseiro grande, bem servido de carnes, porque isso era – diziam – indício de força, saúde e qualidade de boa parideira, capaz de dar novos escravos ao senhor.

De acordo com a psicóloga que atua com foco em saúde mental da mulher e relações étnico-raciais, Mariana Cancoro de Matos (2018), a herança patriarcal e escravocrata da sociedade brasileira impacta ainda hoje nas possibilidades de ser, falar e existir. Isso faz com que haja uma naturalização das desigualdades e da violência engendradas contra as minorias desprivilegiadas socialmente.

Existe um “consenso” popular, machista e patriarcal que afirma: “mulher tem que ser elegante, educada, falar quando deve”. Essas palavras soam até bonitas, quase coerentes, se não fosse o fato de esconderem outra verdade: a de que mulher necessita ser silenciosa e ter pouco espaço. Nesse sentido, convencionou-se no sistema patriarcal que a mulher é apenas um suporte do homem, e uma boa mulher é aquela que se resguarda, que pouco fala, e, na maioria das vezes, usa sua voz apenas para concordar com o pai, o irmão ou o marido, subtraindo, assim, seu direito à expressão autêntica, legítima e natural. Essa repressão ao feminino, durante muito tempo, foi causa de seu afastamento de muitas áreas sociais, inclusive da Literatura, segmento que compreende um lugar de forte visibilidade.

Nesse viés, a literatura é, sem dúvida, um dos instrumentos culturais capazes de formular e conservar estereótipos que denotam vozes negligenciadas e silenciadas que palmilham pela contemporaneidade, procurando um espaço, reivindicando a reparação ou diminuição dos danos outorgados pelo racismo, sexismo, patriarcalismo e condições sociais indignas ao ser humano. Nesse contexto, atualmente, obras como a já mencionada *Por cima do mar* e o poema *Vozes Mulheres*, das escritoras Deborah Dornellas e Conceição Evaristo, respectivamente, apenas para citar algumas, ecoam vozes que não se calam, convocando as mulheres negras a irem em busca do elo perdido de suas identidades.

Dessa forma, a história da pessoa negra no Brasil e pelo mundo inteiro tem sido abordada pela tradição literária sob a égide da inferioridade, da subalternidade, com um viés totalmente negativo, a um povo cuja diáspora está relacionada com à construção da

nacionalidade brasileira. Estima-se que mais de cinco milhões de escravos chegaram ao Brasil nos porões dos navios negreiros.

Lopes (2004), em sua obra “Enciclopédia brasileira da diáspora africana”, esclarece acerca do significado da palavra ‘diáspora’. Segundo ele, esse termo foi utilizado originalmente no antigo Testamento para designar a dispersão do povo judeu pelo mundo. Nos estudos pós-coloniais e culturais, enfatizando nesse contexto a população negra, o vocábulo ‘diáspora’ se refere a dispersão dos povos africanos pela América, Ásia e Europa, ocorrida em larga escala, entre os séculos XV e XIX, durante o período do tráfico negreiro. Foi um dos movimentos migratórios mais significativos e cruéis da história, calculando-se que cerca de cinco a dez milhões de pessoas teriam sido arrancadas da África e forçadas a cruzar o oceano Atlântico, rumo às Américas. Essa situação foi retratada na Literatura da época, em sua maioria, somente pela ótica de escritores brancos.

Também, no romance de Dornellas (2018) essa situação é lembrada

Numa fração de segundo, eu me vi num antigo porto de Angola. Em seguida, no porão de um tumbeiro, lotado de gente gemendo. Ouvi seus lamentos. Depois num cais estrangeiro, muito longe de casa, e por fim soterrada no solo viscoso de uma terra desconhecida. Uma preta nova que suportou a viagem, mas que morreu logo em seguida ao desembarque. Senti em alguns segundos todo o peso e o sentido da palavra “diáspora” (DORNELLAS, 2018, p. 70).

A citação acima, escrita por uma mulher, demonstra como a literatura em *Por cima do mar* retrata a situação da diáspora negra. O que chama atenção também é a falta de escritoras, principalmente negras, presentes na arte literária do passado colonial. Por meio desse romance de Dornellas (2018), objeto de estudo deste trabalho, fica evidente que a literatura, no cenário social, ocupou, por muito tempo, um espaço erudito. Sendo assim, as minorias sociais, como índios, negros, homossexuais, deficientes e mulheres, compunham um grupo marginalizado, delegado a segundo ou último plano, sem oportunidades, valorização estética e produção cultural. Conforme Evaristo (2008, p. 45), “Uma leitura mais profunda da literatura brasileira, [...] nos revela uma imagem deturpada da mulher negra”. Diante disso, Moreira e Schneider (2005, p. 202) observam que “Um aspecto a observar é a ausência de representação da mulher negra como mãe, matriz de uma família negra, perfil delineado para as mulheres brancas em geral”.

De forma geral, a literatura coloca sempre a negra como babá dos filhos dos brancos, ou então nos serviços estafantes da lavoura ou ainda nas atividades domésticas e na cozinha. Todas ocupando seu espaço invisível, mostrando, a partir de seus ofícios laborais, a situação subalterna a que foram delegadas, como reitera Deborah Dornellas (2018, p. 156) em seu

romance: “Sobre os papéis que os pretos ainda ocupam na vida dos brancos da elite e da classe média branca, no Brasil. Sobre a figura da mãe preta, com que minha tia se identificava”.

Por sua vez, no poema *Vozes-Mulheres*, de Conceição Evaristo (2008, p. 21), é contundente o rompimento, a quebra do silêncio de mulheres historicamente silenciadas e invisibilizadas, no processo da diáspora, da vinda do povo negro escravizado da África:

Vozes-Mulheres

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.

A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue e fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem –o hoje –o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.

Segundo Palmeira (2010, p. 03):

A produção das escritoras negras contribui para compor a diversidade do discurso nacional, pois o discurso das escritoras negras modifica-o, tornando-o mais completo. Deste modo, o discurso literário nacional passa a ser composto por construções literárias de perspectivas diferenciadas.

Em suas auto-representações,

As escritoras negras além de apresentarem e se representarem enquanto sujeito a partir de uma subjetividade de mulher negra brasileira, essas mulheres se apropriam do

signo mulher, ressignificado-o sob a ótica afro-feminina brasileira e discutem/questionam representações de mulheres negras que tematizam o padrão estético da mulher negra brasileira (PALMEIRA, 2010, p. 05).

A literatura feminina negra é composta, entre inúmeros outros aspectos, por personagens representativos da realidade dessas mulheres, ressaltando identidades negras, buscando mostrar seus sofrimentos, dores e lutas diárias. As escritoras negras, a partir de suas obras, dão vida à cruel realidade de violência e submissão vivida cotidianamente por muitas mulheres negras espalhadas pelo mundo inteiro. Além disso, de acordo com Mott (1989, p. 07), a escrita das mulheres negras é importante porque “a experiência interior de uma mulher negra, por razões sociais, nenhuma mulher branca ou homem, mesmo negro, tem”.

A visibilidade de uma determinada cultura em detrimento de outra ocorre de forma ideológica, assim como a classificação do texto como literário imposto a um determinado segmento pode ser realizado pela imposição social. Segundo Eagleton (2003, p. 12) “alguns textos nascem literários, outros atingem a condição de literário e outros tal condição é imposta”. Pode-se questionar, por exemplo, as formações do cânone literário: são feitas a partir de quais critérios e por quem? Há a alta e a baixa literatura? Se a Literatura “é como a expressão da arte”, segundo Ana Rita Santiago da Silva (2010, p. 20), logo não deveria haver distinção entre as diversas criatividades, o que leva ao questionamento/problematização da canonização, visibilidade, de determinados escritores e não de outros.

Para ilustrar essa problemática, só por volta do século XVIII surgem as escritoras europeias pioneiras, que se encontravam sem espaço, invisibilizadas, negadas e excluídas, “por um cânone quase exclusivamente masculino e predominantemente de primeiro mundo, europeu e de classe dominante” (SILVA, 2010, p. 20). É nesse cenário, um tanto quanto conflituoso, que se solidifica a literatura feminina ou de autoria feminina, cuja terminologia, segundo Silva (2010), ainda é palco de muitas discussões e sua intenção não é opor-se à literatura predominantemente masculina, mas, segundo a pesquisadora, intenta-se marcar uma posição “pelas suas temáticas e representações de personagens femininas, tensionadas e nutridas pelo desejo de autonomias políticas e culturais e pelos anseios por conquista de espaço público”. (SILVA, 2010, p. 21).

Lamentavelmente, as escritoras femininas compõem um público pequeno, e ainda mais reduzido: o público de mulheres escritoras negras. A resistência a essa invisibilidade confere às escritoras negras um caráter estratégico político e emancipatório. Segundo Silva (2010 p. 23), “À restrição ou mesmo destruição do ‘eu autoral’ dessas mulheres que se associam a outros

mecanismos de exclusão e racismo, constituindo-se como ecos relevantes de tramas que envolvem as relações etnoraciais e de gênero no Brasil”.

Para Culler (1999), foi graças à resistência cultural, em especial de segmentos socialmente marginalizados da população, que se tem alcançado a “recuperação de vozes perdidas” (CULLER, 1999, p. 50). O poema citado acima, *Vozes-Mulheres*, de Conceição Evaristo, é uma perfeita ilustração para exemplificar as vozes dessilenciadas.

No âmbito dos estudos literários, especialmente nos estudos de gêneros, a ideia de representação possui grande relevância e a representação consiste em um conceito que possui muitos significados, denotando forte polissemia.

Para Roger Chartier (2011), o conceito de representação reforça a ideia anteriormente apresentada de, por meio de palavras ou imagens, tornar presente algo que está ausente, sendo a palavra entendida como “instrumento de um conhecimento mediador que faz ver um objeto ausente através da substituição por uma imagem capaz de o reconstituir em memória e de o figurar como ele é” (CHARTIER, 2011, p. 10).

A título de exemplo, no romance *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves (2011), essa noção de representação é mostrada, pois sua escritora, uma mulher afrodescendente que rompe os paradigmas de sua época, mostra uma nova identidade do povo negro, que se configura deslocada, desidentificada e quase invisível. Publicado em 2006, o romance expõe a sociedade escravista brasileira do século XIX, a partir de uma narrativa entremeada pelo estranhamento, pelo não reconhecimento de suas origens, pela busca da diáspora e por muitos silenciamentos. Assim, possui aproximação com a narrativa de Dornellas (2018), no que se refere à volta ao passado das personagens para compreender sua história. É o processo da diáspora que favorece esse reencontro, com suas raízes, com seus ancestrais e, principalmente, consigo mesmo. Vitalina é absorta por muitas recordações:

Passamos a noite recordando histórias e contando causos da família. Na manhã seguinte, na alvorada, congadeiros da cidade e de localidades vizinhas vieram. Rezaram alto, cantaram e bateram caixas na porta da casa. Vi a imagem de vó Nacinha pitando seu cachimbo. Veio junto o perfume doce do tabaco (DORNELLAS, 2018, p. 193).

Para o poeta e advogado negro, Luiz Gama (2000, p. 302), "Em nós, até a cor é um defeito. Um imperdoável mal de nascença, o estigma de um crime." Caminhando nesse sentido, Kehinde, a personagem central em *Um defeito de cor*, segundo alguns teóricos, foi a mãe do referido poeta, uma mulher que por muitos anos sofreu a escravização no Brasil, mas que conseguiu com muito custo aprender a ler e tornar-se uma grande empresária. Os manuscritos contando sua história foram encontrados, segundo Gonçalves (2011), manchados e com folhas

faltando, significando mais uma vez o triste processo de silenciamento que envolve a história das(os) negras(os) na sociedade.

Acredito que poderia assinar este livro como sendo uma história minha, toda inventada — embora algumas partes sejam mesmo, as que estavam ilegíveis ou nas folhas perdidas... (...). Mesmo porque esta pode não ser uma simples história, pode não ser a história de uma anônima, mas sim de uma escrava muito especial, alguém de cuja existência não se tem confirmação, pelo menos até o momento em que escrevo esta introdução. Especula-se que ela pode ser apenas uma lenda, inventada pela necessidade que os escravos tinham de acreditar em heróis, ou, no caso, em heroínas, que apareciam para salvá-los da condição desumana em que viviam. (GONÇALVES, 2011, p. 16).

Segundo Ferrari (2011), o silêncio e os silenciamentos fazem parte das formações discursivas que ocorrem no âmbito do disciplinamento dos sujeitos. Falar e calar são ações que envolvem jogos de poder e força. A formação discursiva que permite a uns expressar-se a partir da fala é a mesma que submete outros na posição de calar-se. Nesse contexto, a palavra silêncio é entendida como abstenção da fala, o qual tem suas causas relacionadas ao medo, como opção, ou estratégia de poder.

Sempre que se menciona Foucault, vem à mente suas teorias acerca do saber, e, sobretudo, as questões do poder. Entretanto, é esse filósofo que alerta: “Não é, pois, o poder, mas o sujeito o que constitui o tema geral de minhas investigações” (FOUCAULT, 2003, p. 233). Assim, Foucault problematiza o sujeito por meio de uma abordagem histórica a qual possui certo distanciamento da ideia de sujeito cartesiano racional, universal e coerente. Para esse estudioso, o indivíduo é constituído por processos de objetivação e subjetivação que são inerentes à sua história e cultura.

Assim, os sujeitos não são universais, mas indivíduos que se consolidam na sua imanência, sendo moldados e formados a partir de verdades de seu tempo, num incansável jogo de subjetividades e objetividades que compõem os atos discursivos.

Nesse caso, trabalhar com os generificados processos de subjetivação leva-se aos atos do discurso que normatizam, enquadram e silenciam o indivíduo. Dessa forma, para Ferrari (2011), as mulheres, como sujeitos construídos por práticas discursivas, são atravessadas por jogos de verdades que dizem de seu corpo, de sua sexualidade e de sua forma de ser e estar no mundo. Várias são as verdades implicadas nos seus processos de subjetivação. Pensar nestes processos é pensar também nos silêncios e nos silenciamentos de seu corpo e de sua história. Assim, a citação abaixo é reflexiva quanto à relação entre corpo e silenciamento:

Outro ponto importante a destacar é a necessidade de materialização dos discursos, ou seja, são corpos que dão lugar as ações e aos discursos. Dessa forma, o corpo pode ser entendido como lugar privilegiado dos processos disciplinares, da formação das

identidades de gênero e sexuais, dos atos performativos e da constituição das normas a que nos referimos como sujeitos. Processos de construção que são culturais, que revelam a cultura (FERRARI, 2011, p. 85).

Para os gêneros, os silêncios e silenciamentos, como práticas discursivas, vêm alicerçando e construindo verdades diversificadas. Logo, as relações de poder não se consolidam apenas pelo silenciamento do outro, mas pela construção da identidade de quem silencia e é silenciado. Dessa forma, a jovem Vita aprendeu, desde criança, com sua família, a viver “seus muitos silenciamentos”, um lugar escondido, que diversas vezes só era frequentado por sua fértil imaginação. Ela falava pouco, era de uma eterna introspecção: “Minha habilidade com frases de uma ou duas palavras é espantosa. De novo o silêncio” (DORNELLAS, 2018, p. 66).

Segundo Rago (2015), os sujeitos femininos ocidentais são marcados pela ideologia de expressões discursivas misóginas, que se perpetuaram na sociedade, remontando às concepções vitorianas:

De tempos em tempos, em maior ou menor grau estas verdades são utilizadas para dominar e submeter a mulher enquadrando-a, governando-a, silenciando-a, submetendo-a. Estes processos agem de forma a silenciar sua voz, seus gestos e suas vontades, gerando também resistências (RAGO, 2015 p. 70).

Dessa forma, fica evidente, no romance em análise, como o processo de silenciamento histórico da mulher negra reflete com força preconceitos e estereótipos na contemporaneidade. Na obra de Dornellas, a mãe da protagonista, mesmo não concordando com o nome dado à própria filha, mantém-se calada por muitos anos, elucidando com sua atitude uma introjção de valores sociais arraigados que coloca a mulher numa posição inferior ao homem.

Por causa desse costume de família de ninguém nunca dizer nada, ou dizer as coisas pela metade, minha mãe não disse ao meu pai que tinha detestado o nome Vitalina, a palavra, o conceito e a homenagem à tia morta. Durante a gravidez, eles tinham combinado que ambos escolheriam junto o nome da primeira filha, ou filho, quando a criança nascesse. Serafim quebrou o trato. Elvira não se conformou, mais ficou calada por mais de nove anos (DORNELLAS, 2018, p. 22).

Alguns personagens da narrativa, como Vitalina e sua família, representam aqueles que foram obrigados a ser invisíveis, mudos e passivos. Toda a invisibilidade daqueles que por força bruta foram silenciados está enraizada na protagonista. Por exemplo, na universidade, o fato de Vitalina escolher o canto da sala mais discreto é extremamente significativo, pois alude a tantos homens e mulheres colocados à margem em variados setores da sociedade. Ela também não queria falar em sala de aula. Silêncio passível de denotar as vozes de muitas gerações de seus ancestrais, os quais amargaram anos, décadas e séculos de silenciamento e esquecimento. O trecho que se segue é significativo sobre tal questão: “no intervalo das dez, desço quatro lances

de escada, venço a penumbra de um trecho de corredor e chego ao restaurante de comida natural que fica no subsolo do ICC Norte. Os subterrâneos são ótimos para abrigar invisíveis”. (DORNELLAS, 2018, p. 35).

Embora formando a maior parte da população, tendo em vista que o Brasil agrega mais da metade de seu povo constituído por negros, negras e seus descendentes, as mulheres negras continuam sendo vítimas de uma maior exploração e negligência social; sua voz é calada com frequência. Essa vil realidade pode ser constatada no que se refere às oportunidades e inserção no mercado de trabalho, em questões relacionadas à violência, bem como na representatividade política. Por trás desse problema social, encontra-se o preconceito e o racismo, cada vez mais solidificados, definindo o destino de muitas vidas humanas.

No século XXI, muitas são as mazelas que continuam sendo enfrentadas pela população, a saber: conflitos, desigualdades sociais, de raça, gênero e, gradativamente, luta das minorias pelo reconhecimento de seus direitos. Nesse sentido, também a luta das mulheres pela igualdade de gênero e contra o feminicídio vem ganhando cada vez mais força, em todos os continentes, a partir da exigência de questões como o direito ao trabalho, ao saber, a participação na política e, também, o direito ao seu próprio corpo. Este último faz parte de uma reivindicação de tempos remotos, pois o corpo feminino, como conta a história, sempre pertenceu ao sexo masculino, à igreja e, sobretudo, às formas culturais determinadas socialmente. Tais reivindicações impulsionaram o ativismo feminino que, nas palavras de Perrot (1988 p. 161), “[...] nos anos 1980, na França e em quase todo o mundo ocidental, desenvolvem-se as lutas pela penalização do estupro, do assédio sexual no trabalho, do incesto, imprescritível, das lutas pela proteção das mulheres submetidas a maus-tratos físicos”.

Desde então, mulheres de todas as raças e cores, com as mais variadas funções profissionais, continuam engajadas no combate às inúmeras formas de preconceito sofrido tanto por mulheres negras quanto brancas. O velho discurso da hegemonia e supremacia eurocêntrica, aos poucos, vem se enfraquecendo, devido à luta de muitas mulheres negras, que estão “virando o jogo”, afastando-se dos modelos estereotipados impostos a elas e, buscando, paulatinamente, ecoar sua voz, e seus ideais. Indubitavelmente, o processo histórico de silenciamento das mulheres não foi suficiente para apagar as lutas femininas já existentes e as que avançam no enfrentamento por direitos e igualdades nos espaços sociais.

Contudo, ainda caminha-se a passos lentos. As estatísticas de homicídios são desanimadoras. De acordo com o Atlas da Violência 2019, foram registrados 4.936 assassinatos de mulheres em 2017, sendo que 66% das vítimas eram negras, mortas por armas de fogo, tendo boa parte acontecido dentro de casa, por seus parceiros. Na política, dados da campanha

Mulheres Negras Decidem, apontam que, em 2018, dos 513 parlamentares, apenas 10 eram mulheres negras.

A taxa de homicídios foi maior entre as mulheres negras (5,3) que entre as não negras (3,1) - a diferença foi de 71% na última medição. Em relação aos dez anos da série, a taxa de homicídios para cada 100 mil mulheres negras aumentou 15,4%, enquanto entre as não negras houve queda de 8% (2018, p. 51).

No país, elas são 55,6 milhões, chefiam 41,1% das famílias negras e recebem, em média, 58,2% da renda das mulheres brancas. Os dados foram extraídos do Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, de 2015, feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

De acordo com Lucia Garcia (2017), economista do Dieese e especialista em mercado de trabalho, em 2017, período mais latente da crise brasileira e latino-americana, as mulheres negras voltaram a enfrentar taxas de desemprego (21,1% da força de trabalho negra feminina) muito mais altas que as mulheres não negras (11,1%) e do que os homens não negros (9,4%), tornando-se, assim, o grupo mais vulnerável ao desemprego.

A mídia, o judiciário e o mercado editorial são segmentos, como tantos outros, de disseminação da imagem e presença da mulher negra no ambiente social como um todo, que reflete a não aceitação de sua estética, a sua invisibilidade e o silenciamento de sua voz.

A juíza Karen Luise Vilanova Batista de Souza (2020), da 1ª Vara do Júri de Porto Alegre, aponta que, no judiciário, a realidade é de um setor branco e do gênero masculino: “Realizamos a justiça com esse viés unidimensional sobre o mundo. Não há pluralidade e diversidade no Poder Judiciário. Represento menos de 1% da magistratura feminina preta brasileira”, afirma. A magistrada conta que na maioria das vezes, em encontros com estudantes, eles dizem nunca terem visto uma juíza negra.

Para mudar a realidade da magistratura, ela defende uma maior pluralidade e diversidade e acredita que quanto mais pessoas partindo de diferentes lugares, de diferentes espaços, mais visões diferentes sobre o mundo existirão. Se você só tem homens brancos na magistratura, você vai ter a visão, a vivência e a experiência do homem branco no mundo. Para a magistrada, a experiência de um homem negro jamais será igual à de uma mulher negra no Brasil.

Azeredo, Azeredo e Brandão (2019, p. 47) observam que:

o conceito de homem, criado pela sociedade europeia, não abarca a totalidade dos seres humanos. Existem interesses não explícitos que se manifestam no poder de quem os institui e que são disseminados nos espaços sociais. Conjugado com o modelo universalizante do homem branco, é criado o conceito de mulher que também é universalizado.

Sob o prisma desse raciocínio, o homem é impelido a sair da margem, a escavar, elucidar os sentidos subjacentes e verificar os desdobramentos instituídos de forma cultural e hierárquica na relação entre os sexos. Por conseguinte, adentra-se em uma análise do conceito de mulher e suas ramificações que abarcam a orientação sexual, raça e etnia, questões religiosas, entre outros, sem, contudo, negligenciar as diferenças entre mulheres brancas e negras.

A filósofa estadunidense, feminista, negra, ativista social Ângela Davis (2016), em *Mulheres, raça e classe*, agregou inúmeras contribuições para ressignificar o feminismo negro, as questões raciais, e principalmente, incutir o racismo e o feminismo. A autora reflete sobre a exclusão do sistema capitalista, tomando como enlace o racismo e o sexismo, tendo por parâmetro a vivência de mulheres no trabalho escravo e suas marcas que definiram o destino dessas pessoas. Em sua obra, Davis (2016) destaca a triste realidade vivenciada pelos negros nos Estados Unidos no período da escravatura até a abolição em 1863 e seus reflexos na sociedade, deixando claro que o conceito de fragilidade feminina e de rainha do lar faz referência às experiências e realidades relacionadas às mulheres brancas e não às mulheres negras, uma vez que a história das mulheres negras se caracterizou pelo trabalho bruto, pesado antes e após a abolição. As negras utilizaram toda sua força de trabalho, sendo colocadas a exercer as funções mais subalternas a fim de garantir a sobrevivência de sua família.

Muitas vezes manifestados de forma velada, racismo e machismo contribuíram significativamente para reforçar a marginalização feminina. A fim de mitigar esse cenário, como gesto de possível interrupção, a mulher negra teve o seu lugar demarcado para ser incorporado ao debate social, deslocando-a da marginalidade e do silenciamento. Ribeiro (2017) defende que mesmo com dificuldades, a marginalidade vivida por essas mulheres serviu como mola propulsora para fortalecer os seus ideais, bem como a luta e o movimento feminista negro.

Seguindo essa linha, Carneiro (1995), para abordar sobre o feminismo negro, enfatiza que a pauta de luta das mulheres brancas era o direito de trabalhar fora de suas residências. Essa reivindicação não foi entendida pelas mulheres negras, pois essa já era uma realidade de seu cotidiano. Dessa forma, as mulheres negras envolvidas pelo feminismo realizado por mulheres brancas tornavam-se um corpo estranho, deixando evidente a necessidade de visibilidade que englobam esse grande mosaico feminino, com todas as suas diversidades, na busca por seus direitos, sendo o entrelaçamento de raças, classe social e gênero elemento crucial para que essa pluralidade seja alcançada. “É preciso ressignificar a identidade dessa mulher negra, colocando-a enquanto produtora de conhecimento e um ser político, pois até o momento ela é vista a partir de um racismo histórico” (CARNEIRO, 1995, p. 34).

Para Davis (2016), os estudos sobre escravidão não visibilizavam as mulheres, tendo suas realidades camufladas, desde as publicações dos anos 1970, que não mencionavam/incluía a situação das mulheres escravizadas. Assim a violência contra os negros e negras na escravidão, suas vozes, ideais e lutas têm sido minimizadas na literatura moderno-hegemônica-branca.

Dentre as diversas contribuições, a escritora elucida a desconstrução do mito da mulher e do homem negros vinculados à perspectiva da sexualidade exacerbada, detentores de estereótipos negativos, assujeitados, sem vozes e subalternizados, com “[...] a imagem da mulher negra como cronicamente promíscua. Uma vez aceita a noção de que os homens negros trazem em si compulsões sexuais irresistíveis e animais, toda a raça é investida de bestialidade.” (DAVIS, 2016, p. 186).

A autora continua com a fictícia imagem que atribui o homem negro a estuprador, pois mulheres brancas dão falso testemunho se dizendo vítimas de ataques, levando-os à condenação. “Inversamente, a imagem da mulher negra justifica o estupro dos homens brancos a elas, durante e após a abolição, sendo tais homens, ‘vítimas’ da sedução do corpo negro” (DAVIS, 2016, p. 200). Nesse sentido, também o estupro é um dos temas em *Por cima do mar*, e a protagonista, ao ser violentada, não denuncia, pois acredita que por conta do racismo, sexismo e preconceitos arraigados contra seu povo, será considerada culpada ao invés de vítima da violência sofrida.

Davis (2016) enfatiza que no “trabalho escravo as mulheres negras experimentaram a igualdade com os homens, na força, na produção, nos castigos, surras, muitas seguidas de mortes, predominando múltiplas violências às mulheres, pelo sexo, estupro, reprodução e lactação” (DAVIS, 2016, p. 47).

Para a maior parte das raparigas e mulheres, bem como para a maior parte dos rapazes e homens, era duro o trabalho nos campos desde o amanhecer ao anoitecer. Onde o trabalho era considerado, força e produtividade debaixo do tratamento da ameaça do chicote e do sexo. Neste sentido, a opressão para as mulheres era idêntica à opressão para os homens. Mas as mulheres também sofreram de maneiras diferentes, porque eram vítimas de abuso sexual e outras barbaridades de maus tratos que apenas podem ser infligidas às mulheres (Davis, 1982, p. 11).

As mulheres negras, inferiorizadas e subalternizadas, quer pelos senhores/senhoras, brancos e brancas, quer pelos seus maridos, independentemente da cor, estão na base da pirâmide social, e o homem branco encontra-se no topo da mesma. Foi uma situação imposta na época da colonização que perdura até os dias atuais. Para Hooks (2018), nessa condição a negra é mantida em um nível imposto por força bruta, de “letargia”, mudez e silenciamento, vivendo em um processo semelhante à época colonial: “Permaneci em silêncio por alguns

minutos, ouvindo o mar e as vozes, contemplando a alegria carioca. (DORNELLAS, 2018, p. 63).

A autora continua seu pensamento afirmando que, por terem sido criadas e educadas para obedecer aos pais e homens negros, essas mulheres tornam-se presas fáceis de serem capturadas na África e comercializadas e escravizadas.

Para Almeida (2018), as discriminações inculcadas às mulheres negras são de vários tipos, bem como a violência sofrida pelas mesmas, tendo em vista encontrarem-se no limiar das estruturas sociais mais desfavorecidas.

A visibilização das mulheres negras inicia nos Estados Unidos no momento em que os direitos civis excluem da vida política a participação de mulheres, imbuída do racismo que excluía o direito de serem ouvidas.

A minha experiência enquanto mulher jovem e negra não era reconhecida, a minha voz e as vozes de mulheres como eu não eram ouvidas, o mais importante era o movimento ter posto a nu o quão pouco eu sabia de mim, do meu lugar na sociedade (HOOKS, 2018, p. 10).

Nos Estados Unidos, mulheres feministas negras romperam com o movimento ao verificar que as feministas brancas as desconsideravam, isto é, não as tratavam com respeito e equidade, como companheiras de luta. Ao invés disso, eram tratadas com desprezo, preconceito, e discriminações, levando ao silenciamento de suas vozes.

Enquanto grupo, as mulheres negras estão em uma posição invulgar nesta sociedade, pois não só estamos coletivamente no final da escala ocupacional, como o nosso estatuto social, em geral, é mais baixo do que qualquer outro grupo. Ao ocuparmos esta posição, sofreremos as consequências da opressão sexista, racista e classista. Ao mesmo tempo, somos um grupo que não é socializado para assumir o papel de explorador/opressor, na medida em que não nos é permitido explorar/oprimir um “outro” institucionalizado (HOOKS, 2018, p. 12).

No Brasil, nos anos 1950, surgem as primeiras organizações de mulheres negras, quando na cidade do Rio de Janeiro foi criado o Conselho Nacional de Mulheres Negras, que à época da ditadura obteve pouca adesão.

Desde o início do século XXI, vê-se crescer de forma global as projeções de movimentos étnico-raciais e uma maior visibilidade nas questões do feminino. Ademais, a ONU vem se mostrando muito participativa e interessada em diminuir de forma globalizada o racismo, as desigualdades e a discriminação.

Para Ribeiro (2017, p. 55) é urgente discutir porque a mulher negra é a maior vítima de todas as formas de violências e discriminações existentes nas sociedades oriundas da colonização, não havendo como dissociar o gênero da raça e da classe, pois “certas identidades

têm sido silenciadas e desautorizadas no sentido epistêmico, ao passo que outras são fortalecidas.”

Ao serem trazidas para o Brasil em navios negreiros, às mulheres negras foram infligidas torturas diversas na travessia do Atlântico, quando sequestradas na África. Hooks (2018, p. 42) faz um panorama desse cenário ao afirmar que:

Os negreiros brancos não consideravam a africana uma ameaça, por isso eram armazenadas sem grilhões, mas os negros eram acorrentados uns aos outros (...). Só com a escrava negra o negreiro branco era livre de exercer o seu poder absoluto, pois podia hostilizá-la e explorá-la sem medo de retaliações. As escravas negras que andavam à vontade pelo convés eram presas fáceis do homem branco que as quisesse violentar e atormentar (...) As mulheres eram açoitadas com violência se chorassem. Despiam-nas e espancavam-nas (...). A nudez da africana era uma lembrança permanente da sua vulnerabilidade sexual. A violação era um método de tortura comum a que os negreiros recorriam para subjugar as negras obstinadas. A ameaça de violação ou outra forma de brutalização física inspirava terror na psique das africanas desterradas.

Acerca da viagem transatlântica, Mott (1991), em seu livro *Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão*, cita o romance *Úrsula* de Maria Firmina dos Reis que mostra as lembranças da escravizada Suzana:

Era uma prisioneira... era uma escrava! Meteram-me a mim e mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos as praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como animais ferozes das nossas matas que se levam para recreio dos potentados da Europa. Davam-nos água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratam a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos. Muitos não deixavam-se chegar a esse extremo – davam-se a morte. Nos dois últimos dias não houve mais alimento. Os mais sofridos entraram a vozejar. Grande Deus! Da escotilha lançaram sobre nós água e bem fervente, que escaldou-nos e veio dar a morte a cabeça do motim (MOTT, 1991, p. 40).

Essa situação é lembrada em *Por cima do mar*, quando, ao ser violentada, Vita sente-se totalmente inerte e traumatizada diante da situação. Sua herança de mudez e subjugação ganha força em seu inconsciente: “Sentada no fundo mais fundo, atravessei o DF, do Plano Piloto até Ceilândia, como quem atravessa o oceano no porão de um navio”. (DORNELLAS, 2018, p. 109).

Conforme Brownmiller (1975, p. 15):

A descoberta do homem de que sua genitália poderia servir como uma arma para gerar medo deve ser classificada como uma das descobertas mais importantes dos tempos pré-históricos, juntamente com o uso do fogo e o primeiro machado de pedra bruta. Dos tempos pré-históricos até o presente, creio eu, o estupro tem desempenhado uma

função crítica. Isto é nada mais nada menos do que um processo consciente de intimidação pelo qual todos os homens mantêm todas as mulheres em um estado de medo.

A cultura do estupro na sociedade brasileira está vinculada a um passado histórico. Nas guerras, os homens estupravam mulheres para demonstrar sua “moral” e elevar sua imagem diante da tropa. Percebe-se aqui o comportamento masculino vinculado à violência e o feminino à passividade e submissão. De acordo com Herman (1984), às mulheres é ensinado o comportamento adequado, a andarem sempre acompanhadas, a evitar roupas provocativas, levando a crer que é a atitude das mulheres que lhes causa o estupro. De vítima, elas passam a algoz. Essa relação entre sexualidade e violência presente em filmes, propagandas, músicas, livros, entre outros meios, de forma sutil, estimula e encoraja essa violência, ao transmitir para as pessoas a imagem de que é normal a relação sexual envolver a agressividade masculina. Acerca de tais apontamentos, o trecho que se segue, referente ao estupro sofrido por Vitalina, é representativo: “Passei anos da minha vida guardando dentro de mim todos os detalhes do ataque. Aqueles escrotos me violaram o corpo e a alma naquele dia. Parte de mim ficou no chão seco do cerrado” (DORNELLAS, 2018, p. 170).

Sem dúvida a violência causada pelo estupro é uma das mais cruéis formas de silenciar a mulher. Nesse sentido, as estatísticas mostram que a mulher negra é a que sofre mais dessa barbárie. Segundo dados da Unicef na pesquisa *Violência Sexual* (UNICEF, 2019), o perfil das mulheres e meninas exploradas sexualmente aponta para a exclusão social desse grupo. Muitos brasileiros e seus descendentes são frutos da miscigenação que se deu por violência sexual. Pode-se até dizer que o estupro colonial foi a base da mestiçagem brasileira. Na maioria dessas práticas a boca da vítima era tapada, o que a impedia de falar, de gritar, buscar ajuda, demonstrando um verdadeiro descaso com a vida dessa mulher, impondo um terrível emudecimento.

Em *Por cima do mar*, a protagonista, ao ser violentada por dois homens brancos, faz memória a todo esse passado colonial de suas ancestrais. Sente na pele a impunidade, não tendo coragem nem ao menos para denunciar a violência, pois, como ocorre com a maioria das mulheres, acredita que não vai ser ouvida ou que será até mesmo culpabilizada pelo ocorrido: “Tudo ardia. Dentro e fora. Despejei o xampu na concha da mão e lavei a cabeça como pude. Meu cabelo estava embaraçado, com cascalho, poeira e fiapos de capim enrolados no fio. Deixei a água carregar tudo. Enxaguei junto com as lágrimas.” (DORNELLAS, 2018, p. 112).

Indubitavelmente o processo de silenciamento da população negra iniciou-se por meio da captura na África e se acentuou nos porões dos navios negreiros, onde os negros eram

amontoados e presos com grilhões de ferro, num ambiente totalmente hostil e inumano. Alguns vinham com a boca amordaçada para não precisarem comer “desnecessariamente” ou reclamar de sua condição, ou ainda conchamar os outros negros a rebeliões e lutas. Não eram chamados pelo próprio nome, mas por números códigos ou nomes estrangeiros, o que configura o processo de despojamento, alienação e emudecimento a que foram submetidos. Não reconhecer o sujeito por seu próprio nome é, talvez, a mais simples e também uma das mais graves formas de usurpar e silenciar toda uma história. No Brasil os escravos desembarcavam, entre outros lugares, no cais do Valongo, situado na cidade do Rio de Janeiro. Esse local recebeu o título pela UNESCO de Patrimônio Histórico da Humanidade por ser o único vestígio físico da chegada dos africanos ao Brasil.

Como narrado por Dornellas (2018, p. 73):

A vós que morrestes ainda no cais do Valongo, em seguida ao vosso desembarque, ou que perecesteis ao longo da viagem para a Terra do Brasil, cativos nos porões de naus de variado calado, a vós todos, homens, mulheres e crianças de África, darei o epíteto de pretos novos. E este é vosso cemitério. Seus ossos estão quebrados, queimados e estilhaçados. Um a um. Do fêmur às falanges. Das vértebras aos artelhos. Do crânio às costelas. Para que não ocupeis na morte mais terra do que ocupastes em vida.”

Dornellas (2018) também destaca a situação dessa primitiva forma de silenciar o ser e despojá-lo de sua identidade que é a perda do nome ou o não reconhecimento deste. A personagem que se chamava Lígia Vitalina da Conceição Brasil, após o episódio do estupro, percebe-se estranha com o seu próprio nome, pois quer esquecer a dor que vivenciou, como reiterado na citação abaixo:

Vitalígia. Cada vez que repito essa palavra, ela me soa mais estranha. Nome? De quem é esse nome? O que é um nome? O que significa um nome? Por que tenho esse nome se essa aí não sou eu? Uma pessoa não existe só porque tem um nome. Não é essa a minha voz. Vitalígia. Me senti ridícula. Essa pessoa não existe. Cada gesto que ela faz é de uma outra pessoa, uma mulher que não conheço, que não sei de onde vem. Uma pessoa que não se encarnou. Corpo sem espírito – conteúdo, alma sem corpo – continente. Não importa. Não sou eu nesse corpo (DORNELLAS, 2018, p. 107).

A partir dessa citação, observa-se que os sofrimentos de Vita assemelham-se aos infligidos às negras que eram duplos: tanto pelas mãos do Senhor quanto pelas mãos da mulher branca, esposa do senhor de engenho, que por ciúmes do marido tinha atitudes extremamente violentas com as mulheres e com os filhos bastardos que nasciam dessas relações, os chamados mulatos, como destaca Gonzalez (1988).

Portanto, as semelhanças em todas as sociedades escravocratas são muitas: invisibilização das mulheres negras, tratamento desumano dado aos escravos, patriarcalismo, sexismo, discriminações diversas arraigadas pelos maiores e piores tipos de violências, falta de

direitos e equidade, desigualdades sociais, e falta de representatividade da mulher negra, silenciada e escravizada.

Segundo Mussalim (2001, p. 113) “a ideologia em que os sujeitos se encontram atrelados, pré-determina o que poderão ou não dizer em determinadas conjunturas históricas sociais”. Vitalina estava atrelada a uma ideologia de exclusão social e silenciamento, não se reconhecia como pessoa, tendo em vista que no fundo sua essência ainda não se encontrava em harmonia consigo mesma, gerando uma latente sensação de despertamento do mundo, de inquietude e orfandade. Sua essência era sua história, o passado dos seus, e ela precisava descobrir isso, como destaca o trecho a seguir:

Não sou eu nesse corpo. Não. A corporeidade não me intriga, nem a falta dela. O que me intriga é quem habita o invólucro, quem anda pela casa, senta-se no sofá da sala, vai até a cozinha, enche o copo com água do filtro, morde uma maçã, caminha no corredor escuro, vai ao banheiro, escuta o próprio cheiro da urina no vaso, sente o cheiro, dá a descarga, lava as mãos e o rosto com sabão, tentando não se olhar no espelho da pia. Olhar-se no espelho piora tudo. Não vou mais arrumar os cabelos (DORNELLAS, 2018, p. 107).

Dessa forma, diante do exposto acerca do silenciamento da mulher negra, entende-se que o silêncio também é uma forma de linguagem e pode ser considerado um discurso impregnado de sentido que perpassa os sujeitos que o produzem. Em seus estudos Orlandi (2010) revela que o ato de não falar pode ser entendido por duas faces diferentes: a primeira é o silêncio “imposto”, ou seja, colocado como uma forma de dominação em que o sujeito é excluído, ficando sem voz e sem sentido; o segundo é o silêncio “proposto”, que se apresenta como forma de resistência, de defesa e de proteção.

Assim, as mulheres negras buscam se fazer ouvir na história do Brasil e do mundo, ecoando suas vozes, buscando suas raízes de um passado ignoto e cruel, a fim de firmar-se como ser humano digno de estima e valor. Lutam para não serem silenciadas por opressão, mas tão somente por opção própria.

Na narrativa de Dornellas, o silêncio possui conotação de imposição histórica vinculada ao processo de invisibilidade dos negros. Entretanto, esse povo forte buscou nas dificuldades um alento para encarar as agruras a que foram expostos, como bem exemplificado na citação abaixo:

Levanto da cama devagar e em silêncio, porque o invisível tem de ser também silencioso. E atento aos menores movimentos, caso contrário a invisibilidade não faz sentido. Atravesso o corredor sem ver minha sombra, entro no banheiro, abro o armário, pego a escova, ponho a pasta e começo a escovar meus dentes. São brancos e visíveis...[...] a invisibilidade não exclui a possibilidade de alegrias (DORNELLAS, 2018, p. 34).

Entretanto, o processo de silenciar ou ser silenciado pode ser utilizado pelo indivíduo como uma oportunidade de reflexão, estratégia e ação futura. Manifestações e descobertas podem advir por meio do silêncio, haja vista que “É na valorização da solidão que o indivíduo pode assimilar, sem temor, os silêncios à sua volta” (FERREIRA, 2018, p. 59).

A religiosidade compreende um forte aspecto da cultura negra que sofreu muito preconceito carregado de expressiva intolerância, mesmo nos dias atuais. Esses assuntos quando tratados pelo sistema de ensino causam muita polêmica tendo em vista a história e a cultura afro-brasileiras ainda serem abordadas de forma tímida e pejorativamente no ambiente escolar. Dornellas (2018), em sua narrativa, faz alusão a essa questão ao colocar uma mulher branca como mãe-de-santo, apontando para a diversidade religiosa que compõe a nação brasileira: “Tia Izaura é mãe de santo e governa um terreiro de umbanda muito famoso e respeitado no DF.” (DORNELLAS, 2018, p. 48).

Nesse sentido, Souza (2008, p. 201) destaca:

Dentro de aspectos culturais na formação do Brasil, detalhadamente aqui, das populações negras, faz-se necessário fazer menção às suas variadas formas de crenças, que foram importantes para sua sobrevivência ao longo da História e que conhecemos em amálgama de informações, como religiões de matriz africana.

As marcas do processo histórico de preconceitos, discriminações e silenciamentos outorgados à cultura negra são tão profundas que, mesmo com a Lei Nº 10.639, de 2003, que preconiza o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos níveis de ensino fundamental e médio, ainda assim esses temas quase não fazem parte do currículo escolar. Isso significa que quanto menos a sociedade, nesse caso especificamente os estudantes, conhecerem a história desse povo, mais serão replicadas situações de discriminações e racismos, mesmo no ambiente das Instituições de Ensino.

Ao se referir a essas questões, Munanga (2005, p. 67) compreende que:

A relação do ensino de História com as religiões de matriz africana, livres de atitudes intolerantes, possibilita aos professores versarem sobre modos de resistência do povo negro brasileiro, a constituição de comunidades negra ao longo da História, desde quilombos à subida aos morros, perfazendo ainda atividades com os alunos sobre o resgate da memória coletiva local, seus traços específicos, característicos, embutidos, neste aspecto, em múltiplas etnias, pois “essa memória coletiva não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos”.

Ensinar essa História e Cultura afro, contribuindo para a manifestação da expressão negra em suas diversas vozes foi um dos motivos, como já citado neste texto, que impulsionou a narradora personagem a estudar na UnB e tornar-se historiadora e professora dessa disciplina na referida Universidade. A jovem demonstrou com muita ousadia o forte intento em

compreender suas raízes, seus ancestrais e suas lutas; o mosaico de vidas que compuseram sua história e que ajudaram a formar a vida de uma nação: “As cidades antigas me fascinam. Talvez porque eu seja historiadora.” (DORNELLAS, 2018, p. 61).

Grada Kilomba (2019), em sua obra *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano* faz alusão à figura da máscara, um objeto utilizado pelos senhores europeus para silenciar os escravos: “Quero falar sobre a máscara do silenciamento. Tal máscara foi uma peça muito concreta, um instrumento real que se tornou parte do projeto colonial europeu por mais de trezentos anos.” (KILOMBA, 2019, p. 33). Ela acrescenta que “A máscara simboliza políticas sádicas de conquista e dominação e seus regimes brutais de silenciamento das/os chamadas/os ‘Outras/os’ quem pode falar? O que acontece quando falamos? E o sobre o que podemos falar?” (KILOMBA, 2019, p. 33).

Ainda sobre os apontamentos de Kilomba (2019), a boca é o órgão que simboliza a fala e a enunciação. No que se refere ao sistema racista e opressor esse órgão denota perigo, pois se os que são silenciados resolverem falar, expressar-se, pode haver muitos problemas para os senhores. Em referência a isso, há o exemplo da escravizada Anastácia, que segundo relatos era muito bonita e que, por não ter aceitado as investidas libidinosas de seu “dono”, acabou sendo silenciada e castigada ao ter que usar uma máscara de flandres, que a impedia até mesmo de alimentar-se, como observado na figura abaixo:



Retrato da Escrava Anastácia
 Jacques Etienne Arago, Castigo de Escravos, 1839.
 Litografia aquarelada sobre papel (sem dimensões definidas)
 (Fonte: Coleção Museu Afro-Brasil)

A imagem acima representa a escrava Anastácia, símbolo de luta, bravura e resistência aos horrores da escravidão. Seu nome em africano é desconhecido, assim como sua história é incerta. Alguns acreditam que ela tenha nascido na Bahia em plena erupção do período

escravocrata, outros afirmam que ela era angolana e fazia parte de uma família real, Kimbundo, e, por meio de sequestro por parte de portugueses, tenha sido trazida a terras brasileiras. Há ainda aqueles que defendem que, antes de ser trazida por europeus ao Brasil, a moça era uma princesa Nagô/Ioruba. Ela é exemplo do processo de silenciamento e racismo infligidos aos povos africanos escravizados. Por não realizar todas as vontades de seu “dono”, como castigo, foi forçada a utilizar uma espécie de colar (coleira) pesada e grossa no pescoço, além de uma máscara de flandres, que a impedia até mesmo de se alimentar, demonstrando, assim, o poderio de seu “senhor”, o qual colocava seres humanos em condição vil, semelhante ou pior que os animais, como destaca Kilomba (2019, p. 36):

De acordo com todos os relatos, ela foi forçada a usar um colar de ferro muito pesado, além da máscara facial que a impedia de falar. As razões dadas para esse castigo variam: alguns relatam seu ativismo político nas fugas de escravizados; outros dizem que ela havia resistido às investidas sexuais do “senhor” branco. Outra versão relata o ciúme de uma sinhá devido à beleza de Anastácia. Dizem que ela possuía poderes de cura e conseguia realizar milagres. Anastácia era vista como santa entre os africanos escravizados. Após um longo período de sofrimento, ela morre de tétanos, ocasionado pelo colar de ferro ao redor do pescoço. Seu retrato foi feito por um francês chamado Jacques Arago, que se juntou a uma expedição científica pelo Brasil como desenhista, entre dezembro de 1817 e janeiro de 1818.

Devido aos vários ferimentos em seu pescoço ocasionadas pela coleira de ferro, Anastácia contrai tétano e morre. Ainda hoje essa ferida encontra-se aberta e definindo o futuro de muitas vidas negras, por meio de suas marcas deixadas ao longo da História. Laplanche e Pontalis (1988) ressaltam que o termo *ferida*, derivado do grego, traz o sentido de trauma e, certamente, essa é a palavra apropriada para enfatizar a vida do povo negro. Nesse sentido, a principal ferida, talvez, deva-se à obrigatoriedade do uso das muitas máscaras a qual o negro foi submetido. Máscaras que vão além de um objeto físico. Seu sentido é bem mais complexo e coincide com as cicatrizes da alma, a perda de sua humanidade, de seu nome, de suas tradições, língua e costumes. Quem usa máscara não pode revelar-se de forma coerente, nesse caso, especificamente, não pode falar, expressar-se, permanecendo estático diante do sistema que o controla e oprime. Kilomba (2019) afirma que “A máscara cobrindo a boca do sujeito negro impede-o (a) de revelar as verdades das quais o mesmo branco quer ‘se desviar’, ‘manter distância’ nas margens, invisíveis e quistas.” (KILOMBA, 2019, p. 41).

A máscara, portanto, levanta muitas questões: por que deve a boca do *sujeito negro* ser amarrada? Por que ela ou ele tem de ficar calada/o? O que poderia o *sujeito negro* dizer se ela ou ele não tivesse sua boca tapada? E o que o *sujeito branco* teria de ouvir? Existe um medo apreensivo de que, se o sujeito colonial falar, a/o colonizadora/or terá de ouvir. Seria forçada/o a entrar em uma confrontação desconfortável com as verdades da/o “Outra/o. Verdades que têm sido negadas, reprimidas, mantidas e guardadas como segredos. Eu gosto muito deste dito “mantido em silêncio como segredo”. Essa é uma expressão oriunda da diáspora africana e anuncia o momento

em que alguém está prestes a revelar o que se presume ser um segredo. Segredos como a escravização (KILOMBA, 2019, p. 41).

Corroborando Kilomba (2019), os silenciamentos foram capazes de soterrar a história toda ou quase toda. O simples fato de se verificar diversas versões acerca da história de Anastácia faz com que muitos acreditem que ela sequer existiu. As histórias contadas pelo homem branco têm silenciado a muitos negros e negras e, até o que se conta acerca desses sujeitos marginalizados historicamente, é, sob o olhar do colonizador, aquele que pode falar e ser ouvido.

Percebe-se nesses apontamentos um viés com a concepção de Orlandi (2010), em sua obra *As formas do silêncio*, quando aborda o silêncio como forma de censura, o que não pode ser dito, enunciado, sob hipótese alguma. Segundo essa autora, o silêncio é a falta, a língua é o excesso. Por trás do não falar também há significado do que poderia ser dito, de vozes que poderiam expressar-se.

O que ocorre é que, por trás de qualquer forma de mudez, há uma conotação de significados positivos ou negativos. Orlandi (2010) defende que o silêncio também configura um viés discursivo, com significância própria, que o mesmo não é vazio, é imbuído de sentido e isso é extremamente positivo. Sua conotação negativa, por sua vez, configura-se quando o mesmo é imposto, tal qual ocorreu na história dos negros (as) escravizados; o que não foi dito também carregava seu significado, pois era um calar forçado, cheio de significados pelo que poderia ter expressado. As fugas que constantemente ocorriam entre os escravos (as) era sua maneira de “falar”, revelar não em palavras, mas em atos, a linguagem dos silêncios. Dornellas (2018) também narra uma estória repleta de situações de silenciamentos, onde as atitudes superam os discursos verbais:

Naqueles dias, Luzia tinha passado a dormir no quarto da minha mãe, de onde nunca mais saiu, até hoje. Suspeito que dona Elvira tenha percebido que eu estava precisando ficar com o quarto só para mim, que já era mulher-feita, que Luzia me atrapalhava o sono e os estudos, essas coisas. Agradei à minha mãe pela sensibilidade, mesmo que todo esse movimento dela tenha vindo cercado de silêncios, como de costume. (DORNELLAS 2018, p. 121).

De acordo com Frantz Fanon (2008) em sua obra *Pele negra máscaras brancas*, os negros, em sua maioria, estão buscando obcecadamente fixar-se, “encontrar um ninho” e lá permanecer estaticamente, resultado de sua impotência social, o que pode ocasionar perdas de oportunidades e melhores condições de vida, livrando-se de suas barreiras e engajando-se com a realidade. Para ele, a liberdade requer visibilidade:

Não conseguindo exercer um impacto sobre o mundo social, eles se voltam para dentro de si mesmos. O principal problema desta atitude está na contradição em buscar a liberdade escondendo-se dela. A liberdade requer visibilidade, mas, para que isto aconteça, faz-se necessário um mundo de outros. Esquivar-se do mundo é uma ladeira escorregadia que, no final das contas, leva à perda de si. Até mesmo o autorreconhecimento requer uma colocação sob o ponto de vista de um outro (FANON, 2008, p. 16).

Ainda sobre o referido autor, o mesmo rejeita a “sobredeterminação pelo exterior” do negro que em tudo é definido por sua aparência e pela cor de sua pele. Para sair dessa área o negro passa a querer ser branco a todo custo, e tem, muitas vezes, sobre si mesmo, um conceito bem negativo. Quer ser ouvido (a) e, portanto, precisa do “branqueamento” para ascender à condição de ser.

É evidente que a mulher vem ganhando bom espaço em diferentes áreas humanas nos últimos tempos. Ela passou por diferentes momentos no contexto histórico até garantir algumas conquistas. Lógico que se está falando da mulher branca; no caso da negra, seu início de ascensão social ocorreu a passos bem mais lentos e dúbios, permeado por opressões e preconceitos diversos. Outrossim, também esta, aos poucos, tem alavancado seu papel social na história brasileira, como aponta Del Priore (2001, p. 202):

Depois de Hegel, que pensou a “diferenciação sexual”, o jogo entre o mesmo e o outro, o reconhecimento de si no outro, temas centrais na tese da dialética, e com a prática da ideia de “igualdade” dos sexos e o declínio da metafísica, tudo mudou. A questão da igualdade entre sexos não podia mais ser ignorada. Os pensadores da emancipação, os filósofos da política, de Fourier a Marx [...] procuravam [...] definir a liberdade, a emancipação, ou a igualdade entre homens e mulheres.

Dornellas (2018) também avulta esse ‘despertar’ da mulher negra para uma nova realidade e denota o sujeito que se encontra abrindo-se a novas experiências que a leva à catarse:

Sentada na cama, olhei a penumbra em volta, abrindo e fechando os olhos para me acostumar a claridade vesga que se insinuava pela janela do quarto. Depois de ficar reclusa no escuro estreito por um tempo que não consegui contar, acordei um dia, puxei as cortinas de leve, abri uma das folhas da janela. Senti que já podia vestir roupa decente, calçar sapatos e sair da concha. Nem que fosse com alguns pedaços faltando. Uma lágrima teimou, mas secou antes de escorrer. Era lágrima de olhos expostos à nova luz, não mais de choro (DORNELLAS, 2018, p. 123).

A população negra foi impelida a uma diáspora africana do silenciamento. Esse termo é sinônimo da luta antirracista, uma forma de ajudar o (a) negro (a) a encontrar seu papel na sociedade. Esse aspecto é focado por Paul Gilroy (2001), em sua obra *O Atlântico negro*. Para esse autor, nunca os negros foram apenas músculos, porque trouxeram consigo suas tradições. Nesse caso, o aspecto brutal do período escravocrata não aniquilou em definitivo as

tradições e cultura de todos os povos, pelo contrário, sempre que podiam os escravizados demonstravam seus ritos, suas danças, músicas, característicos de seus movimentos culturais.

Tavares (2008/2010, p. 81) enfatiza:

Do mesmo modo, o conceito diáspora passou a ser utilizado por religiosos, ativistas e intelectuais ligados às tradições africanas e à luta antirracista. Assim, também como os judeus, os descendentes de africanos espalharam-se pelo mundo. Contudo, a marcante diferença encontra-se no fato de que estes o fizeram, sobretudo, de modo compulsório e como resultado da escravidão. Uma vez instalados em quaisquer dos continentes, por mais que as tradições fossem represadas ou aniquiladas, os descendentes de africanos davam início a um processo de criação, invenção e recriação da memória cultural dos laços mínimos de identidade, cooperação e solidariedade. Com esta rede de interação, as múltiplas culturas africanas, que se espalharam pelo mundo, preservaram visíveis traços das inúmeras comunidades étnicas a que pertenciam, sendo os mais marcantes aqueles manifestos por meio da força do ritmo musical, dos movimentos assimétricos na dança, na culinária e nas sabedorias de cura extraídas da fauna e da flora tropical.

Assim, as navegações que trouxeram os escravizados pelas águas do oceano Atlântico, os navios negreiros, não foram suficientes para a supressão total de suas raízes, de sua voz. Sobre isso, Dornellas (2018) narra a diáspora vivida pela personagem Lígia Vitalina, em sua ida à África, a fim de encontrar no passado as respostas que tanto buscava em seu presente. É a diáspora como elemento de retomada, conscientização e reencontros, por isso o título “Por cima do mar”, do oceano Atlântico, o mesmo que trouxe seus ancestrais a terras estranhas para uma vida de invisibilidade, agora tem um papel contrário, de dar significado a toda uma história de vida. Ela, de fato, representa todos aqueles que não puderam retornar à sua terra natal, a sentir o gosto doce da liberdade, encontrar-se com os seus, desfrutar de boas conversas à sombra de uma mulembeira⁵, como narrado abaixo:

Eu me chamo Lígia, mas posso me chamar calango tatu louva – deus touro cabra surubim cascavel. Não nasci no oco do mato, mas vivi no oco do mundo. Não boto ovo. Corro atrás de mim mesma e mordo meu próprio rabo. Mamei em seio de mulher e de loba – guará. Ou tamanduá que engole formiga viva. Galope de ema. Seriemá gritando na campina. De um dos meus galhos pendi um pequi grande, de carne amarelo-ouro como a luz que me trouxe. Vim de longe, de um lago que paira no ar. Caminhei por um planalto central e caí noutro. O que faço cá, deste lado africano do oceano? Desterrada. Não. Reencontrada (DORNELLAS, 2018, p. 223).

Para Stuart Hall (2003), o conceito de diáspora “está fundado sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de um ‘Outro’ e de uma oposição rígida entre o dentro e o fora” (HALL, 2003, p. 32), isto é, o confronto que ocorre entre o “eu” e o desconhecido, é vencer os medos e encarar os desafios como respostas e fontes de aprendizagem.

⁵ Figueira de grande porte, árvore real angolana, sob a qual se reuniam chefes e reis.

Entretanto, Paul Gilroy afirma que “parece imperativo impedir que a diáspora se torne apenas um sinônimo de movimento” (GILROY, 2001, p. 22). Assim, faz-se necessário não se observar apenas esse fenômeno diaspórico como produto final do trânsito africano, tendo em vista que perceber dessa forma seria esquecer seu aspecto conflituoso e violento, envolvendo negociações, buscas, castigos, a viagem na travessia do Atlântico, a chegada ao ‘Novo Mundo’ e, por fim, a “adaptação” dos negros e negras à nova terra. A diáspora compreende, enfim, um processo que vai além da simples travessia física. Sua maior característica, certamente, diz respeito à travessia emocional e psicológica de tantas vidas humanas roubadas, subalternizadas e obrigadas a viver em cativeiro.

Por tudo isso, percebe-se que o ecoar de vozes das muitas mulheres negras e guerreiras que passaram pela história é um convite à luta pelo resgate dos direitos que jazem enfermos. Paulatinamente ocorre um “desmudecimento” do feminino negro, conclamando suas irmãs, para juntarem-se nos setores literário, midiático, político e tantos outros, buscando dignidade, cidadania, identidade e respeito. O objetivo é um futuro livre da submissão, dos preconceitos, racismos e estereótipos, da obediência aos brancos, em que a “escrevivência”, como observa Conceição Evaristo, faça surgir o verdadeiro “eco da vida – liberdade”.

Desperta mulher

Há mais de dois mil anos te quebraram as algemas:
 Cadê o brado libertação?
 “Rainha do lar”, “sexo frágil”?
 Que pena, as quatro paredes te tornam fria e vazia
 Como as panelas espelhosas,
 Rainha de que? Qual o poder que te coroa?
 Não te permitas a fragilidade, a frieza,
 A incompetência,
 Desperta, mulher!

O mundo geme o parto do homem novo.
 Está em ti a carga explosiva da nova sociedade.
 Percebe? A humanidade perpassa no teu ventre!
 Ninguém cria consciência sentado
 No sofá diante da TV,
 Alienado no silêncio dos covardes que assistem
 Aos irmãos tombando de fome.
 Acorda, mulher... Eles são teus filhos.
 Tu és metade da população e mãe
 Da outra metade.

Desperta mulher negra, branca, índia...
 Resgata teu nome!
 Tu conténs a energia geradora que
 Recria e reconstrói o homem,
 Avante, mulher! Não deixes que se
 Atrofiem teus neurônios
 Na procura do batom, na moda da saia
 Conta a história, que na II Guerra Mundial,

Mulheres foram convocadas para a luta.
Da noite para o dia, deixaram
De ser prendas domésticas
E provaram sua competência
Nos campos de batalha.
Desperta, mulher!
Até quando vão te manipular?
Até quando vais ser objeto
De cama e mesa?
Sem estímulo, a vida se torna vegetativa.
Vai mulher,
Anuncia aos irmãos que tens valor,
Dignidade e direitos.
Javé...desperta na mulher
O teu rosto materno.
Desperta mulher!

(Professor Eliezer Andrade – Araripe, CE)

4. COLONIALISMO, RACISMO E FERIDA COLONIAL EM *POR CIMA DO MAR*

Fingem que nos aceitam no meio deles, mas nos cospem na cara cada vez que colocamos a cabeça para fora. Vivemos menos, morremos mais, morremos jovens, de mortes violentas (DORNELLAS, 2018, p. 165).

Como apresentado até o momento, nesta pesquisa de mestrado, a obra *Por cima do mar*, de Deborah Dornellas, abarca uma série de questões relevantes e que necessitam de discussão na sociedade atual. Neste capítulo, verificar-se-ão temas condizentes ao colonialismo, ao racismo e à ferida colonial, no fito de compreender como tais elementos se constituíram enquanto problemas estruturais que afetam de forma profunda a sociedade brasileira, especificamente a população negra.

Certamente o colonialismo foi o principal responsável pela disseminação e consolidação de preconceitos, racismos, estereótipos e de uma ferida pujante que atravessou o tempo e o espaço e perdura, ainda hoje, na vida dos negros e negras. Subjacente a todas as formas de racismos e preconceitos presentes na sociedade brasileira, há sem dúvida, um passado colonial que colocou uma máscara de silenciamento e invisibilidade racial sobre a população negra.

Atitudes racistas são quase sempre apoiadas por crenças enormemente erradas a respeito dos Outros como um grupo. Acima de tudo, a hostilidade é crueldade baseada em algo que os Outros não têm o poder de mudar. Na medida em os Outros são levados a crer que isso deve ter um fundamento, o que tragicamente, acontece às vezes, isso vai direto ao coração de sua identidade: eles, e todos de que vieram, são irremediavelmente inferiores (LEVINE; PATAKI, 2005, p. 44).

Entende-se por colonialismo todas as práticas de dominação por parte dos países europeus em outros territórios a fim de obter controle político, social e econômico. Isso significa que o colonialismo é um sistema político complexo, espiralado por uma variedade de elementos estruturais que se envolvem reciprocamente a fim de dinamizá-lo.

Aimé Césaire (1978) em seu *Discurso sobre o colonialismo* afirma que a ideia de que o colonialismo tinha uma missão de civilizar partiu dos cristãos que equalizaram paganismo com selvageria e cristianismo com civilização. Para o referido autor, a essência do colonialismo se reveste de dois aspectos:

O de um regime de exploração desenfreada de imensas massas humanas que tem a sua origem na violência e só se sustém pela violência, e o de uma forma moderna de pilhagem. Sendo o genocídio a lógica normal, o colonialismo é portador de racismo. E é nesta gigantesca *catarsis* coletiva que o colonialismo desciviliza simultaneamente o colonizador e o colonizado (CÉSAIRE, 1979, p. 7).

Acerca de tais questões, Césaire (1978) observa que o colonialismo possui efeito “descivilizador” mesmo nos países colonialistas, haja vista que:

[...] a colonização se esmera em *descivilizar* o colonizador, em embrutecê-lo, na verdadeira acepção da palavra, em degradá-lo, em despertá-lo para os instintos ocultos, para a cobiça, para a violência, para o ódio racial, para o relativismo moral, e mostrar que sempre há uma cabeça degolada e um olho esvaziado (CÉSAIRE, 1979, p. 17).

Nessa mesma linha de pensamento, retoma-se o filósofo iluminista Rousseau (1999, p. 25), responsável por afirmar:

O mais forte nunca é suficientemente forte para ser sempre o senhor, senão transformando sua força em direito e a obediência em dever. Daí o direito do mais forte – direito aparentemente tomado com ironia e na realidade estabelecido como princípio... A força é um poder físico; não imagino que moralidade possa resultar de seus efeitos. Ceder à força constitui ato de necessidade, não de vontade; quando muito, ato de prudência (ROUSSEAU, 1999, p. 25).

Césaire (1978) reitera que há um asselvajamento do continente europeu e uma arrogância racial por meio de mentiras propagadas e prisioneiros manietados. Nesse sentido, Dornellas (2018), na obra em análise, também faz menção às consequências do colonialismo na vida da população negra e de seus descendentes:

Há milênios somos empurrados para as latrinas do mundo, e querem garantir pela força que lá fiquemos até a morte manietados e mudos. Fingem que nos aceitam no meio deles, mas nos cospem na cara cada vez que colocamos a cabeça para fora. Vivemos menos. Morremos mais, morremos jovens, de mortes violentas. Quem se importa? A tragédia é vossa, vivam e morram com ela, dizem. Não. Não mais (DORNELLAS 2018, p. 165).

Quanto ao colonizado, Césaire (1978) destaca o fato de ele passar por um processo de coisificação e que, a partir do estabelecimento dessa ordem, suas sociedades são vilipendiadas de si próprias, pois “Aí não há contato humano, mas dominação violenta que transforma o colonizado em ‘um instrumento de produção’ e o colonizador em ‘criado, ajudante, comitê, chicote’ (CÉSAIRE, 1978, p. 25). Com isso, se institui uma equação segundo a qual colonização resulta em coisificação.

Ao se estudar a história do Brasil, especificamente sobre alguns referenciais teóricos que abordam o período escravocrata imposto ao negro e seus descendentes, é possível perceber uma nação constituída por muitas sequelas, isto é, verdadeiras marcas e feridas deixadas pela colonização, as quais não foram apagadas ou resolvidas com o passar do tempo. As atrocidades cometidas contra os escravizados são de tamanha crueldade que é impossível mensurar ao certo quantas formas de violências o povo negro sofreu. Essa realidade atroz fez com que muitas vezes os negros se encontrassem em verdadeiro estado de melancolia e depressão. Antonil

(1950) descreve a situação de vida miserável delegada ao escravo, fruto do sistema escravagista brasileiro:

No Brasil costumam dizer que para o escravo são necessários três pês, a saber: pão, pau e pano. E posto que comecem mal, principiando pelo castigo, que é o pau: contudo provera a Deus, que tão abundante fosse comer, e o vestir, como muitas vezes é o castigo, dado por qualquer cousa pouca provada ou levantada; e com instrumentos de muito rigor, ainda quando os crimes são certos; de que se não usa nem com os brutos animais, fazendo algum senhor mais caso de um cavalo, que de meia dúzia de escravos; pois o cavalo é servido, e tem quem lhe busque capim, tem pano para o suor e freio dourado (ANTONIL, 1950, p. 55).

Pelas palavras de Antonil (1950), é possível compreender que o tratamento dado ao povo negro resultou em um lamento cada vez mais sufocado pela saudade da pátria, dos familiares separados e por estarem em solo estrangeiro, vivendo à mercê de açoites e à obrigatoriedade do trabalho exaustivo nas lavouras, nas cozinhas e onde mais o “senhor” quisesse. Com base em tal acepção, Cunha (2012, p. 21) observa:

O escravo é assim, por excelência, um estrangeiro, não enquanto membro de uma outra comunidade da qual proveio, mas enquanto permanentemente alheio à comunidade que o escravizou. É alguém que deve ser mantido na sua condição de estranheza. É um outro. E é um outro que não pode ter lealdades próprias, mas apenas lealdades mediadas pelo senhor.

Mosquera (2017) em sua obra, *La trata negrera y la esclavización: una perspectiva histórico-psicológica*, afirma que a base da dominação colonial compreende a exploração econômica e o estabelecimento de uma hierarquia de classificação racial.

De donde se desprende que los dos pilares fundamentales de la dominación colonial fueron la explotación económica y el establecimiento de una jerarquía o clasificación racial, la cual proclamó la existencia una raza superior, la blanca/europea, y una raza inferior, la negra/africana. Dicha clasificación estuvo relacionada con el aprecio social, las relaciones intersubjetivas, el acceso a los privilegios económicos, laborales, administrativos, educativos; es decir, toda la sociedad moderna/colonial se organizó a partir, y en correspondencia, con la idea racial y su respectiva clasificación (MOSQUERA, 2017, p. 7).

Assim, os povos colonizados eram vistos como objetos, coisificados, sem dignidade humana, como subhumanos, em condição estereotipada, inferiorizada e subalternizada. Suas vidas só valiam pela força de seu trabalho, nada mais. Sua voz silenciada não era ouvida. Enfim, eram considerados seres inferiores e descartáveis. É construída, então, uma sociedade de extrema violência, dor e alienação onde:

Entre colonizador e colonizado, só há lugar para o trabalho forçado, a intimidação, a pressão, a polícia, o imposto, o roubo, a violação, as culturas obrigatórias, o desprezo, a desconfiança, a arrogância, a suficiência, a grosseria, as elites descerebradas, as massas aviltadas (CÉSAIRE, 1978, p. 25).

Nesse contexto, a violência sexual era uma realidade pujante no processo de colonização e “a mulher negra ter sido submetida a esse tipo de violência sistematicamente evidencia uma relação entre a colonização e a cultura do estupro” (RIBEIRO, 2018, p. 117).

Dornellas (2018), em sua narrativa, enfatiza como a violência sexual contra as mulheres negras, uma das feridas do período colonial, ultrapassou o tempo e o espaço e, ainda hoje, na sociedade, ocorre de forma corriqueira, vitimando meninas e mulheres de diversas idades. O trecho a seguir é uma forte representação dessa violência e narra o momento em que a protagonista do romance é estuprada dentro da Universidade de Brasília (UnB):

O maior me dava um empurrão e eu caía sentada. O menor me deitava e me imobilizava. O grande segurava minhas pernas, descia minha calça até os joelhos e puxava minha calcinha. Rápido, com força. Me penetrava. Rápido, com força. Me rasgava. Doía muito. Eu ia gritar. O pequeno tapava minha boca com sua mão suja. Eu olhava para cima e via os galhos do ipê. Queria voar até lá. O grande me mandava fechar os olhos. Eu sentia as lágrimas. Desobedecia. Levava um tranco do pequeno. Do pescoço do grande, pendia uma corrente dourada com um crucifixo. Balançava enquanto ele se movia dentro de mim. Não queria ver seus olhos, mas vi. Duas bolas azuis em órbita. O pequeno apertava meus pulsos. Dizia que era a vez dele. O grande não queria parar. O pequeno tirava a mão da minha boca. Eu queria gritar, mas a voz não saía (DORNELLAS, 2018, p. 261).

Por essa citação, fica evidente como a cultura do estupro tem acompanhado a vida de muitas mulheres ao longo da história, denotando uma terrível marca do período escravocrata presente em suas vidas. Como enfatiza Ribeiro (2018), mulheres negras foram regularmente violadas na época da colonização. Embora todas as mulheres estejam sujeitas a essa escabrosa violência, tendo em vista ser sistemática, o grupo mais vulnerável e suscetível a ela são as negras, “visto que seus corpos já vêm sendo violentamente desumanizados historicamente, ‘ultrassexualizados’, vistos como objeto sexual” (RIBEIRO, 2018, p. 117). São estereótipos racistas os quais colocam essas mulheres como lascivas, “fáceis” e indignas de respeito.

No fragmento acima, Dornellas (2018) reflete essa situação, quando a protagonista, Vitalina, é violentada por dois rapazes brancos, classe média-alta e olhos azuis. É a representação histórica da negra sendo violada e humilhada pelo colonizador. A autora coloca elementos que fazem rememorar toda a violência do estupro no período colonial: os rapazes são brancos, são violentos, consideram a mulher apenas como um objeto para sua satisfação.

Sarah Baartman, também conhecida como Vênus Hotentote, é um exemplo dos estigmas colocados sobre os corpos das mulheres negras. Tendo como país de origem a Argélia, na região da África do Sul, nascida em 1789, no início do século XIX, foi levada para a Europa e exposta em espetáculos públicos, circenses e científicos devido aos seus traços corporais. Segundo Damasceno (2008), Sarah Baartman deu um corpo à teoria racista. A marca é carregada

independentemente de onde se é. Seu corpo continuou sendo explorado mesmo depois de sua morte, tendo várias partes íntimas expostas, até o ano de 1975, no Museu do Homem, na França.

Percebe-se que a cultura do estupro era vista como algo natural, como um direito que o senhor tinha sobre sua “propriedade”, os escravos e as escravas. Como mencionado, ao serem trazidas para o Brasil, escravizadas, as africanas não eram donas de seus próprios corpos, não tendo qualquer direito sobre os mesmos, haja vista que:

Seu corpo, historicamente destituído de sua condição humana, coisificado, alimentava toda sorte de perversidade sexual que tinham seus senhores. Nesta condição eram desejadas, pois satisfaziam o apetite sexual dos senhores e eram por eles repudiadas pois as viam como criaturas repulsivas e descontroladas sexualmente. [...] Ainda que hoje a mulher negra encontre outras condições de vida não é fácil livrar-se desse lugar, principalmente no que se refere à sexualidade. Mesmo que aparentemente mais assimilados na cultura brasileira, o negro, em particular a mulher negra, se vê aprisionado em alguns lugares: a sambista, a mulata, a doméstica, herança desse passado histórico (NOGUEIRA, 1999, p. 44).

Em *Por cima do mar*, a jovem sofre um estupro coletivo, isto é, aquele em que há mais de um estuprador. Isso ocorre justamente por certas ideologias patriarcais, racistas e preconceituosas perpetuarem-se pelo tempo, definindo o modo de pensar de muitos indivíduos. Conforme Cerqueira e Coelho (2014, p. 2):

A violência de gênero é um reflexo direto da ideologia patriarcal, que demarca explicitamente os papéis e as relações de poder entre homens e mulheres. Como subproduto do patriarcalismo, a cultura do machismo, disseminada muitas vezes de forma implícita ou sub-reptícia, coloca a mulher como objeto de desejo e de propriedade do homem, o que termina legitimando e alimentando diversos tipos de violência, entre os quais o estupro.

De acordo com a filósofa Sueli Carneiro, o estupro colonial “está na base da cultura nacional, de uma forma em que a violência sexual é romantizada e a desigualdade é erotizada”, tornando “a relação subordinada das mulheres com seus senhores o pilar da decantada democracia racial no Brasil” (CARNEIRO, 2003, p. 17).

A personagem Vita, de *Por cima do mar*, sofre um estupro coletivo, que corresponde a uma das violências remanescente do estupro ocorrido na época do colonialismo. Foi com base no sistema escravagista que teve início a concepção de que a mulher negra é sexualmente imoral, depravada e perdida.

O grande fazia um movimento brusco e saía de dentro de mim. Me machucava mais. Trocavam de posição. O pequeno vinha. Usava uma camiseta preta com um desenho colorido de caveira. O grande segurava meus braços e apertava meu pescoço. O pequeno ria e me xingava de puta. Foi estudar, nega safada? (DORNELLAS, 2018, p. 261).

Para Ângela Davis (2016), uma vez que as mulheres negras eram vistas como “fáceis” e prostitutas, as suas queixas de abuso sexual não careciam de legitimidade, haja vista que “o racismo sempre serviu como um estímulo ao estupro” (DAVIS, 2016, p. 181). Como ocorre com a maioria das mulheres violentadas. No caso da obra em análise, a personagem principal, depois de ser vítima do estupro, nem mesmo tem coragem de oferecer denúncia, pois acredita que não será ouvida e de vítima passará a ser a causadora do problema:

Mulher jovem, preta, pobre, vindo da periferia do DF, sentada na sala de uma delegacia do Plano, na frente de dois policiais, homens, brancos ou quase brancos. Contava a eles que tinha sido violentada por dois rapazes brancos, dois filhinhos de papai do Plano Piloto. Ou do Lago Sul. Ou do lago Norte. Ou do inferno. Os policiais não acreditavam nela, mesmo com a confirmação de um homem branco, professor respeitável de meia idade residente da colina da UnB, que a tinha levado até a delegacia e era testemunha ocular da ocorrência. Ninguém dava atenção ao homem branco e velho, muito menos à mulher preta e jovem. A mulher então passava da condição de vítima à de causadora do evento, preta oferecida, qualquer merda assim (DORNELLAS, 2018, p. 113).

Em contrapartida, ocorria que no período da colonização a mulher branca a todo o momento tecia duras críticas às negras e à sua sexualidade, colocando-as como vilãs das agressões e violências sofridas. Como se pode observar no segundo capítulo de *Caderno de memórias coloniais*, que inicia dizendo: “Os brancos iam às pretas” (FIGUEIREDO, 2010, p. 13). O assunto da mulher branca era o corpo da mulher negra, e este era reduzido ao sexo:

As pretas tinham a cona larga, mas elas diziam as partes baixas ou as vergonhas ou a badalhoça. As pretas tinham a cona larga e essa era a explicação para parirem como pariram, de borco, todas viradas para o chão, onde quer que fosse, como os animais. A cona era larga. A das brancas não, era estreita, porque as brancas não eram umas cadelas fáceis, porque à cona sagrada das brancas só lá tinham chegado o do marido, e pouco, e com dificuldade, que elas eram muito estreitas, portanto, muito sérias, e convinha que uma soubesse disso das outras (FIGUEIREDO, 2010, p. 13).

De acordo com Ângela Davis (2016), o estupro da mulher negra é usado como castigo desde a escravidão. O castigo dos negros geralmente era açoites e mutilações; para as negras acrescia-se a violação, pois “O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras” (DAVIS, 2016, p. 20). O castigo não era apenas para a mulher, mas também para o seu companheiro, denotando o domínio e a repressão do colonizador, causando horror e humilhação às vítimas. Davis (2016) continua dizendo que como a mulher negra também trabalhava nos serviços braçais pesados, sua feminilidade poderia ser diminuída ou até apagada por conta disso e, em um dado momento, ela poderia tomar consciência de sua própria força e do poder de sua resistência. Para que isso não acontecesse, era sexualmente abusada, a fim de lembrar-se de sua condição “frágil” de fêmea, uma vez que “Na visão baseada na ideia de

supremacia masculina [...], isso significa passividade, aquiescência e fraqueza” (DAVIS, 2016, p. 37).

Dornellas (2018) apresenta a situação da violência sexual de forma bem explícita, além de também indicar as implicações que causam na vida da vítima. Vitalina representa todo um passado histórico de pessoas abusadas, silenciadas e tratadas como objeto de cama e mesa. Ela é suas ancestrais, sofre suas dores, compreende seu sangue derramado, como bem demonstrado na citação abaixo:

Deitada sobre o ventre. Ou torcida em mim mesma, feito feto, feito rolo, feito cobra. Mordendo o próprio rabo. Transtornada e nua, nua, não, de calcinha rasgada e suja de sangue. Sangue novo. Vermelho. Velho. Sangue velho de moça nova. Vitalina. Não. Não mais. Sangue de mulher adulta quase sem ainda ser. Vermelho vivo. Morta. Quase. Torta dentro da concha. Cama fria, lençol puído. Tudo solto dentro do peito. (DORNELLAS, 2018, p. 114)

Apenas a título de exemplificação, mas totalmente passível de comparação com o Brasil, Bell Hooks (2018) chama a atenção para a programação televisiva nos Estados Unidos, na qual se verifica como as mulheres negras são estereotipadas na sociedade norte-americana com a imagem predominantemente da mulher “perdida”, “da rameira, da vadia, da prostituta” (HOOKS, 2018, p. 92). Segundo ela, é do sistema da escravatura que radica a designação de todas as mulheres negras como sexualmente imorais. Os homens e mulheres brancos justificavam a violência engendrada às negras cativas, argumentando que elas tomavam a iniciativa. Assim, a mulher negra poderia até ter um trabalho digno, no entanto, seria sempre vista pelos brancos como vadia ou prostituta, um objeto sexual à disposição do homem.

Sobre isso, de acordo com Boaventura de Sousa Santos (2010), em sua obra *Epistemologias do Sul*, a demonização do colonizado atinge o ápice quando se refere à mulher, pois esta é considerada responsável pela miscigenação que, nesse caso, é estigmatizada ao ser considerada um fator de degeneração da raça. Nessa perspectiva, Sergio Costa (2006) afirma que, para o filósofo francês Gobineau, um dos teóricos mais emblemáticos do racismo no século XIX, os negros ocupariam o mais baixo e insignificante posto na hierarquia racial e, dessa maneira, seriam desprovidos de qualquer habilidade para a vida civilizada:

Gobineau [...] mostra-se cético quanto ao progresso da humanidade, fundamentando seu pessimismo no ‘paradoxo racial civilizatório: quanto maior a ‘pulsão civilizatória’ da raça, tanto mais ela tende a assimilar as outras. E, quanto mais absorve sangue estranho, mais enfraquece e decai’ (COSTA, 2006, p. 157).

Em sociedades colonizadas, a posição subalterna do negro não ocorreu por questões de inferioridade biológica, mas devido à escravidão e seus antagonismos sociais. Bell Hooks (2018) relata que durante e depois da escravidão é grande a desvalorização da feminilidade

negra, como tentativa consciente e deliberada das pessoas brancas de sabotarem a autoconfiança e o amor-próprio da mulher negra. Essa desvalorização constante não era apenas consequência do ódio racial, mas sim um método calculado de controle social. Dessa forma, uma mulher negra jamais ousaria se colocar em igualdade com a branca, pois:

Os homens de classe baixa, que durante a escravatura pouco contacto sexual tinham tido com negras, eram incentivados a acreditar que tinham direito de acesso ao corpo das negras. Em grandes cidades, a sua luxúria por objectos sexuais negros levou ao nascimento de inúmeros bordéis, que forneciam corpos negros para suprir as necessidades crescentes dos brancos. O mito perpetuado pelos brancos de que as negras eram donas de uma sexualidade apurada encorajava os violadores e abusadores sexuais brancos (HOOKS, 2018, p. 108).

Por cima do mar mostra que depois da situação de estupro vivenciada pela jovem protagonista, ela necessita buscar apoio em um grupo de autoajuda para a tentativa de cura ou minimização de suas feridas que estavam impactando decisivamente sua vida. O ódio racial daqueles que violaram seu ser estava ainda muito presente, definindo suas emoções e conduta, o que simboliza as muitas feridas que ainda se encontram abertas vilipendiando a vida de toda uma população de afrodescendentes.

Quando começaram as apresentações, tive um impulso de fugir correndo e cheguei a ensaiar a fuga, mas, como teria que pular algumas pessoas e pedir licença a outras para chegar até a porta, desisti. Na minha vez de falar, suando de calor e nervoso, balbuciei qualquer coisa ininteligível (DORNELLAS, 2018, p. 172).

Frantz Fanon (2008), por sua vez, observava a necessidade que mulheres negras tinham de embranquecer a raça, ao procurar se relacionar com homens brancos. Embranquecer é salvar a raça, não para preservar “a originalidade da porção do mundo onde elas cresceram” (FANON, 2008, p. 57), mas para assegurar sua brancura. Para ele qualquer mulher negra terá uma preocupação em escolher seus pares, para que sejam brancos podendo gerar filhos mestiços, até que seus descendentes sejam brancos e “As pessoas costumam pedir desculpas quando ousam propor um amor negro a uma branca” (FANON, 2008, p. 63). Segundo ele, as mulheres negras vivem assombradas pelo grande sonho de se casar com um branco e europeu, pois precisam de um homem branco, e nada mais que isso. Porque a negra se sente inferior, então aspira ser admitida no mundo branco, para passar da casta dos escravos para a casta dos senhores. Porém, no romance de Dornellas, a narradora-protagonista enfatiza: “O que faço com esse corpo? Em que buraco envio essa dor?” (DORNELLAS, 2018, p. 114).

Seguindo essa perspectiva, Djamilia Ribeiro (2018) reforça o discurso de Bell Hooks (2018) ao observar que o mesmo apagamento da feminilidade da mulher negra ocorre aqui no Brasil desde o período colonial:

Aqui as negras também são estereotipadas como sendo “quentes”, naturalmente mais sensuais que a mulher branca e sedutoras de homens. No entanto, essa classificação que parte do olhar do colonizador, nada mais é que romantizar o fato de que a mulher negra, na verdade, foi estuprada por ele quando estava na condição de escrava. Ou seja, romantizam a violência sofrida por mulheres que não tinham direitos perante seus “senhores”. (RIBEIRO, 2018, p.87)

Na obra *Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador*, o autor Albert Memmi (2007) expõe o retrato do colonizador a partir de duas possíveis faces: aquele que recusa a si mesmo pela defesa do colonizado, mas nem por isso elimina a sua condição, e aquele que aceita a si mesmo e não apresenta as contradições do primeiro, sendo um ser naturalmente defensor da condição colonialista e de todos os males de miséria e de ignorância que ela produz. Além disso, o autor explora a situação do colonizado em relação a seus valores, ao seu histórico, à amnésia cultural, à sua condição de carência etc. Para ele,

A sociedade colonizada é uma sociedade enferma em que a dinâmica interna não consegue mais produzir estruturas novas. Seu rosto endurecido pela história não passa de uma máscara, sob a qual ela sufoca e agoniza lentamente. Uma sociedade como essa não pode assimilar os conflitos de gerações, pois não se deixa transformar (MEMMI, 2007, p. 2).

Muitos escravizados nutriam um forte desejo de voltar para sua terra natal, o que quase nunca ocorria e eles acabavam morrendo no país estrangeiro, muitas vezes acometidos por uma nostalgia perene. Segundo Oliveira Mendes (2007), o banzo era uma das principais moléstias de que sofriam os escravos, uma "paixão da alma" a que se entregavam e que só se extinguia com a morte, um entranhado ressentimento causado por tudo o que os poderia melancolizar: "a saudade dos seus, e da sua pátria; o amor devido a alguém; a ingratidão e aleivosia que outro lhe fizera; a cogitação profunda sobre a perda da liberdade" (OLIVEIRA MENDES, 2007, p. 370) e a desolação pelos maus-tratos recebidos.

Apenas a título de comparação, no que se refere ao desejo de retornar para a terra natal, na narrativa em análise, após a morte do marido, Elvira da Conceição, a mãe de Vitalina, assim como os escravizados de outrora, sente necessidade de voltar para a terra natal, buscando encontrar sua pertença.

“Bem que eu gostaria de voltar para Minas.” A frase que ouvira dela anos antes, no dia da despedida de Jorge Preto, ecoou no vão da Plataforma. Fiquei de pé, acenando, enquanto via o rosto de dona Elvira na janelinha do ônibus, sorrindo e se afastando. Percebi que, apesar de triste com a morte da irmã, mamãe estava feliz por voltar à sua cidade, depois de uma ausência de mais de quinze anos. Ia rever parentes, amigos, lugares, a comida, as gentes e os cheiros de Minas. E isso significava muito para dona Elvira da conceição (DORNELLAS, 2018, p. 190).

É certo que o colonizador pouco se importava com qualquer condição do colonizado, desde que esse continuasse se comportando como uma boa mão de obra. Para os povos dominantes, sua supremacia racial, política, cultural e humana justificava todas as atrocidades cometidas, tendo em vista serem eles os únicos civilizados. Não havia pesar na consciência, tampouco arrependimento pela opressão imposta.

Memmi (2007, p. 90) afirma:

Aceitar a si mesmo como colonizador seria essencialmente, como dissemos, aceitar-se como privilegiado não legítimo, isto é, como usurpador. O usurpador, é claro, reivindica seu lugar, e, quando necessário, o defenderá por todos os meios. Ele reivindica, porém, como admite, no próprio momento em que triunfa, que dele triunfa uma imagem que ele mesmo condena. Sua vitória de fato jamais o preencherá: resta-lhe inscrevê-la nas leis e na moral. Seria necessário para isso que convencesse os outros, se não a si próprio. Ele precisa, em suma, lavar-se de sua vitória e das condições em que ela foi obtida. Daí sua obstinação, espantosa em um vencedor, em relação a aparentes futilidades: ele se esforça para falsificar a história, faz com que os textos sejam reescritos, apagaria memórias se necessário. Qualquer coisa, para conseguir transformar sua usurpação em legitimidade.

Nesse sentido, para mascarar a realidade de sua usurpação e dirimir dilemas éticos, tudo o que se refere ao colonizado é computado com um viés negativo, como atrasado, ruim, insignificante e perigoso. Essa atitude do colonizador seria para “acalmar” sua “consciência” justificando, assim, o importante favor de sua presença naquele espaço. Dessa forma, merece destaque a religiosidade que, para os colonizados, representava sua inferioridade, tendo em vista que foram obrigados a abandonar todos os seus rituais religiosos para seguir a religião dos brancos. Nessa lógica, Fanon (2015) destaca:

Como que para ilustrar o caráter totalitário da exploração colonial, o colono faz do colonizado uma espécie de quintessência do mal. A sociedade colonizada não é apenas descrita como uma sociedade sem valores. Não basta ao colono afirmar que os valores desertaram, ou melhor, nunca habitaram, o mundo colonizado. Ausência de valores, e também negação de valor. Nesse sentido, ele é o mal absoluto. (FANON, 2015, p.58).

Débora Dornellas também enfatiza a questão da diversidade religiosa, consequência da colonização, que ocorreu com as várias culturas e seus ritos. Apesar de no período colonial ter sido imposta para os negros a religião Católica, houve resistência por parte dos mesmos, os quais não abandonaram de pronto seus rituais, mas mesclaram-nos com algumas ideologias do Catolicismo.

Ela não é como eu, que tenho dificuldade com fé e religiões. Mas, na hora do aperto, nós duas recorreremos a todos os santos e entidades possíveis. Convocamos anjos, santos cristãos, orixás do candomblé, além de pretos velhos, caboclos, ciganos e todos os entes da umbanda. Até as divindades do hinduísmo e do budismo, se for o caso (DORNELLAS, 2018, p. 49).

Ao analisar os distúrbios psiquiátricos causados pelo colonialismo, Fanon (2015) continua a reflexão:

Porque é uma negação sistematizada do outro, uma decisão obstinada de recusar ao outro todo atributo de humanidade, o colonialismo obriga o povo dominado a perguntar-se constantemente: ‘Quem sou eu, na verdade?’[...] É sempre preciso lembrar que um povo colonizado não é apenas um povo dominado (FANON, 2015, p. 288).

Tais distúrbios são marcas de um passado colonial escravocrata, o qual define de forma negativa a vida da população negra ainda hoje. Muitos negros percebem sua triste realidade de estar à margem da sociedade, de ser tachado pela sua pele e não pelo caráter, de muitas vezes ser vítima de todo tipo de violência. Isso tudo gera um estado de melancolia e depressão culminando, muitas vezes, em revolta e suicídio.

No que tange à escravização, os africanos passavam por um processo de nostalgia ao serem forçados a abandonar sua pátria. Muitos se suicidavam, não encontrando outra forma de libertar-se das “correntes” que os prendiam. De acordo com Macedo (2004, p. 51):

O africano recém-chegado de sua pátria deve conservar as lembranças dela ainda muito vivas, e por consequência muito susceptíveis de inflamar-se: e, demais, não afeito aos trabalhos da agricultura, não aclimatado ainda, e ainda ressentido dos sofrimentos de uma longa viagem em que tudo foi calculado pelas ideias do lucro, mais que nunca estará então predisposto a padecer de nostalgia. E, pois, em circunstâncias tão excepcionais, é um erro, um erro de cálculo e de interesse, não tratá-lo com docilidade e favor, carregá-lo de trabalhos pesados e exercer sobre ele o mesmo rigor que convém nos antigos escravos. De tal erro poderá nascer uma comparação entre o tempo da liberdade e o do cativo, entre o passado da terra da pátria, o presente da terra estrangeira e o futuro sempre de escravidão, que, em não poucos casos, será fatal aos interesses do senhor e à vida do escravo.

Sergio Antonio Mosquera (2017) faz menção à situação dos escravizados e sua situação hostil e cruel diante do processo colonizatório, bem como às diversas síndromes que infligiram o povo negro em virtude da colonização. Para o referido historiador, esses povos são vítimas de muitas atrocidades, cuja principal, certamente, corresponde à perda gradativa de sua identidade e as consequências disso para a sua saúde física e mental. De acordo com ele:

Los estudios a los que nos referimos han pasado por alto la forma como los esclavizados enfrentaron la esclavización, y los trastornos psíquicos que esta les produjo, resistiendo inhiur; enfrentando y confrontando para sobrellevar y sobrevivir em La esclavización (MOSQUERA, 2017, p. 11).

Dornellas (2018) relembra essa situação ao fazer memória da melancolia sentida pelos negros ao desembarcarem nas terras de além-mar: “Muitos africanos chegavam ao Brasil já mortos ou moribundos. Conforme iam morrendo, eram enterrados ali, em vala comum, depois

de terem os ossos triturados, queimados, pra ocupar menos espaço”. (DORNELLAS, 2018, p. 70).

Por sua vez, Macedo (2004, p. 16) afirma:

Com efeito, na insuficiência de forças que deem incremento e possam fazer abundar essa fonte de riqueza nacional [a agricultura], das terras da África nos têm vindo braços para o cultivo das nossas: aceitos pela necessidade (se real ou imaginária não nos cabe aqui ponderar), mas trazidos só pelo interesse, o sofrimento mais acerbo começa para muitos dos africanos desde o momento em que são arrancados a suas praias. Separados de famílias embora desamoráveis, sotopostos uns aos outros aos imundos porões de pequenos braços, mal nutridos e pior tratados, testemunhando os padecimentos e a morte de alguns de seus sócios de infortúnio e finalmente desembarcando para entrar na vida do cativo, que ainda mesmo quando temperada pela benevolência de um bom senhor é sempre a vida do cativo, como hesitar em crer que o tempo da liberdade e a terra da pátria devem estar presentes a seu espírito com todo o fogo das saudades, que lhes serão muitas vezes fatais?... Para negá-lo fora mister negar-lhes também uma alma, que sente e que lembra.

Nas colônias francesas e portuguesas havia um elevado número de suicídios entre os escravos. Alguns chegavam a trabalhar com a boca coberta por uma máscara a fim de evitarem comer terra (geofagia), visando provocar sua própria morte. Muitos eram hábeis envenenadores e, num ato extremo de libertação e “loucura”, chegavam até mesmo a matar seus familiares e amigos a fim de libertá-los da opressão e também se vingar dos dominadores. Os escravos suicidas eram mutilados por seus “donos”, para mostrar aos outros que inutilmente estavam morrendo e não iriam ressuscitar na África, como eles acreditavam, pois ocorria “O sepultamento dos suicidas com um membro do corpo deixado à vista, para que os outros se convencessem pela evidência física de que vãmente contavam ressuscitar nas terras de África” (MACEDO, 2004, p. 49).

Gilberto Freyre (1987, p. 464), mesmo tendo uma postura romantizada sobre a história do Brasil e do negro, destaca:

Mas não foi toda de alegria a vida dos negros, escravos dos iôôs e das iaiás brancas. Houve os que se suicidaram comendo terra, enforcando-se, envenenando-se com ervas e potagens dos mandingueiros. O banzo deu cabo de muitos. O banzo – a saudade da África. Houve os que de tão banzeiros ficaram lesos, idiotas. Não morreram: mas ficaram penando. E sem achar gosto na vida normal – entregando-se a excessos, abusando da aguardente, da maconha, masturbando-se.

Segundo Koster (1978), nos relatos do século XIX, a alteração do hábito alimentar que incluía a ingestão de terra, barro, cal, madeira, etc., aparece considerada como uma decidida “ação em direção à morte, um método de suicídio dos negros escravos, e associada a sinais clínicos tais como inapetência, emagrecimento, apatia, extrema palidez e grandes edemas” (KOSTER, 1978, p. 399).

No dicionário Houaiss (2001, p. 397) da Língua Portuguesa o banzo é definido como

[...] (substantivo masculino), processo psicológico causado pela desculturação, que levava os negros africanos escravizados, transportados para terras distantes, a um estado inicial de forte excitação, seguido de ímpetos de destruição e depois a uma nostalgia profunda, que induzia à apatia, à inanição e, por vezes, à loucura e à morte.

Segundo Oliveira Mendes (2007), a enfermidade chamada banzo do século XIX ocorria pela saudade que os africanos tinham de sua pátria e de sua história. Pode-se dizer que era uma forma grave de depressão. O referido autor destacou a ligação entre as enfermidades mortais aos castigos e ao péssimo tratamento dado aos escravos. Ele destaca que mesmo diante das terríveis agruras vivenciadas, os negros (as) tinham características morais positivas, dados muitas vezes à resignação, reagindo pacificamente ao cativeiro. Mesmo os escravos bárbaros mostravam-se afetuosos com seus valores familiares, resolutos, compassivos e crédulos. Além disso, eram fortes e aguentavam as torturas físicas graças a sua robustez inata. Para os teóricos em questão:

Uma, e das principais moléstias crônicas, que sofrem os escravos, a qual pelo decurso do tempo os leva à sepultura, vem a ser o banzo. O banzo é um ressentimento entranhando por qualquer princípio, como, por exemplo: a saudade dos seus, e da sua pátria; o amor devido a alguém; a ingratidão, e aleivosia, que outro lhe fizera; a cogitação profunda sobre a perda a liberdade; a meditação continuada da aspereza [da tirania] com que os tratam; o mesmo mau trato, que suportam; e tudo aquilo que pode melancolizar. É uma paixão da alma, a que se entregam, que só é extinta, [só dão por extinta] com a morte: por isso [em seu competente lugar] [...] (OLIVEIRA MENDES; 2007, p. 393)

Pinel (2007) destaca que a nostalgia era uma doença que poderia atingir a todos, independentemente do sexo, da idade, da situação física e do temperamento. Havia em terras estrangeiras, durante o exílio, um sentimento patriótico que ocorria naturalmente e, juntado a todas as vicissitudes experimentadas, transtornavam a mente dos sujeitos escravizados:

Separado de tudo o que ama, todos os laços que o ligam à vida romperam-se, o mundo é apenas um vale deserto, tudo o entedia, tudo o atormenta, tudo o acabrunha. Um desânimo total o invade: em vão ele quer superá-lo; inúteis esforços! Ele se queda entregue, malgrado seu, continuamente a um estado de tristeza e de tédio que mina cada dia de sua existência. É este estado de tristeza profunda e dolorosa que fez dar a esta doença o nome de *nostalgia*, das palavras gregas *nóstos*, retornar e *álgos*, que significa dor, afecção dolorosa, doença, pesar. É chamada ainda de *nostomania*, *filopatridomania*, *patopatrialgia*, *nostralgia* (PINEL, 2007, p. 662).

O banzo era considerado uma gravíssima enfermidade ocasionada pelo intenso sentimento de saudade ou por outras paixões, que levavam o escravo à tristeza. Os senhores de engenho e os negros acreditavam que era um mal sem cura, cujo tratamento deveria ser o divertimento do doente, desviando-lhe das causas que levaram ao terrível padecimento. Os principais sinais dessa doença, segundo Pinel (2007, p. 663), são:

Ar triste, melancólico, olhar estúpido, olhos distantes, rosto inanimado, desgosto geral, indiferença a tudo, o pulso é fraco, lento, às vezes rápido mas apenas perceptível; sonolência constante: durante o sono se lhes escapam certas expressões com soluços e lágrimas; é quase impossível deixarem o leito; um silêncio obstinado; a recusa de bebidas e de alimentos, o emagrecimento, o marasmo e a morte.

Mosquera (2017, p. 290) complementa:

Apesar de esanegación desde el preciso momento del secuestro y cautiverio, en suelo africano, aquellos prisioneros empezaron a manifestar determinadas enfermedad mentaleso transtornos psicológicos, locales em la literatura medica se conocen como síndromes. El síndrome no es la enfermedad em sí, es um sintoma que presentan unas personas con características de enfermedad que es provocada o causada por una concurrencia de factores o causas.

Oliveira Mendes (2007, p. 63) define o banzo como “estado de depressão psicológica que se apossava do africano logo após seu desembarque no Brasil. Geralmente os que caíam nessa situação de nostalgia profunda terminavam morrendo”. Nesse sentido, é necessário considerar que:

Deviam ter como primeira regra, que os pretos perdendo a sua liberdade ficam desde logo apaixonados, e entregues a um indizível ressentimento, que é justo, e inseparável, e extensivo ao mesmo bárbaro; que também tem alma, e que também sente. Deviam por isso mesmo desde logo começar a tratá-los com toda a brandura, e agrado, para fazer o cativo menos sensível, desimaginá-los e desvanecer pouco a pouco o banzo, que os não desacompanha (OLIVEIRA MENDES, 2007, p. 372).

Em *Dicionário da escravidão negra no Brasil*, de Clóvis Moura (2004, p. 381), o suicídio é definido como “uma das reações extremas de protesto do escravo”. Logo, a vida dos escravizados, desde o sequestro na África, era envolta de dor e sofrimento físico, psicológico, mental e emocional, como reitera Mosquera (2017, p. 9):

Pues em todos ellos lossecuestrados y esclavizados africanos estuvieron sometidos al mismo régimen de confinamiento y explotación, así como AL padecimiento de transtornos psicológicos que afectaransu vidas, donde éstaprácticamente se suprimió porque estabanmuertos em vida.

No soneto *Banzo*, o poeta parnasiano Raimundo Correia escreveu: “Vai com a sombra crescendo o vulto enorme/ Do baobá.../ E cresce na alma o vulto de uma tristeza, imensa, imensamente...”. A nostalgia fatal dos africanos era bem conhecida por todos, pois era uma moléstia que podia agravar qualquer outra doença e levar o indivíduo à morte.

Além dos sentimentos relativos ao banzo, Mosquera (2017) descreve várias outras síndromes que acometiam a população negra, oriundas do processo colonizatório. A primeira delas é a síndrome do antropofágico *Blanco delesclavizado* que diz respeito ao pensamento dos escravizados que achavam que o homem branco era canibal e que ao banhá-los e batizá-los

estavam preparando um ritual para comê-los. Isso gerava um medo terrível entre os negros, a ponto de adoecerem gravemente.

Um miedo y un terror general ya se había apoderado de ellos, por las múltiples versiones que circulaban sobre el destino que les esperaba a quienes ingresaban a los barcos negreros, pues se decía que los blancos se los llevaban para comérselos, e inclusive cuando les echaban agua con el hisopo, confinados de bautizarlos, pensaban que los estaban lavando para limpiarlos y posteriormente comérselos (MOSQUERA, 2017, p. 31).

É claro que os africanos não entendiam que essa antropofagia branca não seria no sentido literal, mas no sentido da exploração da força de trabalho do negro. Mosquera (2017, p. 35-36) reitera que:

Finalmente, los prisioneros secuestrados y esclavizados africanos nunca entendieron que el hombre blanco no les iba a sacar el aceite de sus cuerpos, ni tampoco se los iba a comer literalmente. Se trataba de un lenguaje figurado donde la modernidad/europea/ blanca/racional/colonial (esclavista – capitalista), a través de la explotación y del trabajo forzado en las minas, haciendas y plantaciones del Nuevo Mundo, les exprimiría todas sus energías convirtiéndolas en aceite de combustión para que la maquinaria capitalista se desarrollara hasta consumirlos totalmente.

Dornellas (2018) enfatiza essa realidade ao fazer referência à figura dos candangos (entre eles muitos negros descendentes de escravos) que, na década de 1950, trabalharam na construção de Brasília. Representado no romance pelo personagem Serafim Brasil, homem negro e pobre, que labora de domingo a domingo, tendo sua força de trabalho ultra explorada e recebendo um mísero salário, sem garantia dos direitos trabalhistas mais simples: “Meu pai era candango e admirava o ex-presidente como se ele fosse uma espécie de entidade mágica.” (DORNELLAS, 2018, p. 52).

Em seguida, Mosquera (2017) apresenta a *Síndrome melancólico delesclavizado* que estava relacionada a uma tristeza e melancolias profundas envolvendo os africanos escravizados, as quais causavam-lhes prostração e o surgimento de muitas outras enfermidades, como “Uma de las manifestaciones más frecuentes delesclavizados era del defallecimiento, y para evitar fallecimientos por falta de ingesta, los tratantes recurrían a diferentes métodos coercitivos” (MOSQUERA, 2017, p. 39).

Dornellas (2018) também faz menção à vida de sofrimento dos afrodescendentes. Nesse sentido, as más condições de vida, seja física, emocional e psicológica, acabam ceifando prematuramente a vida de muitos desses indivíduos. Segundo a protagonista, “Um pouco dessa história da curtíssima vida dos pretos ficou na minha lembrança infantil, mas a maior parte era a minha mãe quem contava, a mim, Túlio e Luzia, na boca da noite, depois que papai morreu.” (DORNELLAS, 2018, p. 51).

Para Kilomba (2019, p. 33), em *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*, “o colonialismo é uma ferida que nunca foi tratada. Uma ferida que dói sempre. Por vezes infecta, e outras vezes sangra.”, como muito bem observado em praticamente todo o romance de Dornellas, a partir de seus vários personagens negros(as).

Mosquera (2017) segue falando de outra patologia: a *síndrome claustrofóbica del esclavizado*, a qual se caracteriza pelo medo excessivo por estar encarcerado. Nela, segundo o historiador: “Los esclavizados eram sometidos a un encierro y aislamiento, a un encarcelamiento, durante toda su vida bajo el imperio de las leyes de los amos, mayoriales o capitanes de cuadrilla que los re-victimizaban a través de los castigos crueles e inhumanos.” (MOSQUERA, 2017, p. 43).

Dornellas (2018) mostra essa situação quando aborda o personagem Túlio, irmão de Vitalina, que tinha muito medo das pessoas, de sair à rua, pois para ele o mundo era o cárcere e sua casa era o lugar de liberdade, como muito bem observado na seguinte passagem: “Meu irmão, que fora um menino levado na infância, depois um rapaz assustado e silencioso, tornou-se um homem circunspeto.” (DORNELLAS, 2018, p. 186).

A *Síndrome de locura del esclavizado*, para Mosquera (2017), está relacionada ao impacto causado pelo processo de colonização e pela dominação extrema realizada pelo europeu e levava muitos escravizados a um estado de demência: “En los sitios de cautiverio y en la bodega del barco negreiro las alucinaciones, pesadillas, delirios e incoherencia de pensamientos, fueron la antesala que empezaron a evidenciar los graves desequilibrios mentales de estas personas” (MOSQUERA, 2017, p. 48).

Por seu turno, a *Síndrome suicida del esclavizado* é definida pelo autor como uma terrível espécie de depressão ocasionada por todos os dissabores vividos pelos escravizados. Na época da escravidão, como já apresentado anteriormente, essa tristeza atroz era chamada *banzo* e:

Las causas del Síndrome suicida del esclavizado, como ya lo hemos advertido, están relacionadas a determinadas por los síndromes que hemos tratado anteriormente y que se agravaban con los castigos infamantes, la desterritorialización territorial y sócio-cultural, la separación para siempre de sus familiares, entre otros (MOSQUERA, 2017, p. 51).

Para os autores Macedo (2004), Sigaud (2008) e Von Martius (1845) o *banzo* muitas vezes levava ao suicídio dos escravos:

Os negros matam e se suicidam usando venenos vegetais, mas não são os venenos dos índios que os negros conhecem, pois não vivem com eles nas florestas e em contato com a natureza; a maioria está encerrada nos ateliês, nas fábricas, ou nos apartados em turmas, sob a vigilância de um comandante, nos trabalhos dos campos ou das

minas; se eles têm plantas a sua disposição, são sempre as velhas negras, espécies de feiticeiras, que lhes dão, contando-lhes sobre seus maravilhosos efeitos e ensinando-lhes a maneira de usá-las [...] O suicídio é comum entre os negros das raças Mina e Congo, o enforcamento e sufocação [etouffement] são os meios extremos preferidos ao ferro e ao veneno. Os escravos entre os romanos conheciam, segundo os relatos de Galeno e de Valério Máximo este modo de terminação, a sufocação. “Um escravo bárbaro –diz Galeno–movido por grande cólera, resolveu se dar a morte: estendeu por terra, reteve a respiração e ficou longo tempo imóvel; depois, após algumas agitações convulsivas ele morreu”. Esta prática consistia em levantar fortemente a língua para trás, fechando assim a laringe por compressão da epiglote, desta forma produzindo sufocação em poucos instantes (SIGAUD; 2008, p. 773).

Segundo os apontamentos de Pinel (2007), o estado melancólico em sua forma mais grave levaria o escravo a tirar a própria vida. Seguindo esse raciocínio, a pesquisadora Mary Karasch, na sua obra *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*, trata sobre as formas que ocorriam os suicídios entre os escravos e suas razões. Para a autora, a morte de escravos era comum e seu número era bem relevante:

Embora não se saiba quantos escravos se mataram, é possível discutir os métodos de suicídios de alguns deles. Uma pequena amostra de 69 cativos, 56 dos quais eram homens, ilustra como eles recorriam principalmente a afogamento, enforcamento ou estrangulamento e armas de fogo ou brancas: Embora afogar-se fosse um dos métodos mais comuns, a amostra distorce sua frequência como causa de morte: O afogamento era mais comum do que isso porque os que assim se matavam não eram identificados como suicidas, exceto se houvesse testemunhas. A polícia registrava apenas o número de cadáveres negros encontrados nas praias, sem determinar a causa da morte (KARASCH, 2008, p. 416).

A última doença descrita por Mosquera (2017) é a *Síndrome infanticida del esclavizado*, que trata da morte de crianças ocasionada, sobretudo, por suas genitoras com o intuito de livrá-las da vida escravista e, assim, por uma questão de crença, ter suas almas livres na África. Logo:

Em casi todas las colônias del Nuevo Mundo las mujeres esclavizadas opusieron resistencia a la esclavización a partir de su propio cuerpo. Muchas de ellas recurrieron a la interrupción del embarazo a través de practicas abortivas, y cuando éstas no daban resultados mataban, o intentaban matar, a sus hijos como una forma de afrontar la esclavización (MOSQUERA 2017, p. 62).

Os filhos nascidos do processo de miscigenação, oriundos muitas vezes de violências sexuais, entre o branco colonizador e as negras, não eram reconhecidos pelo branco. Assim, os abortos eram constantes, utilizando ervas e remédios caseiros para interromper a gravidez. Na narrativa em questão, a personagem, depois do estupro, sofre um aborto espontâneo, simbolismo das muitas vidas perdidas pelo massacre de vidas outorgado pelo sistema colonial: “Saiu um coágulo enorme. Não era menstruação. Aliás, estava um pouco atrasada, mas não pensei nisso. Até agora. Acho que tive um aborto espontâneo” (DORNELLAS, 2018, p. 117).

Nesse sentido, apenas a título de referência e exemplificação, o poeta brasileiro Castro Alves (1972) relembra em sua poesia *Mater dolorosa*, a dor e o desespero de uma mãe ao matar o próprio filho para livrá-lo das agruras da escravidão.

Mater Dolorosa

Meu Filho, dorme, dorme o sono eterno
No berço imenso, que se chama - o céu.
Pede às estrelas um olhar materno,
Um seio quente, como o seio meu.

Ai! borboleta, na gentil crisálida,
As asas de ouro vais além abrir.
Ai! rosa branca no matiz tão pálida,
Longe, tão longe vais de mim florir.

Meu filho, dorme Como rugo o norte
Nas folhas secas do sombrio chão!
Folha dest'alma como dar-te à sorte?
É tredo, horrível o feral tufão!

Não me maldigas... Num amor sem termo
Bebi a força de matar-te a mim
Viva eu cativa a soluçar num ermo
Filho, sê livre... Sou feliz assim...

- Ave - te espera da lufada o açoite,
- Estrela - guia-te uma luz falaz.
- Aurora minha - só te aguarda a noite,
- Pobre inocente - já maldito estás.

Perdão, meu filho... se matar-te é crime
Deus me perdoa... me perdoa já.
A fera enchente quebraria o vime...
Velem-te os anjos e te cuidem lá.

Meu filho dorme... dorme o sono eterno
No berço imenso, que se chama o céu.
Pede às estrelas um olhar materno,
Um seio quente, como o seio meu.

É certo que todas essas síndromes causadas pelo colonialismo trouxeram significativas perdas emocionais para a população negra e seus remanescentes. Como já exposto, no passado essa doença era conhecida por banzo, hoje é chamada de depressão. De acordo com Pinel (2007, p. 162):

Ar sonhador e taciturno, temerosas suspeitas, busca de solidão; tais são os traços que servem para caracterizar alguns homens da sociedade, e nada é mais hediondo que esta imagem, quando reúnem aí a ideia de abuso de poder, a perversidade dos costumes e um coração sanguinário, como o fizeram Tibério e Luis XI. A história dos homens célebres na política, nas ciências e nas belas artes faz conhecer melancólicos de caráter oposto, isto é, dotados de entusiasmo ardente pelas obras-primas do espírito humano, pelas concepções profundas e por tudo que há de grande e magnânimo. São ainda melancólicos de uma esfera menos elevada que animam e encantam a sociedade

por suas afeições vivas e concentradas, e por todos os movimentos de uma alma forte e apaixonada; estes não são também menos hábeis em fazer sua própria tormenta, e a de todos que deles se aproximam por suas sombrias inquietudes e suspeitas quiméricas.

Em relação à melancolia dos colonizados pode-se ainda fazer referência a algumas pinturas de Debret, que segundo Danziger (2008, p. 1), foca os negros em estado de desânimo e nostalgia:

Entre os inúmeros estudos preparatórios para suas aquarelas realizadas no Brasil, Debret desenhou vários escravos sentados ao chão, inativos, afastados de qualquer atarefamento. São homens curvados, semi-nus, dobrados sobre si mesmos em posturas que poderiam inscrever-se na iconografia da melancolia. Mas essa aproximação é imprecisa, pois, se acompanharmos à vasta produção artística relativa a este tema, observamos que a afecção melancólica é inseparável de um entorno de signos culturais.

Ainda hoje, a ferida colonial encontra-se aberta e definindo a vida da população negra ao redor do mundo. No romance *Por cima do mar*, quando Vitalina e Luacute, ambos negros e descendentes de escravos, visitam o Museu de História no Rio de Janeiro, a comoção toma conta deles por ter muitos ancestrais ali sepultados de forma tão hostil:

Do lado esquerdo, ao fundo, a primeira coisa que vi foi um grande painel branco. Dois homens o pintavam, escrevendo nomes próprios em tinta preta, em letras grossas, de diferentes tamanhos. Felipe Angola, Manuel Congo, Thomaz de nação Cabinda, Emiliano de nação Benguela, Thereza da Conceição, Carlos Pardo, Januário Crioulo, Joaquim Congo, José Congo, Mathias, Henrique, Angélica. Sem sobrenome. Apelidos de origem. Gente africana com nomes em português. Prováveis cativos vindos do Congo e de Angola, que tinham desembarcado perto dali, no antigo Cais do Valongo, que virou Cais da Imperatriz e depois foi aterrado (DORNELLAS, 2018, p. 69).

Ao ver tantos antepassados com seus restos mortais jogados de qualquer forma naquele espaço onde agora funcionava o Museu, o personagem angolano José Augusto Luacute e a protagonista sofrem por se verem representados ali. É a melancolia e a nostalgia de outrora se perpetuando a partir do reconhecimento de si, de seus iguais e de seus antepassados, como narrado abaixo:

Foi difícil voltar. Zé Augusto percebeu e me levou até umas cadeiras. Vi que ele tinha chorado. Eu, nem consegui chorar. Ficamos ali um tempo, sentados, tentando nos recuperar da história dos nossos antepassados comuns. Desse elo dolorido, profundo e antigo que liga o que hoje se chama Angola ao que então já se chamava Brasil (DORNELLAS, 2018, p. 71).

De acordo com Memmi (2007) o colonialismo opera em todos os sentidos: econômico, político, social, cultural e psicológico. Há uma internalização por parte dos indivíduos de que a sujeição é inerente à sua vida. Para o referido autor: “a situação colonial fabrica colonialistas

assim como fabrica colonizados” (MEMMI, 2007, p. 93). Ambos os elementos coexistem juntos e, para a manutenção do sistema colonial, uma série de argumentos vazios são colocados.

Para Aníbal Quijano (2005), colonialismo e colonialidade não são sinônimos. O colonialismo seria todo o processo de dominação engendrado contra os territórios e povos “conquistados” e massacrados pelos europeus. Já o conceito de colonialidade abarca uma série de questões. Apesar de o colonialismo ser mais antigo, a colonialidade perdura por mais tempo. Esta seria as ramificações da estrutura colonial, sendo parte do processo de civilização da humanidade, em suas esferas: raciais, territoriais, epistêmicas, culturais e de gênero, que produz subalternidade e suprime conhecimentos. Por esse ângulo:

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América (QUIJANO, 2005, p. 77).

O filósofo peruano enfatiza que o atual padrão de poder mundial consiste na articulação entre: a colonialidade do poder, isto é, a ideia de “raça” como fundamento do padrão universal de classificação social básica e de dominação social; o capitalismo, como padrão universal de exploração social; o Estado como forma central universal de controle da autoridade coletiva e o moderno Estado-nação como sua variante hegemônica; e o eurocentrismo como forma hegemônica de controle da subjetividade/intersubjetividade, em particular no modo de produzir conhecimento.

Nesse sentido, o poderio europeu se consolidou de tal forma na sociedade que lançou sobre a população negra diversas feridas e a principal delas seja talvez o racismo estrutural que ainda predomina nos dias hodiernos. *Por cima do mar* faz menção à história dos candangos e à própria etimologia do vocábulo “candango” que se refere a algo “ruim”, “ordinário”. No romance citado, o pai de Vitalina, o senhor Serafim José Bemol Brasil, era um desses trabalhadores negros e explorados na construção da cidade.

Nessa perspectiva, a colonialidade do poder ocorre sobre o tripé: exploração, dominação e violência, que são requisitos presentes em todas as formas de dominação. Entretanto, na sociedade moderna ocorre, muitas vezes, de forma sutil e indireta, a fim de legitimar e fomentar ideologias arraigadas.

Em *Colonialidade do poder e classificação social*, Quijano (2010) destaca o discurso que se perpetuou no tempo e no espaço da superioridade da Europa em detrimento de outras nações do mundo:

Desde o século XVIII, sobretudo com o Iluminismo, no eurocentrismo foi se afirmando a mitológica ideia de que a Europa era pré-existente a esse padrão mundial de poder que colonizou o resto do mundo, elaborando por sua conta, a partir do seio da humanidade e da racionalidade. E, que nessa qualidade, a Europa e os europeus eram o momento e o nível mais avançados no caminho linear, unidirecional e contínuo da espécie. Consolidou-se assim, juntamente com essa ideia, outro dos núcleos principais da colonialidade/ modernidade eurocêntrica: uma concepção de humanidade segundo a qual a população do mundo se diferenciava em inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados tradicionais e modernos (QUIJANO, 2010, p. 70).

Quijano (2010) afirma que o capitalismo mundial foi, desde o início, eurocentrado e que existem três elementos centrais que afetam a vida cotidiana da população mundial: a colonialidade do poder, o capitalismo e o eurocentrismo. Dessa forma, à medida que se expande o viés monolítico de cultura, sempre relacionada à europeia, posta como modelo a ser seguido, há consequentemente uma segregação de outros conhecimentos de diversos povos que fazem parte do planeta.

Diante desse contexto, Enrique Dussel (2005), traz a concepção de sua filosofia da libertação, na tentativa de desmascarar um sistema político e colonizatório cruel e segregacionista, desde há muito imposto e seguido pelos povos, principalmente da América Latina. Nesse sentido, sua obra, inserida nos estudos decoloniais e também no projeto modernidade/colonialidade, é muito importante para se pensar a subjugação dos direitos humanos dos povos marginalizados e a crítica contundente ao eurocentrismo hegemônico.

Para o autor, a origem da filosofia da libertação se refere a uma crítica ao domínio impetrado por povos colonizadores a conquistados e ao mito da modernidade, construído sob esse viés da colonização. É uma filosofia que vai além dos dados vigentes e busca encontrar a causa de uma série de questões presentes na América Latina.

Seguindo os apontamentos de Dussel (1993), para compreender-se a categoria desse pensamento filosófico, faz-se necessário o resgate do processo identitário e cultural latino-americano, tendo em vista sua marginalização e invisibilização por parte do europeu. Esse autor segue afirmando que houve um processo de negação e silenciamento de diversos povos, denotando a relação existente entre colonizador e colonizado. Para ele: "O conquistador é o primeiro homem moderno ativo, prático, que impõe sua individualidade violenta a outras pessoas, ao outro." (DUSSEL, 1993, p. 17).

Dornellas (2018) evidencia, em sua narrativa, que o processo de colonização trouxe consigo marcas que ainda permanecem ativas na vida da população negra, interferindo em todos os aspectos. Seus personagens são representados de forma significativa, como pessoas silenciadas e subjugadas, que mais ainda nessa sociedade racista, moderna e capitalista sofrem

os males, outrora, impetrados a seus ancestrais. Ainda hoje os negros ocupam os piores cargos na sociedade e são colocados como marginais, ou seja, pessoas que não transmitem confiança, taxados como mau caráter, dentre outras muitas formas de discriminação, a exemplo do trecho que se segue:

Uma vez, numa loja de departamentos no Park Shopping, em Brasília, notei que estava sendo seguida por um dos seguranças. É um clássico. A loja estava lotada, acho que estávamos perto do Natal, e só percebi que o homem me seguia porque o próprio não conseguiu disfarçar. Dei uma olhada em volta: é comigo? No raio que minha vista alcançava, além do próprio segurança, eu e uma atendente do caixa éramos as únicas pessoas pretas do lugar (DORNELLAS, 2018, p. 304).

A personagem Vitalina percebe essa realidade que acompanha a sua família por conta da cor de sua pele. Logo, compreende que também faz parte dessa engrenagem de racismos e preconceitos, e que precisa “adaptar-se”. Entretanto, volta e meia, escondida no quarto, ensaia sua revolta, o ecoar de sua voz, aquilo que queria dizer aos seus colonizadores modernos e que nunca tinha tido coragem.

Vem cá, seu escroto. Vem que eu vou te espancar, te derrubar, pisar no teu baço, no teu pescoço, até marcar na tua carne a sola do meu sapato. Vem cá, coisinha nojenta, criatura abjeta, experimenta vir, que te descabelo e te retalho em tiras finas, jogo óleo fervente pela tua goela com você vivo e te cozinho as vísceras sem arrancá-las (DORNELLAS, 2018, p. 147).

Sabe-se que com a colonização muitos escravizados se rebelavam, formando inclusive quilombos, comunidades que simbolizavam a luta dos negros por sua liberdade. Muitos negros e negras temiam as fugas devido aos castigos cruéis que eram infligidos aos fujões. Muitos escravizados participaram de revoluções como a cabanagem e a Balaiada, mostrando sua luta ativa e surpreendente para o posterior encaminhamento do escravismo brasileiro. Sua visão de liberdade foi imprescindível para fortalecer o movimento revolucionário. Dornellas (2018) mostra a realidade do Cais do Valongo, um dos principais locais de desembarque dos africanos no Brasil, que muitas vezes já chegavam moribundos devido à terrível viagem e eram “sepultados” ali mesmo. Também esse lugar foi cenário de guerras e revoluções ocorridas ao longo do processo de colonização.

Entre os corpos, milhares, enterrados ali na Rua Pedro Ernesto, no antigo Caminho do Cemitério, foram identificadas 28 ossadas, provavelmente de pessoas capturadas na região da África onde hoje é Angola. Em 2005, foi criado o Instituto dos Pretos Novos e em seguida o Memorial. (DORNELLAS, 2018, p. 70).

Fanon (2008, p. 55), por sua vez, enfatiza:

Todo povo colonizado, isto é, todo povo no seio do qual nasce um complexo de inferioridade, de colocar no túmulo a originalidade cultural local - se situa frente a

frente à linguagem da nação ‘civilizadora’, isto é, da cultura metropolitana. O colonizado se fará tanto mais evadido de sua terra quanto mais ele terá feito seus os valores culturais da metrópole. Ele será tanto mais branco quanto mais tiver rejeitado sua negrura.

No processo colonizatório os senhores de engenho faziam uso de algumas técnicas a fim de evitar rebeliões entre escravos. Uma dessas era diminuir o grupo de trabalhadores, evitando, assim, conversas entre eles. Outra forma de impedir conflitos era a religião, que colocava os escravos “livres” aos domingos e dias santos para irem à igreja e aprenderem as ideologias do catolicismo, todas os incentivando a ter uma obediência absoluta ao senhor de engenho, como ratifica Reis e Silva (2009, p. 28):

O escravo deve ter o domingo e o dia santo, ouvir a missa se houver na fazenda, saber a doutrina cristã, confessar-se anualmente: é isto um freio que os sujeita, muito principalmente se o confessor sabe cumprir o seu dever, e os exorta para terem moralidade, bons costumes, e obediência cega a seus senhores, e a quem os governa.

Segundo Reis e Silva (2009) outra medida utilizada por alguns senhores era os divertimentos disponibilizados aos escravos, com o intuito de evitar conflitos e revoltas, pois:

Quem se diverte não conspira; promover por todos os meios o desenvolvimento das ideias religiosas; e, finalmente, permitir que os escravos tenham roças e se liguem ao solo pelo amor da prosperidade; o escravo que possui nem foge, nem faz desordens (REIS; SILVA, 2009, p. 29).

Seguindo esses apontamentos, a Guerra dos Palmares representa a mais vigorosa forma de resistência negra frente à colonização. Acredita-se que até trinta mil pessoas habitavam o quilombo dos Palmares. Seu líder, Zumbi, por diversas vezes saíra vitorioso de batalhas em prol de sua comunidade, deixando para os remanescentes de seu povo um legado de luta e sobrevivência. Apesar de toda a resistência impetrada, o quilombo palmarino foi atacado e dizimado, demonstrando o “poder absoluto” dos colonizadores àqueles que não seguissem suas ideologias.

Sobre os negros (as) mortos (as), ao longo da história e ainda hoje, a protagonista observa:

Meus mortos, pretas e pretos novos. Meus mais velhos, sem rosto ou papéis. Só corpos. Em covas rasas. Ossos quebrados, queimados empilhados. Sem mãos para estender. Sem pernas para fugir. Sem nome para me dar. Sem terra lá. Sem terra cá. Só esta lama estrangeira que lhes jogaram por cima (DORNELLAS, 2018, p. 73).

A esse respeito Dussel (1993, p. 77) observa:

A violência contra o “outro”, mais fraco, despossuído de tudo, se faz pelo “domus”, aquele que domina, pois é possuidor. A dominação, portanto, encontra sua origem no domínio, isto é, na posse. Da posse do espaço geográfico, o domínio se estende à posse das coisas, bichos e gentes. E o sentido de posse se perpetua de geração para geração,

constituindo uma elite possuidora, dominadora, a exercer uma violência explícita ou simbólica sobre o outro.

O supracitado autor tece suas críticas acerca da hegemonia totalitária dos países europeus em detrimento dos demais, cujo capitalismo exacerbado imposto pela globalização do Norte instituiu um ideal de vida impossível de ser adquirido pela maioria da população, descendentes daqueles que foram vítimas do processo colonizatório; levando-os a uma realidade de pobreza e repressão.

O foco de seu pensar é claro dedica sua obra *Filosofia da Libertação* “aos povos do terceiro mundo, que vencem o fratricídio; à mulher camponesa e proletária, que suporta o uxoricídio; à juventude do mundo inteiro que se rebela contra o filicídio e aos anciãos sepultados vivos nos asilos pela sociedade de consumo” (DUSSEL, 2005, p. 5).

Uma das mais fortes e nocivas feridas deixadas pelo processo de colonização, sem dúvida, é o racismo. Segundo o dicionário Houaiss (2001) da Língua Portuguesa, racismo é definido como atitude hostil ou discriminatória em relação a um grupo de pessoas com características diferentes, notadamente etnia, religião, cultura, etc.

Para Sérgio Costa (2006, p. 11):

O racismo corresponde à suposição de uma hierarquia qualitativa entre os seres humanos, os quais são classificados em diferentes grupos imaginários, a partir de marcas corporais arbitrariamente selecionadas. Essa hierarquização apresenta tanto consequências socioeconômicas quanto político-culturais. As primeiras dizem respeito ao surgimento de uma estrutura de oportunidades desigual, de tal sorte que aqueles a quem se atribui uma posição inferior na hierarquia racial imaginada são sistematicamente desfavorecidos na competição social, cabendo-lhes os piores postos de trabalhos, salários proporcionalmente menores, dificuldades de acesso ao sistema de formação escolar e profissional, etc. A dimensão cultural do racismo se expressa no cotidiano, através de formas de comportamento (escolhas matrimoniais, tratamento pessoal discricionário), rituais (insulto racista, humilhações), assim como através da marginalização social e espacial.

Para Guimarães (2008) racismo é um problema que se naturalizou socialmente embasado em justificativas teológicas, científicas e/ou culturais, “São ações em termos subjetivos, objetivos e simbólicos que delimitam privilégios, inferiorizações, lugares sociais conforme aspectos étnico-raciais” (GUIMARÃES, 2008, p. 76).

Dessa forma, ao tecer reflexões a respeito do racismo no Brasil, Ana Luisa Carneiro (2003, p. 62) afirmou que “o racismo pode atingir diferentes graus de intensidade: vai de um simples pensamento até os casos mais extremos, de agressão física, por exemplo”. A estudiosa aponta que o preconceito contra os negros e seus descendentes gera antipatia, chegando ao extremo de haver violência, como apontado. Isso se comprova na atualidade, quando,

diariamente, os jornais e outras mídias mostram situações envolvendo essa ferida colonial contra a população negra.

No dia 25 de março de 2020, o mundo inteiro parou para observar um terrível caso de racismo culminando em morte nos Estados Unidos, envolvendo um policial branco e um segurança negro chamado George Floyd. Tal episódio desencadeou uma série de protestos por todo o mundo com o lema: “vidas negras importam”. As pessoas destacaram como as situações de racismo são cotidianas e representam um sério problema social.

Ainda a título de exemplificação, sobre o grave problema que é o racismo, aqui no Brasil, em 19 de novembro de 2020, véspera do dia da consciência negra, outro homem preto, João Alberto Silveira, foi espancado até a morte em um supermercado da rede Carrefour, em Porto Alegre. Seus assassinos, dois homens brancos, inclusive um deles, também policial militar, disse em depoimento, ainda a ser apurado, que a vítima estava ameaçando uma funcionária do lugar.

Sobre isso, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Atlas da Violência 2019 demonstrou que, no Brasil, os casos de homicídio contra pessoas negras (pretas e pardas) aumentaram 11,5% em uma década. Ao mesmo tempo, entre 2008 e 2018, a taxa entre não negros (brancos, amarelos e indígenas) apresentou queda de 12,9%. Segundo os especialistas, esses dados revelam o racismo estrutural que ainda perdura no país.

Ademais, ser negro é ter que conviver com uma série de marcas e feridas que fazem esse povo ser excluído, ficar à margem, viver de forma indigna, entre outras inúmeras mazelas. Foram mais de três séculos de escravização negra, solidificando um preconceito cada vez mais arraigado ao imaginário das pessoas. Mesmo em um país miscigenado, como é o caso do Brasil, as várias violências contra os negros perduram de forma decisiva e contundente. Carneiro (2003, p. 15) afirma que:

O negro e o mestiço dificilmente conseguiam igualar-se ao homem branco. O "mundo da senzala" sempre esteve muito distante do "mundo da casa grande". Para alcançar pequenas regalias, fosse como escravo ou como homem livre, os descendentes de negros precisavam ocultar ou disfarçar seus traços de africanidade, já que o homem branco era apresentado como padrão de beleza e de moral.

Os estudos pós-coloniais demonstram que o período colonial foi decisivo para a criação e consolidação de preconceitos, racismo e estereótipos contra o povo negro. É claro que na visão de muitos autores eurocêntricos essa realidade foi absurdamente suavizada. O autor Walter Mignolo (1998, p. 90) denuncia “o ‘imperialismo’ dos estudos culturais, pós-coloniais e subalternos que não realizam uma ruptura adequada com autores eurocêntricos”.

Andreas Hofbauer (2009) reflete sobre a história do Ocidente, o colonialismo, e suas narrativas sobre o “outro”, a forma como isso é contado e narrado por autores eurocêntricos, vislumbrando a produção de conhecimento atrelado aos que têm poder e melhor “cultura”, como observado abaixo:

Para os pós-coloniais, não se trata mais de dar voz aos oprimidos. Busca-se agora uma descolonização da própria imaginação, da maneira de pensar. Este raciocínio aponta para uma crítica que não seja simplesmente anticolonialista, seguindo os exemplos históricos. Compreende-se agora que a luta anti-colonial “clássica” ocorreu ainda dentro da episteme colonial: aponta-se para o fato de que esta luta se deu, ainda, por meio da “reificação”, isto é, por meio da fixação da suposta diferença entre o colonizador e o colonizado, na forma de movimentos nativistas e nacionalistas. [...] Os pós-coloniais exigem, no entanto, uma outra atitude. O objetivo declarado é a desconstrução de todo tipo de essencialismo na concepção das diferenças humanas: exige-se agora a diluição crítica de todas aquelas fronteiras vistas como legados do colonialismo, de um lado, e das lutas anti-coloniais, de outro lado (HOFBAUER, 2009, p. 122).

Na contemporaneidade, muito tem se falado sobre identidade racial e seus significados. Muitas pessoas se autodenominam negras/pretas/pardas. O certo é que por trás das classificações raciais, principalmente para o negro, há muitos paradigmas envolvidos. Segundo Rafael Guerreiro Osório (2003, p. 6):

Existem basicamente três métodos de identificação racial, que podem ser aplicados como variantes. O primeiro é a autoatribuição de pertença, no qual o próprio sujeito da classificação escolhe o grupo do qual se considera membro. O segundo é a heteroatribuição de pertença, no qual outra pessoa define o grupo do sujeito. O terceiro método é a identificação de grandes grupos populacionais dos quais provieram os ascendentes próximos por meio de técnicas biológicas, como a análise do DNA. Não há como garantir congruência entre as classificações dos sujeitos obtidas mediante a aplicação desses métodos. Todavia, é razoável esperar convergência quando os sujeitos da classificação se apresentarem de forma próxima ao estereótipo de um grupo, e o contrário se forem indivíduos na fronteira entre dois grupos.

Para Maldonado-Torres (2006, p. 48) o reconhecimento dos negros como sujeitos protagonistas no processo histórico de produção de conhecimento “é um *locus* epistemológico potencialmente “descolonial”.

O homem branco, em sua capa de colonizador, usurpou de forma totalitária a vida dos colonizados. Seus conhecimentos, suas culturas, seus ideais, sua pátria, sua vida e sua morte estavam nas mãos de um dominador brandindo o chicote. Assim, Boaventura de Souza Santos (2010) em *Um discurso sobre as ciências* enfatiza como o conhecimento científico se sobrepõe a todas as outras epistemologias, isto é, despreza o empirismo, o senso comum e a cultura aprendida no ambiente familiar. No caso, o modelo da racionalidade científica seria o dominante, o qual sobrepujava todas as outras formas de conhecimento. Justamente as maiores potências do mundo, ricas em tecnologias e avanços científicos, em sua grande maioria são

nações europeias, que se encontram no topo dessa ascensão ilimitada de saber, rebaixando ou escravizando com seus produtos todos os outros que não estão em nível similar, ocasionando, com isso, mais desigualdades, pobreza e uma sociedade estratificada entre ricos e pobres. Nesse sentido, o autor propõe o “paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente” (SANTOS, 2010, p. 7).

Araújo (2007, p. 5), por sua vez, definiu:

Penso, por fim, na ambiguidade desta nossa história de que são vítimas os negros, numa sociedade que os exclui dos benefícios da vida social, mas que, no entanto, consome os deuses do candomblé, a música, a dança, a comida, a festa, todas as festas de negros, esquecida de suas origens. E penso também em como, em vez de registrar simplesmente o fracasso dos negros frente às tantas e inumeráveis injustiças sofridas, esta história termina por registrar a sua vitória e a sua vingança, em tudo o que eles foram capazes de fazer para incorporar-se à cultura brasileira. Uma cultura que guarda, através de sua história, um rastro profundo de negros africanos e brasileiros, mulatos e cafuzos, construtores silenciosos de nossa identidade. E não se pode dizer que não houve afetividade ou cumplicidade nessa relação. A mestiçagem é a maior prova dessa história de pura sedução, da sedução suscitada pela diferença, que ameaça e atrai, mas acaba sendo incorporada como convívio tenso e sedutor, em todos os momentos da nossa vida. Tudo isso é memória. Tudo isso faz parte da nossa história. Uma história escamoteada que já não poderá mais ficar esquecida pela história oficial.

Em seu romance, Dornellas (2018) também enfatizou a questão das diferenças sociais entre negros e brancos e suas formas de conhecimento, apontando que o “massacre” à população negra continua presente ainda hoje por conta das péssimas condições de vida desses indivíduos, de sua labuta extenuante por um mísero e desvalorizado trabalho, do sofrimento pela sobrevivência e da falta de oportunidades. Algo que pode ser observado na citação abaixo:

Pretos e pobres morrem aos montes todos os dias. Na Ceilândia, no Gama, nas favelas, no Brasil, nas Américas, na Ásia, em África, por toda parte. Na nossa tragédia, o coro não canta nem fala. Não há catarse nem alívio. Não há refúgios nem oráculos. A nossa é a grande tragédia (DORNELLAS, 2018, p. 165).

Para Moura (1994), o racismo foi internalizado dentro de nós como algo natural, haja vista que:

[...] Em nosso país, apesar de todos se dizerem avessos ao racismo, não há quem não conheça cenas de discriminação ou não saiba uma boa piada sobre o tema. Ainda hoje o trabalho manual é considerado aviltante e a hierarquia social reproduz uma divisão que data da época do cativo. Com naturalidade absorvemos a ideia de um elevador de serviço ou de lugares que se transformam em verdadeiros guetos raciais. É por isso que não basta condenar a história, ou encontrar heróis delimitados. Zumbi existe em cada um de nós. É passado e é presente (MOURA, 1994, p. 30).

Atualmente, a desracialização sonega verdades, reconhecimento e espaço social para a população negra e seus descendentes que, ainda hoje, vivem diante de uma nova senzala, uma sociedade que os despreza, subtraindo-lhes o direito à dignidade e à liberdade de ser.

Nas palavras de Levine (2005, p. 153): “O racismo envolve tanto a criação de uma diferença concreta entre pessoas ‘livres’ e as escravizadas como a exploração imaginativa dessa diferença para intensificar o senso de liberdade do grupo privilegiado pela não escravidão”.

Independente da justificativa para retirar a presença do negro como protagonista da história brasileira, o que prevalece são as formas de preconceito e discriminação presentes no meio social. Fanon (2005, p. 109) ressalta que “quando me amam, dizem que o fazem apesar da minha cor. Quando me detestam, acrescentam que não é minha cor. Aqui ou ali, sou prisioneiro do círculo infernal”. Assim, fica evidente que há um aprisionamento histórico responsável por ratificar e consolidar os conceitos negativos atribuídos ao negro, ocorrendo um racismo que compreende um enorme círculo vicioso que naturaliza os maus-tratos à população negra, ensejando a supremacia branca europeia.

De acordo com Haroche (2008, p. 168):

As humilhações devem a partir de então, ser consideradas consequências das sociedades de mercado sem limites, que, ao gerar ou fomentar o desenvolvimento de humilhações intensas, não estão em condições de respeitar a condição humana e de oferecer a todos seus membros condições de vida decente.

Lilia Schwarcz (1993), em *Espectáculo das raças*, estuda e mostra sua pesquisa acerca da construção de conceitos e modelos e os contextos a respeito das teorias raciais no Brasil. Ela chega à conclusão que houve um processo histórico e político de construção dos argumentos raciais, construídos por meio de definições biológicas, sociais e políticas.

Para Grada Kilomba (2019), em *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*, as situações de racismo ocorrem de variadas formas e estão presentes no dia a dia da população negra e seus descendentes:

O racismo cotidiano refere-se a todo vocabulário, discursos, imagens, gestos, ações e olhares que colocam o *sujeito negro* e as pessoas de Cor não só como “Outra/o” – a diferença contra a qual o sujeito branco é medido – mas também como Outridade, isto é, como a personificação dos aspectos reprimidos na sociedade branca. Toda vez que sou colocado como “outra” – seja a “outra” indesejada, a “outra” intrusa, a outra perigosa, a “outra” violenta, a “outra” passional, seja a “outra” suja, a “outra” excitada, a “outra” selvagem, a “outra” natural, a “outra” desejável, ou a “outra” exótica -, estou inevitavelmente experimentando o racismo, pois estou sendo forçada a me tornar a personificação daquilo com o que o *sujeito branco* não quer ser reconhecido. Eu me torno a/o “Outra/o” da branquitude, não o eu – e, portanto, a mim é negado o direito de existir como igual (KILOMBA, 2019, p. 78).

A autora segue enfatizando que “no racismo cotidiano a pessoa negra é usada como tela para projeções do que a sociedade branca tornou tabu. Tornamo-nos um depósito para medos e fantasias brancas do domínio da agressão ou da sexualidade.” (KILOMBA, 2019, p. 78).

Por tudo isso percebe-se que perdura na sociedade brasileira um racismo estrutural, consequência de um período tenebroso da história: o colonialismo e a escravidão negra. Muitas feridas abertas, desde então, ainda continuam vivas, sem cicatrizar em definitivo, e a moldar diversas vidas da população negra. A sociedade caminha a passos lentos para um lugar sem discriminações e preconceitos. Mesmo há mais de um século do “fim” do sistema escravagista, suas marcas são muito profundas e seu legado negativo fomentou e consolidou decisivamente as barreiras impostas aos negros no que concerne ao respeito de seus direitos e de sua dignidade humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando por base o romance *Por cima do mar*, da escritora e jornalista brasileira, Deborah Dornellas (2018), os temas tratados nesta dissertação revelaram-se de grande importância. Sem dúvida, foi uma excelente oportunidade de pesquisar e compreender melhor alguns traços da história do povo negro e da origem e desenvolvimento de tantas feridas/marcas, racismos e preconceitos presentes, ainda hoje, na sociedade brasileira e ocidental. Para tanto, utilizou-se uma metodologia qualitativa e bibliográfica, por meio de diversas fontes de pesquisa, bem como do método dialético, que confronta e discute ideias dos mais variados campos do saber.

Parafraseando Conceição Evaristo, escrever também é um ato político, e é por meio da *escrevivência*, isto é, por meio do entrelaçamento entre escrita e vivência que vai se encontrando a essência a qual se busca para responder a muitos questionamentos. Por conseguinte, neste trabalho, objetivou-se colaborar para a reflexão e conscientização de um assunto tão presente na sociedade brasileira, que se refere às marcas/feridas deixadas pelo processo de colonização e que ainda hoje definem o futuro da população negra.

Corroborando Grada Kilomba (2019), o colonialismo é uma ferida que nunca foi tratada e que dói sempre, por vezes infecta e sangra. Nesse sentido, a obra *Por cima do mar*, objeto deste estudo, por meio, principalmente, de sua narradora personagem, Vitalina, trouxe significativas oportunidades de reflexões, diante de temas oriundos de um passado colonial e ainda presente nos dias atuais. A partir dessa voz que escreve e narra situações que envolvem racismos, estereótipos, preconceitos, silenciamentos e colonização, a autora Deborah Dornellas tocou em feridas abertas, não cicatrizadas, que assolam muitos indivíduos negros.

Esta pesquisa deixou evidente uma das formas de violência mais antigas da sociedade brasileira: o racismo e suas implicações para a exclusão social, a segregação de pessoas, subtraindo-lhes o direito à dignidade e, por vezes, à vida. Sendo o Brasil o último país das Américas a aderir à lei de “abolição da escravatura”, não é de se estranhar que se seja uma nação racista por natureza, marca/ferida deixada pelos mais de três séculos de escravidão negra.

Assim, o universo colonial escravagista retirou da população negra muito de sua ancestralidade, tradições e cultura, violentando-a de forma vil e desumana e subjugando-a ao silenciamento e, posteriormente, às margens e periferias sociais. Isso ocasionou a esses sujeitos um processo de alienação e anulação de sua própria condição humana, vinculada ao

esfacelamento de seus referências identitárias em todas as dimensões, tais como personalidade, família, religião, língua, território, dentre outros.

Enfatizou-se, nestes apontamentos, que em sociedades como a brasileira, o racismo vai muito além da cor da pele, determinando, em maior ou menor grau, a forma como se pensa. O negro é associado a capacidades físicas, espirituais e sexuais. Esses e outros vieses foram identificados com a personagem central de *Por cima do mar*, que representa todos aqueles que têm seus direitos vilipendiados e são discriminados, silenciados e violados de muitos modos por causa da cor de sua pele.

Para o pensador Silvio Luiz de Almeida (2018), a estrutura social é racista, pois, conforme apontado, em quase todos os espaços existem negros em condição subalternizada, ora por violência estrutural (a negação e ausência de seus direitos), ora por violação cultural (relacionada a uma suposta incapacidade ou falta de civilidade), denotando a imanência do fator raça como elemento de inferiorização dos negros, nunca eliminada da sociedade.

Assim, espera-se, que por meio desses estudos, haja, na contemporaneidade, um espaço mais acessível para as mulheres negras ecoarem suas vozes e seu modo de ser e estar no mundo, seus ideais identitários, agregando o merecido e devido valor à sua história, dignidade e cultura tão silenciados pela ferida colonial.

O estudo ora realizado não se esgota por aqui, pois os temas tratados nesta dissertação são antigos e atuais ao mesmo tempo. Estima-se que estes apontamentos levem a compreender e verificar um pouco sobre as raízes de tantos estigmas sociais enfrentados pelos negros e negras cotidianamente e, assim, quem sabe, ser mais um na luta a favor da verdadeira democracia racial.

Nesse sentido, foi importante salientar o papel humanizador e denunciador da literatura que, neste trabalho, foi basilar para a compreensão da problemática aqui tratada, enfatizando o quanto é importante para o ensino a área de ciências humanas e suas ramificações.

Dessa forma, observa-se que a colonização gerou o racismo estrutural que produz um ambiente hostil para a população negra e seus descendentes, gerando muitos obstáculos para uma vida digna e segura. Quiçá, esta pesquisa de Mestrado com o tema *Marcas do silêncio e da ferida colonial em Por cima do mar de Deborah Dornellas*, possa contribuir, ainda que timidamente, para o dessilenciamento, ressignificação e identidade da população negra, vislumbrando o preceito jurídico por uma sociedade mais igualitária e livre de discriminações e preconceitos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Guilherme A. de. **Direitos humanos e não violência**. São Paulo: Atlas, 2007.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- ALVES, Castro. **Os Escravos**. São Paulo: Martins, 1972.
- ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo**. Bauru: EDUSP, 1998.
- ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**. São Paulo: 1950 p. 35-55.
- ARAÚJO, Emanuel. **Viva Cultura Viva o Povo Brasileiro**. Museu Nacional: São Paulo, 2007.
- ARISTOTELES. **Arte Poética**. Texto bilíngue grego-português. Trad. Eudoro de Souza. São Paulo: Ars Poética, 1997.
- AZEREDO, Verônica Pacheco de Oliveira; AZEREDO, Ive Oliveira Campolina; BRANDÃO, Maria Lúcia Silva. Ângela Davis: dor e opressão da mulher em suas resistências e lutas históricas. **Revista Debates Insubmissos**. Ano 2, Vol. 2, nº 7. Caruaru – PE, 2019.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1990.
- BARBOSA, Eryl Guedes; SILVA, Silvano Alves Bezerra. Mulheres invisíveis: a imagem da mulher negra no jornalismo de revista feminino brasileiro. **Revista Científica do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão - UFMA - São Luís - MA, Jan/Dez de 2009 - Ano XIX - Nº 5 - Vol. I**.
- BARRETO, Raquel de Andrade. **“Enegrecendo o feminismo” ou “Feminizando a raça”**: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzáles / Raquel de Andrade Barreto; orientador: Marco Antonio Villela Pamplona. – Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de História, 2005.
- BARROS, Manoel. **Meu quintal é maior que o mundo**: Antologia. Rio de Janeiro: Alfabeta, 2015.
- BASTHI, Angélica. **Guia para Jornalistas sobre Gênero, Raça e Etnia** / Angélica Basthi (organização e elaboração) Brasília: ONU Mulheres; Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ); Programa Interagencial de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Fundo de Alcance dos Objetivos do Milênio, F-ODM), 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BERNARDO, Teresinha. **Memória em Branco e negro: olhares sobre São Paulo**. São Paulo: EDUC: Editora UNESP, 1998.
- BONFIM, Edilson Mougnot. **Curso de processo penal**. 4 ed. – São Paulo: Saraiva, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- BRAGA, Elda F. Literatura, poder e contra-poder. **Revista Hispanista**, 2009.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília – DF, 1988.
- BRASIL. **Decreto de Lei N. 7716 de 5 de Janeiro de 1989**. Brasília, DF, 1989.
- BRASIL. **Lei 10.639/2003**. Brasília: MEC, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>
- BROWNMILLER, Suzan. **Against our will: men, women and rape**. New York: Fawcett Columbine, 1975.
- CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. **Ciência e cultura**. São Paulo, v. 24, n. 9, p. 803-809, set. 1972.
- CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Duas cidades, 1995, p. 235-63.
- CAPONE, Stefania. **A busca da África no Brasil: tradição e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas/Contracapa, 2004.
- CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. 06/03/2011. <Disponível em <https://www.geledes.org.br>> Acesso em 24. mar. 19.
- CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. In: **Revista Estudos Feministas**. v.3 n.2, Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. **Estudos Avançados**, v. 17 (49), 2003.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. Publicado originalmente em 1942.
- CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo de Santa Cruz. **Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde** (versão preliminar). Brasília, n. 11, mar. 2014.
- CÉSAIRE, Aimé. **O discurso sobre o colonialismo**. Trad. Noémia de Souza, Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Intelectual engajado: uma figura em extinção?** (2015) <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/intelectual_engajado.pdf> Acesso em: 21 nov. 2020.

CHIZIANE, Paulina. **O sétimo juramento**. Lisboa: Editorial Caminho, 2000.

CIAMPA, Antônio da C. **A estória do Severino e a história da Severina**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CNJ. **Conheça a diferença entre racismo e injúria racial**. Conselho Nacional de Justiça, Brasil, junho de 2015. Disponível em < <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/79571-conheca-adiferenca-entre-racismo-e-injuria-racial> >. Acesso em 04 de nov. de 2020.

COSTA, Sérgio. **Dois atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

CULLER, Jonathan. **Teoria Literária: uma introdução**. São Paulo: BECA, 1999.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, Estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África**. 2. ed., revisitada, ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CUNIN, Elisabeth. **Identidades a flor de piel. Lo "negro" entre apariencias y pertenencias: categorías raciales y mestizaje en Cartagena**. Bogotá: Arfo Editores, 2003.

D'ADESKY, Jacques. **Racismos e anti-racismos no Brasil; pluralismo étnico e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

DAMASCENO, Janaína. O corpo do outro. Construções raciais e imagens de controle do corpo feminino negro: o caso da Vênus Hotentote. In: Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 8: corpo, violência e poder. Florianópolis, 2008. Disponível em: < http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST69/Janaina_Damasceno_69.pdf >. Acesso em: 07 maio 2020.

DANZIGER, Leila. Banzo e Preguiça: notas sobre a melancolia tropical. **Anais do XXVIII Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte 1808 – 2008: Mudanças de paradigmas para a História da Arte no Brasil** Museu Nacional de Belas Artes, outubro de 2008.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DEL PRIORE, Mary. História das Mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

DICKENS, Charles. **Oliver Twist**. São Paulo: Círculo do Livro, 1983.

DORNELLAS, Déborah. **Por cima do Mar**. Rio de Janeiro: Patuá, 2018.

DU BOIS, Willian E. B. Sobre Nossas Lutas Espirituais. In: DU BOIS, Willian E. B. **As Almas da Gente Negra**. Tradução de Heloísa Toller Gomes. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999 [1903]. p. 51-62.

DUARTE, Eduardo de Assis. Mulheres marcadas: literatura, gênero, etnicidade. **Terra roxa e outras terras: Revista de Estudos Literários**, Londrina, PR, v. 17-A, dez. 2010.

DUBAR, Claude. **Para uma teoria sociológica da identidade**. Em a socialização. Porto: Porto Editora, 1997.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da Libertação: crítica à ideologia da exclusão**. 3ªed., Trad. Georges. I. Maissiat. São Paulo: Paulus, 2005.

DUSSEL, Enrique. **O encobrimento do outro**. Petrópolis: Vozes, 1993.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

EVARISTO, Conceição. **Poemas de recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Editora Malê, 2008.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2008.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2015.

FÉLIX, Sayara de Brito. Cabelo bom. Cabelo ruim: a construção da identidade afrodescendente na sala de aula. **Revista África e Africanidades** – Ano 3 – n. 11 novembro de 2010 Seminário Interdisciplinar de Pesquisa – UNEB – Universidade do Estado da Bahia, 2010.

FERRARI, Anderson. Silêncio e silenciamento em torno das homossexualidades masculinas. In: FERRARI, Anderson.; MARQUES, Luciana Pacheco (Orgs.). **Silêncios e educação**. Juiz de Fora: EDUFJF, 2011.

FERREIRA, Aline Albuquerque. O Brasil e o preconceito: uma análise teórica e crítica da Lei 7.716/89 frente à realidade brasileira. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVIII, n. 134, mar. 2015.

FERREIRA, Yvonélio Nery; **O silêncio incessante em narrativas de Luiz Vilela/Yvonélio Nery Ferreira**. 1. ed. – Curitiba: Appris, 2018.

FIGUEIREDO, Isabela. **Caderno de memórias coloniais**. 4. ed. Coimbra: AngelusNovus, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Ditos & escritos: Estratégias, poder-saber**. (vol IV). Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003.

GAMA, Luiz. **Primeiras Trovas Burlescas e outros poemas de Luiz Gama**. Ed., introd. e notas Lígia Fonseca Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001. 432 p. ISBN 85-7326-196-X

GOMES, Nilma Lino. **Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte**. São Paulo: USP, 2002 (tese: doutorado).

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GONZALEZ, Lélia. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. **Revista Raça e Classe**, ano 2, nº 52, 1988.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. A recepção de Fanon no Brasil e a identidade negra. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 81, p. 99-114, 2008.

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guarda Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HAROCHE, Claudine. **A condição sensível – Formas e Maneiras de Sentir no Ocidente**. Trad. Jacy Alves Seixas e Vera Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: 2008.

HERMAN, Dianne F. The rape culture. In: FREEMAN, Jo. (Ed.). **Women: a feminist perspective**. 3. ed. CA: Mayfield, 1984.

HOFBAUER, Andreas. Entre olhares antropológicos e perspectivas dos estudos culturais e pós-coloniais: consensos e dissensos no trato das diferenças. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, v. 2, n. 27, 2009.

HOOKS, Bell. **Não serei eu mulher? As mulheres negras e o feminismo**. Tradução: Nuno Quintas. Lisboa: Orfeu Negro, 2018.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IPEA. **Atlas da Violência 2019**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019> acesso em: 20 nov. 2020.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1805-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro, Cobogó, 2019.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Tradução Luís da Câmara Cascudo de *Travels in Brazil* (1816). 2. ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978. p. 399.

KRAMSCH, Claire. **Language and Culture**. Oxford: Oxford University Press, 1998.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. **A linguagem da Psicologia**. São Paulo: Polistar, 1988.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 19 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LEVINE, Michael P.; PATAKI, Tamas (Orgs.). **Racismo em Mente**. Madras Editora Ltda., 2005.

LIMA, Jhêssica Luara Alves de. Direitos humanos e discriminação racial. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 92, set. 2011.

LOBO, Anaíra; SILVA, Gabriela Silva. **Mulheres negras e a luta pelo poder**. Blog da Marcha Mundial das Mulheres, 2015.

LOPES, Nei. **Bantos, malês e identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Considerações sobre a nostalgia (1844)**. Estabelecimento de texto e notas explicativas por Ronald Polito e Myriam Bahia Lopes. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

MACEDO, Sérgio D. T. **Crônica do Negro no Brasil**. Record: Rio de Janeiro, 1974.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser, contribuciones al desarrollo de un concepto. In: **Madras**, 2006.

MARTINS, Roseli Figueiredo. **A identidade de meninas negras: o mundo do faz de contas**. 2006, 144 p. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. UNESP/Campus.

MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von. “Como se deve escrever a história do Brasil”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 6 (24), jan. 1845, pp. 389-411.

MATTOSO, Kátia M. de Queiros. **Ser Escravo no Brasil**. 3ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido de Retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

MEZAN, Renato. **Tempo de muda: ensaios de psicanálise**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

MOISÉS, Massaud. **A criação literária**. São Paulo: Melhoramentos, 1987.

MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane (Orgs.). **Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora**. João Pessoa: Ideias, 2005.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, repensar o ensino**. 8ª ed., Trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MOSQUERA, Sérgio Antonio. **La trata negrera y la esclavización: una perspectiva histórico – psicológica**. Apidama Ediciones Ltda: Bogotá – Colômbia, 2017.

MOTT, Luiz. **Escravidão, homossexualidade e democracia**, São Paulo: Ícone, 1988.

MOTT, Maria Lúcia de Barros (1989). **Escritoras negras: resgatando nossa história**. Rio de Janeiro: 1989.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. **A mulher na luta contra a escravidão**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1991.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004.

MOURA, Clóvis. **História do Negro Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática S. A, 1994.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo nas escolas**. 2ª. edição revisada. Brasília: Ministério da Educação - Secretaria de Educação, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

MUSSALIM, Fernanda. e BENTES, Anna C. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna C. **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001.

NOGUEIRA, Isildinha B. O corpo da mulher negra. *Pulsional Revista de Psicanálise*, ano XIII, n. 135, p. 40-45, 1999.

NUSSBAUM, Marta. **Sem fins lucrativos. Por que a democracia precisa das humanidades**. Martins Fontes, São Paulo, 2015.

OLIVEIRA MENDES, Luis Antonio de. Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a costa d'África e o Brasil (1812). **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 362-76, jun. 2007.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. (217 [III] A). Paris, 1948.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio**. São Paulo: Editora Unicamp, 2010.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE**. ISSN 1415-4765. Brasília, 2003.

PALMEIRA, Francineide Santos. **Escritoras negras e representações de insurgência**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2010.

PARADISO, Silvio Ruiz. **Literatura Portuguesa e Países Lusófonos**. Maringá: UniCesumar, 2015.

PEREIRA, Marcos E. **Psicologia Social dos Estereótipos**. São Paulo: Edusp, 2002.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História, Operários, Mulheres e Prisioneiros**. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINEL, Philippe. **Tratado médico-filosófico sobre a alienação mental ou a mania**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. 16ª ed. São Paulo: Contexto, 1998.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva 2010.

POMER, Leon. **América: história, delírios e outras magias**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

QUIJANO, Aníbal. A América Latina Sobreviverá? **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.7, n.2, 1993.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo; Editora Cortez. 2010;

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. ColecciónSurSur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, Setembro, 2005.

RAGO, Luzia Margareth. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**, Rio de Janeiro, 2015.

RAMOS, G. A Invisibilidade da Estética Negra. **Blogueiras Negras** – Site Eletrônico, 2014. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/2014/01/20/estetica-liberdades-moda-e-identidade/>.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** 1. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Rodrigo de Oliveira. **Literatura e racismo: uma análise sobre Monteiro Lobato e sua obra**. Geledes, São Paulo, 2015.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Abril Cultural, 1999 (Os Pensadores).

SÁ-CARNEIRO, Mário de. **Correspondência com Fernando Pessoa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2004.

SAID, Edward. W. **Humanismo e crítica democrática**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 16. ed. Porto: B. Sousa Santos e Edições Afrontamento, 2010.

SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças**. São Paulo, Cia. das Letras, 1993.

SENIN, M. **A escravidão**. Sem Lugar: Cedibra, 1971. (Tradução de Gilson Baptista Soares)

SIGAUD, Joseph François Xavier. Du climatet des maladies du Brésil. Paris: Fortin, Mason et C., 1844. Tradução e estabelecimento do texto: Ana Maria Galdini Raimundo Oda . **Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 762-778, dezembro 2008 (Suplemento).

SILVA, Tomaz Tadeu (organizador). **Identidade e diferença** – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, 133p.

SILVA, Ana Rita Santiago da. Literatura de autoria feminina negra: (des)silenciamentos e ressignificações. In: **Fólio: Revista de Letras**. Vitória da Conquista - BA: UESB, v2. 2010.

SILVA, Maria Nilza. A Mulher Negra. **Revista Espaço Acadêmico** – Ano II – N° 22 – Março de 2003. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/022/22csilva.htm> Acessado em 22/01/2014

SILVA, Maurício; MOREIRA, Márcia. A crítica social de Charles Dickens. **Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação**. Blumenau, v. 3, n. 2, maio/agosto de 2009.

SOARES, M. As condições sociais da leitura: uma reflexão em contraponto. In: SOUZA, A. S.; CAVALCANTE, I. F. **Teoria da Literatura I**. Natal: IFRN. 2012.

SOUZA, Marina de Melo e. **África e Brasil africano**. São Paulo: Ática, 2008.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

TAVARES, J. C. Diáspora Africana: a experiência negra de interculturalidade. In: **Cadernos Penesb – Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira** – FEUFF. Rio de Janeiro/ Niterói – EdUFF, n.10, 2008-2010, p. 77-85.

UNICEF – **Pesquisa violência sexual feminina**. Brasília (DF): Escritório da Representação do UNICEF no Brasil; 2019.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. **Ser negro no Brasil hoje**. SP, Ed. Moderna, 1994.